

**O regresso da homogeneidade no *post* Guerra Fria-
Uma inversão da tendência histórica de progressiva
heterogeneidade na natureza do sistema internacional?**

Bárbara Pereira da Silveira e Sousa de Andrade

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
(especialização em Relações Internacionais)**

Setembro, 2013

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, de de

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Relações Internacionais), realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Carlos Gaspar as recomendações, as sugestões e o incentivo que me proporcionou com vista à reflexão sobre esta temática, decorrente de um trabalho elaborado no seminário de Teoria das Relações Internacionais, leccionado pelo mesmo, no âmbito da componente lectiva do curso de mestrado, matriciais à presente dissertação. Concomitantemente, ao Professor Doutor Tiago Moreira de Sá, orientador da dissertação, agradeço o apoio, a confiança depositada e o encorajamento para a prossecução deste trabalho. Imbuído no processo de investigação e redacção, expresso o meu sentido de agradecimento pelo alento e pela contribuição dados na consecução desta investigação.

O REGRESSO DA HOMOGENEIDADE NO *POST* GUERRA FRIA- UMA INVERSÃO DA TENDÊNCIA HISTÓRICA DE PROGRESSIVA HETEROGENEIDADE NA NATUREZA DO SISTEMA INTERNACIONAL?

BÁRBARA PEREIRA DA SILVEIRA E SOUSA DE ANDRADE

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Raymond Aron, homogeneidade, heterogeneidade, sistema internacional, *post* Guerra Fria, comunidade ocidental-americana, legitimidade, princípios normativos, relações diplomáticas, estrutura de distribuição do poder, modelo de ordenamento, conflito

Bebendo a concepção teórica de homogeneidade e heterogeneidade a respeito da natureza do sistema internacional de Aron, questiona-se sobre a evolução histórica da natureza do sistema internacional, analisando-se a comunidade ocidental-americana, no período *post* Guerra Fria. Com esta dissertação procura-se compreender se o fim da Guerra Fria inverteu a tendência histórica de progressiva heterogeneidade, visível desde a Revolução Francesa, falando-se de um regresso à natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana, como subsistema internacional.

A abordagem da concepção teórica de homogeneidade e de heterogeneidade do sistema internacional encontra expressão e atemporalidade como denominador comum da análise de aspectos como as concepções de legitimidade e os princípios normativos, as relações diplomáticas, a estrutura de distribuição do poder, o modelo de ordenamento e o conflito ou a paz entre os Estados no sistema internacional, emergindo como proposta de modelo de análise das relações entre os Estados e do sistema internacional.

Assente na coincidência e causalidade traçada por Aron entre a natureza de homogeneidade e heterogeneidade do sistema e o contexto ou a ocorrência de conflitos bélicos, analisam-se as posições, a intervenção e a participação da comunidade ocidental-americana nas mais relevantes situações de confronto de interesses no âmbito dos conflitos bélicos do *post* Guerra Fria, como objecto de estudo, com o intuito de verificação e teste da hipótese de investigação.

THE RETURN OF HOMOGENEITY IN THE POST COLD WAR- AN INVERSION OF THE INTERNATIONAL SYSTEM'S HISTORICAL PROGRESSIVE TENDENCY OF HETEROGENEITY?

BÁRBARA PEREIRA DA SILVEIRA E SOUSA DE ANDRADE

ABSTRACT

KEYWORDS: Raymond Aron, homogeneity, heterogeneity, international system, post Cold War, european-american community, legitimacy, normative principles, diplomatic relations, power distribution structure, model of international order, conflict

According to Aron's theoretical conception of homogeneity and heterogeneity, regarding to the nature of the international system, it is questioned about international system nature's historical evolution, analyzing the european-american community in the post Cold War period.

The aim of this dissertation is to investigate if the end of the Cold War inverted the international system's historical progressive tendency of heterogeneity, visible since the French Revolution, suggesting a return of european-american community's homogeneity as international subsystem.

The approach of the international system's theoretical conception of homogeneity and heterogeneity has its pertaining and imperishable as common denominator of the analysis of aspects as the conceptions of legitimacy and the normative principles, the diplomatic relations, the structure of distribution of the power, the model of international order and the conflict or the peace between the states in the international system, emerging as analysis model's proposal of the relations between the states and international system.

Suit the coincidence and causality drawn by Aron between the nature of homogeneity and heterogeneity of the system and the context or the occurrence of wars, were analyzed the the positions, the intervention and the participation of the european-american community in the most relevant situations of interest's conflict in the context of the wars of the post Cold War, as subject of this study, aiming to consider and test of the investigation's hypothesis.

ÍNDICE

Introdução	2
Capítulo I: Homogeneidade <i>versus</i> heterogeneidade	8
Capítulo II: Concepções de legitimidade e princípios normativos	23
Capítulo III: Internacionalismo liberal.....	35
Capítulo IV: Ordenamento internacional constitucional	55
Capítulo V: Segurança colectiva e comunidade pluralista de segurança.....	66
Capítulo VI: A comunidade ocidental-americana nas guerras do <i>post</i> Guerra Fria	77
Conclusão.....	102
Bibliografia	108

Lista de abreviaturas

ANZUS	Tratado de Segurança do Pacífico entre a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos da América
APEC	Cooperação Económica Ásia Pacífico
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia, agora União Europeia
CSCE	Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa
ELK	Exército de Libertação do Kosovo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
G-7	Grupo dos Sete
G-8	Grupo dos Sete e a Rússia
G-10	Grupo dos Dez
NAFTA	Acordo de Livre Comércio Norte Americano
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum
RFSJ	República Federal Socialista da Jugoslávia
SDN	Sociedade das Nações
TPI	Tribunal Penal Internacional
TPIJ	Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia
UE	União Europeia
UNPROFOR	Força de Protecção das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Ao fazer isso, reconhecemos um mundo caracterizado pela inevitabilidade da incompleta desigualdade e imperfeita reciprocidade, um mundo em que a força e a diplomacia devem lutar constantemente para encontrar a combinação certa de diferenciação e de coerência (Hassner, 2007, pp. 40).

Introdução

Na sua génese, um domínio intrinsecamente relacionado com o âmbito das relações internacionais, a abordagem da concepção teórica de homogeneidade e de heterogeneidade do sistema internacional encontra expressão e atemporalidade como denominador comum da análise de aspectos como as concepções de legitimidade e os princípios normativos, as relações diplomáticas, a estrutura de distribuição do poder, o modelo de ordenamento e o conflito ou a paz entre os Estados no sistema internacional. Passíveis de uma observação como níveis autónomos de análise, a congruência da análise destes aspectos, ao deferir a natureza de homogeneidade ou de heterogeneidade do sistema, permite compreender e perspectivar a acção e a relação dos Estados no sistema internacional. Esta concepção teórica faculta a observação de aspectos nucleares, quer endógenos, quer exógenos ao sistema, emergindo como proposta de modelo de análise das relações entre os Estados e do sistema internacional.

Pesando o relativismo da natureza de homogeneidade e de heterogeneidade do sistema internacional e a multiplicidade de aspectos delineadores do ordenamento internacional, enfocam-se as relações de inferência entre os regimes políticos internos dos Estados e as concepções de legitimidade e os princípios normativos, entre estes e o reconhecimento estatal e a manutenção de relações diplomáticas, entre estes e o institucionalismo liberal, entre este e a estrutura de distribuição do poder no sistema, entre esta e o modelo de ordenamento internacional, entre este e o conflito ou a paz no sistema internacional. Concomitantemente, a natureza de homogeneidade e de heterogeneidade entre os Estados do sistema internacional, de modo biunívoco, afere e infere na estabilidade, no desenvolvimento e no contexto de conflito ou de paz entre os Estados no sistema internacional.

Bebendo a concepção teórica de homogeneidade e heterogeneidade a respeito da natureza do sistema internacional de Aron, questiona-se sobre a evolução histórica da natureza do sistema internacional, analisando-se a comunidade ocidental-americana, no período *post* Guerra Fria. Com esta dissertação procura-se compreender se o fim da Guerra Fria inverteu a tendência histórica de progressiva heterogeneidade, visível desde a Revolução Francesa, falando-se de um regresso à natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana, como subsistema internacional. Dado o enfoque na análise da comunidade ocidental-americana e do período *post* Guerra Fria, abordam-se as subseqüentes alterações que este marco histórico surtiu e originou nas concepções de

legitimidade e nos princípios normativos, nas relações diplomáticas, na estrutura de distribuição do poder, no modelo de ordenamento e no conflito ou na paz entre os Estados, vectores caracterizadores da natureza da comunidade ocidental-americana, como sub-sistema internacional.

Pautada por uma abordagem marcadamente compreensiva e analítica, nesta dissertação procura-se quer um enquadramento e uma articulação dos enunciados teóricos à realidade empírica, quer uma análise dos enunciados teóricos isolada e comparativa. Além de aferir a pertinência e a aplicabilidade dos enunciados teóricos procura-se, primordialmente, explorar as perspectivas oferecidas, mediante uma análise combinada destes enunciados na verificação e teste da hipótese que se aduz, ante o objectivo apresentado. Discorrendo e agregando, maioritariamente, os enunciados da escola realista e da escola liberal da Teoria das Relações Internacionais, atende-se às propostas teóricas que permitem a apreciação da concepção aroniana de homogeneidade e de heterogeneidade, que se segue, analisando-se as teorizações que permitem a observação da hipótese de investigação e dos vectores caracterizadores da natureza da comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria e reflecte-se sobre a literatura específica a respeito do objecto de estudo definido para o efeito.

Dada a adopção da perspectiva de Raymond Aron sobre a concepção de homogeneidade e de heterogeneidade como natureza do sistema internacional, enquadra-se esta concepção tanto entre as perspectivas e as teorizações aronianas sobre as Relações Internacionais, como entre os enunciados teóricos de outros autores que se debruçam sobre esta problemática. Abordando-se a seminal proposta de *paz perpétua* (Kant, 2009), a perspectiva construtivista de Wendt distinguidora de factores endógenos e exógenos do sistema (Wendt, 1992), o enunciado de Wight de análise de balança do poder (Wight, 1966), o imperativo de partilha de linguagem moral e princípios de legitimidade aduzido por Morgenthau (Morgenthau, 1954), a proposta de Bull de forma de organização alternativa do sistema (Bull, 2002) e a abordagem conflitual de Huntington (Huntington, 1993), de modo dialogante, em termos de convergência e divergência, ante a proposta aroniana que se segue.

Atendendo à centralidade que as concepções de legitimidade e os princípios normativos encontram no âmbito da concepção de homogeneidade e de heterogeneidade, aborda-se a legitimidade em termos conceptuais (Kissinger, 1957, Clark, 2005), como fundamentada por um código moral partilhado (Carr, 1939) que articula aspectos normativos internos e internacionais, regendo a acção estatal

(Finnemore, 2008, Bell, 2002, Organski, 1958, Butler, 1978). A par da sua perspectiva ideológica (Morgenthau, 1948), em termos de forma de Estado, de consenso, de poder, de mudanças normativas, de homogeneização dos regimes e das estruturas estatais (Fukuyama, 2006, Cooper, 2003) e dos padrões de ideias vigentes entre a comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria, como hipótese explicativa, partindo-se da premissa de que é legítimo o que é percebido como tal.

Colocando em diálogo as manifestações dos epítetos de realismo e de liberalismo e das correntes que destes decorrem, abordam-se as perspectivas sobre as concepções de legitimidade, os princípios e as instituições do institucionalismo liberal (Walt, 1998, Baldwin, 1994, Doyle, 1986, Walt, 1997, Mearsheimer, 1991, Keohane, 2008, Martin, 2008, Walzer, 2004, Ikenberry, 2000, Ikenberry, 2009). À semelhança das relações entre o institucionalismo liberal e o poder e entre a opção institucional e a acção estatal, enfoca-se a análise dos enunciados da *paz democrática*, admitindo-se, como hipótese explicativa, a confluência dos pressupostos realistas e liberais neste âmbito aduzidos (Doyle, 1986, Fukuyama, 2011, Kagan, 2007, Fukuyama, 2006a, Walzer, 2004, Doyle, 1995, Ikenberry, 2009, Baldwin, 1994, Wendt, 1992, Walt, 1998, Krasner, 1992, Waltz, 2000).

Pautando a ordem internacional, após o fim da Guerra Fria, atende-se à estrutura de distribuição do poder unipolar no sistema, enquadrando as concepções de hegemonia e de unipolaridade (Waltz, 1979, Aron, 2002, Bull, 2002, Wohlforth, 1999, Ikenberry, 2009, Krauthammer, 1991, Layne, 1993, Mearsheimer, 2001, Gaspar, 2006) e observam-se os modelos de ordenamento, debatendo-se as teorizações da *transição do poder*, da *estabilidade hegemónica* e da *ordem constitucional* (Organski, 1958, Gilpin, 1981, Ikenberry, 2000). Assente no institucionalismo liberal de legitimidade democrática e carácter multilateral (Fukuyama, 2011), reafirma-se o fim da Guerra Fria, como um *momento* histórico ordenador e de reconstrução da ordem, adoptando-se a proposta constitucional de hegemonia do ordenamento como modelo vigente entre a comunidade ocidental-americana (Ikenberry, 2000).

Dada a subsistência da anarquia e da competitividade estatal no sistema internacional, aborda-se o debate realista (Waltz, 1995, Mearsheimer, 2001) e a perspectiva institucionalista (Organski, 1958, Ikenberry, 2000, Hassner, 2007) em torno da problemática da segurança e da defesa e do conflito e da paz. Acrescendo às hipóteses explicativas propostas no âmbito do institucionalismo liberal de legitimidade democrática e carácter multilateral (Ikenberry, 2000, Hassner, 2007), analisa-se a

vigência do princípio da segurança colectiva e da comunidade pluralista de segurança, como concepção orientadora em matéria de segurança e defesa entre esta comunidade (Mearsheimer, 2001, Mearsheimer, 1991, Evans, 1993, Morgenthau, 1985, Job, 1997, Kissinger, 1994, Vayryen, 1999, Tomé, 2010). Intrinsecamente relacionados com as concepções de legitimidade e os princípios normativos da comunidade ocidental-americana, reflecte-se sobre o *intervencionismo*, a soberania limitada, os *Estados falhados*, a acção sancionária das Nações Unidas, o *dever de ingerência* e a *responsabilidade de proteger* e os direitos humanos (Wight, 1966, Fukuyama, 2006a, Mearsheimer, 1991, Oudraat, 2000, Liu, 1994, Fenton, 2004, Malone, 2000, Cameron, 2002, Ciriaco, 2002, Forsythe, 2000, Fukuyama, 2011), no contexto bélico das *guerras do terceiro tipo* (Holsti, 1996, Hassner, 2007, Walzer, 2004).

Com o intuito de verificação e teste da hipótese de investigação, define-se como objecto de estudo as mais relevantes situações de confronto de interesses, no âmbito dos conflitos bélicos, de distanciamento passível de abordagem, no contexto das *guerras do terceiro tipo*, em que a comunidade ocidental-americana interveio e participou no *post* Guerra Fria. Assente na coincidência e causalidade traçada por Aron entre a natureza de homogeneidade e heterogeneidade do sistema e o contexto ou a ocorrência de conflitos bélicos, analisam-se as posições, a intervenção e a participação da comunidade ocidental-americana, no âmbito da Guerra do Golfo (1990-1991) (Cameron, 2002, Fukuyama, 2011, Ikenberry, 2000, Fenton, 2004, Sasson, 2012), da *Operação Força Deliberada* (1995) e da *Operação Força Aliada* (1999) nos conflitos armados dos Balcãs (1991-2001) (Groom, 2000, Fenton, 2004, Butler, 2000, Calca, 2012, Kagan, 2007, Hobsbawn, 2008, Ikenberry, 2000, Cameron, 2002, Gordon, 2004, Bell, 2002, Fukuyama, 2006a, Ferro, 2005). Concomitantemente, ao âmbito da Guerra do Afeganistão (2001-?) e da Guerra do Iraque (2003-2011), para verificação e teste da hipótese (Torres, 2004, Evans, 2006, Gordon, 2004, Cameron, 2002, Woodward, 2002, Lima, 2013, Meher, 2004, Shawcross, 2004, Friedman, 2012, Kagan 2007, Fukuyama, 2006a, Fenton, 2004, ElBaradei, 2011, Sacchetti, 2002, Fukuyama, 2006b, Costa, 2012, La Balme, 2012, Kissinger, 2003, Gaspar, 2006, Hassner, 2002, Hobsbawn, 2008, Fukuyama, 2006b). A adopção de um objecto de estudo não circunscrito a um conflito bélico assenta no facto de se questionar sobre a inversão de uma tendência histórica, daí a pertinência e o imperativo de uma análise não singularizante que permita aferir a inversão tendencial que se propõe investigar.

Atendendo à complexidade e multiplicidade de factores em relação, delimita-se a problemática, em termos conceptuais, segundo a concepção teórica de homogeneidade e heterogeneidade a respeito da natureza do sistema internacional de Raymond Aron, como concepção orientadora; em termos espaciais, na análise da comunidade ocidental-americana, como caso de estudo de especificidades próprias e sub-sistema internacional, no âmbito das relações internacionais; em termos cronológicos, considerando a tendência histórica de progressiva heterogeneidade na natureza do sistema internacional a partir da Revolução Francesa, em 1789, procurando verificar e testar se se evidencia um regresso à natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana, analisando o período *post* Guerra Fria, a partir de 1991.

Representando a perspectiva a partir da qual será desenvolvida a investigação, delimitam-se como eixos problemáticos: a evolução histórica das concepções de legitimidade entre a comunidade ocidental-americana, como sub-sistema, no âmbito do sistema internacional e a concepção de homogeneidade e de heterogeneidade, como natureza do sistema internacional, no âmbito dos seus vectores caracterizadores, enquadrando-os na dimensão histórica, na dimensão interna e na dimensão externa, que lhe correspondem. Constituindo parte integrante dos enunciados teóricos abordados, os indicadores e os descritores de maior proeminência são endógenos aos conceitos e às variáveis analisadas nestes enunciados, cuja articulação e diálogo se procura que permita uma análise mais envolvente.

Interpretando-se as relações hipotéticas entre as variáveis, conducentes à construção de hipóteses, mediante o cruzamento dos indicadores e descritores que lhes são correspondentes, definem-se hipóteses primárias, de carácter abrangente e enquadrador, hipóteses explicativas, que contribuem para a explicação das hipóteses primárias e a hipótese de investigação, como a perspectiva a adoptar para a problemática em questão, sendo esta que se tenciona testar empiricamente. Assinalando-se como relação de interacção, define-se a hipótese de investigação como: as concepções de legitimidade e os princípios normativos, as relações diplomáticas, a estrutura de distribuição do poder, o modelo de ordenamento e o conflito influenciam, de forma regular, a natureza de homogeneidade e de heterogeneidade do sistema internacional.

Estabelecidos os descritores e os indicadores que permitem observar os conceitos e as variáveis e a hipótese de investigação a verificar e testar, adopta-se como processo de observação, a observação indirecta. Objectivando garantir uma observação

criteriosa na recolha e verificação da informação, articula-se o recurso a fontes primárias, como discursos e registos públicos, à bibliografia crítica, como ensaios e monografias. Elabora-se, assim, em termos de tipologia, uma pesquisa descritiva com o intuito de interpretação dos fenómenos e, em termos de metodologia, uma pesquisa documental e bibliográfica. Sequencialmente, ao nível do tratamento da informação, elabora-se uma análise de conteúdo, procurando-se interpretar os significados e os significantes do acto comunicativo, e uma análise de discurso, objectivando-se compreender as motivações que subjazem à mensagem no contexto em que foi transmitida, de acordo com a problemática em análise.

Combinando enunciados teóricos distintos, pretende-se analisar, pesando as vantagens e as deficiências, a validade da hipótese de investigação proposta ante o objectivo da dissertação e a relevância e a aplicabilidade desta proposta na análise das relações, quer entre os Estados da comunidade ocidental-americana, quer entre estes e os outros Estados no sistema internacional do *post* Guerra Fria.

Homogeneidade *versus* Heterogeneidade

A problemática em torno da homogeneidade e da heterogeneidade, respeitante à natureza do sistema internacional, tem sido alvo de análises múltiplas, sob perspectivas diversas e plurais, cujas reflexões nem sempre têm sido consensuais entre os autores que a abordam, adopta-se, assim, como concepção orientadora a perspectiva de Raymond Aron. Em *Paz e Guerra entre as Nações*, numa abordagem das relações internacionais assente na sociologia histórica, Raymond Aron aduz a conceptualização da natureza do sistema internacional como homogéneo e heterogéneo. Afirmando ser imperativo ao entendimento das relações e do sistema internacional, distingue sistemas homogéneos de sistemas heterogéneos, centrando-se na conduta dos atores políticos, na natureza dos Estados e nos objectivos formulados pelos detentores do poder.

O sociólogo francês assume a perspectiva de sistema internacional como constituído pelas *unidades políticas que mantêm relações regulares e que são susceptíveis de entrar numa guerra geral*, separando radicalmente as relações internacionais da Ciência Política e defendendo que a luta entre os Estados é diferente da luta interna entre os actores políticos de um Estado, refere uma descontinuidade entre a política interna e a política internacional (Aron, 2002, pp. 94). Daí que defina os regimes, os Estados e o sistema internacional como níveis autónomos de análise para compreender como se relacionam. Partindo das teorizações de Carl Von Clausewitz, Aron, como concepção seminal da sua teoria das relações internacionais, defende a continuidade das relações estatais através da alternância de paz e de guerra e a complementaridade da diplomacia e da estratégia, dos meios directos e dos meios indirectos aos quais os Estados recorrem para a prossecução dos seus objectivos ou para a defesa dos seus interesses, centrando-se na análise das regularidades que designa de *fenómenos-causa determinantes* (Aron, 2002, pp. 153, 661-672, Clausewitz, 1976, pp. 100). Referindo que o espírito do tempo ilegalizou o recurso à guerra, Aron defende este ser um instrumento legal e legítimo dos Estados, como consagrado pelo Direito Internacional e pela Carta das Nações Unidas. Distinguindo os Estados de acordo com o seu carácter imperialista, revisionista e revolucionário analisa as características estatais que emergem em contexto de guerra.

Ao aduzir esta concepção, o autor defende que a configuração da relação de forças e a natureza do sistema, de modo complementar, conduzem a dialéctica dos regimes e comandam os sistemas, orientando historicamente as relações internacionais.

Em Aron, a configuração da relação de forças decorre do espaço geográfico histórico, existindo unidades semi-integradas no sistema, dependendo a força das unidades dos seus recursos, do coeficiente de mobilização e dos objectivos estratégicos (Aron, 2002, pp. 158). Afirmando que, de forma dialogante, aquando de uma mudança na configuração da relação de forças, ou se verifica uma transição, em termos da natureza do sistema, entre a homogeneidade e a heterogeneidade, ou se verifica uma transição, em termos de estrutura do sistema, entre a unipolaridade, a bipolaridade e a multipolaridade (Aron, 2002, pp. 217).

Para o autor, o sistema internacional é anárquico, daí o imperativo enfoque nas concepções de legitimidade, de moralidade, de ambições externas e de força das unidades, sendo estas mutáveis, consoante o regime político e o diálogo estratégico entre as classes e os detentores do poder, propondo que as nações não lutam somente por uma posição de força (Aron, 2004, pp. 154-159, 217). A estrutura do sistema internacional é sempre *oligopolística*, sendo este composto por unidades políticas e agrupamentos de unidades, como alianças provisórias e coligações permanentes, que decorrem não da posição geoestratégica mas, em grande medida, da relação de forças, referindo que *todos os acontecimentos, onde quer que se passem, provocam reacções mútuas* (Aron, 2002, pp. 475). Segundo propõe Aron, as alianças não constituem necessariamente um efeito mecânico da relação de forças do sistema, podendo os Estados entrar em conflito pela divergência ou convergência dos seus interesses e reivindicações, unindo-se por interesse, por preferência sentimental ou pela procura de equilíbrio (Aron, 2002, pp. 158).

No que concerne à natureza do sistema internacional, o autor defende existirem modalidades e gradações diversas de homogeneidade e de heterogeneidade, mutáveis ao nível dos sub-sistemas, das regiões, das rivalidades, da diplomacia, das estruturas sociais, dos regimes políticos, das ideias e ideologias e da realidade empírica. Neste sentido o autor afirma que *um sistema é sempre mais ou menos homogéneo (ou heterogéneo): homogéneo em certa região, heterogéneo em outras; homogéneo em tempos de paz, heterogéneo durante a guerra; heterogéneo com respeito parcial à regra diplomática da não-ingerência, heterogéneo como emprego diplomático de técnicas de acção revolucionária* (Aron, 2002, pp. 216). Acrescenta poder *haver heterogeneidade das estruturas sociais ou dos regimes políticos; de ideias, em vez de realidades ou, inversamente, de realidades mais do que de ideias*, ressaltando, assim, uma dualidade na definição de Aron, ao contemplar tanto as ideias e identidades como

os regimes políticos (Aron, 2004, pp. 155). De génese na perspectiva de Guglielmo Ferrero, seguindo Charles Talleyrand, que define a legitimidade como o reconhecimento pelo conjunto dos Estados de que determinada ordem internacional é legítima, não subjacente mas imperativa à estabilidade e à durabilidade da ordem, Aron traça uma relação de inferência entre os regimes internos dos Estados e o princípio de legitimidade no sistema internacional (Ferrero, 1996, pp. 71-77).

Discípulo assumido de Immanuel Kant, no respeitante à razão, aliando-a à moderação e prudência, Aron refuta a perspectiva kantiana de homogeneização mediante a constituição de uma Federação de Estados que constituiria um Estado mundial (Kant, 2009, pp. 130-151, Aron, 1948, pp. 341-342, Aron, 1997, pp. 263). O projecto de *paz perpétua* kantiano seria pautado pela formação de uma Federação de Estados que, através desta liga de paz, poderia pôr fim a todas as guerras, de forma permanente. No seu tratado, Kant aborda quer as condições impeditivas quer os aspectos mandatórios que, guiados pela razão, conduzirão a uma transversalidade de princípios, ornamento jurídico e forma de regime aos vários Estados compósitos da Federação (Kant, 2009, pp. 130-151).

Clarificando, a título introdutório, o estado de paz entre os homens como oposto ao estado de natureza, no qual não existindo sempre o contexto de guerra prevalece o contexto de ameaça contínuo, na primeira secção o autor enfoca, assim, a subordinação de aspectos como os tratados internacionais, a ética da guerra e a soberania estatal à supremacia do objectivo de *paz perpétua*, que define como mandatórios, por serem passíveis de conduzir ao conflito de interesses e à heterogeneidade entre os Estados. Seguidamente, aduz aspectos como o enquadramento constitucional, a organização política e a alteridade no contexto federativo, que designa de *definitivos para a paz perpétua entre os Estados*. Na segunda secção referencia como artigo primeiro para a *paz perpétua*, a Constituição civil em cada Estado dever ser republicana; como artigo segundo, o direito das gentes dever fundar-se numa federação de Estados livres e como terceiro, o direito cosmopolita dever limitar-se às condições da hospitalidade universal.

Apelando à instauração do estado de paz, mas contemplando a percepção de Estado inimigo, caso este conduza à insegurança de um Estado, o autor defende o estado de paz dever ser fundado mediante estruturas jurídicas institucionais, assentes no direito público, passando-se, deste modo, do estado de natureza ao estado civil, no qual é legalmente definido o que é de cada um (Kant, 2009, pp. 136-151). Assegurada a homogeneidade constitucional republicana dos Estados soberanos, o autor define como

segundo artigo para a *paz perpétua*, o direito das gentes dever fundar-se numa federação de Estados livres. Deste modo, Kant contempla e defende uma solução federativa, caracterizada pela individualidade e autonomia dos vários Estados compósitos e, simultaneamente, por uma homogeneidade assente na subordinação destes Estados aos princípios, ao ornamento jurídico e à forma de regime político, transversais ao âmbito federativo. Mesmo tendo os imperativos modernos levado à erosão dos pressupostos kantianos, pelos novos recursos e estratégias estatais para atingir a paz, a proposta de Kant emerge como basilar na análise desta problemática, visto, de modo subjacente, abordar a questão da homogeneidade como característica da manutenção e como imperativo à *paz perpétua*.

Reflexo da meta de constituição de uma sociedade colectiva universal assente no agrupamento dos Estados soberanos do sistema internacional, as teorizações sobre a constituição de uma Comunidade ou Estado mundial têm sido fórmulas, quer aduzidas como perspectiva de alcance da paz e garantia da ordem universal, quer refutadas como utopias inconcretizáveis e inexecutáveis. A rejeição de Aron pela perspectiva kantiana de constituição de um Estado universal é igualmente partilhada por Martin Wight que afirma a concepção de Estado mundial como, mais que os outros, se assume passível de incorporar *a ilegalidade fundamental que empala o homem absolutamente justo e compele os outros a agir de forma crisálida* (Wight, 1966b, pp. 122). Afirmando que estes conceitos encobrem o paradoxo de que a *saúde* da esfera política se mantém apenas pela objecção de consciência à política, rejeitando ambos os autores a opção de homogeneidade extrema que o enunciado kantiano comporta e implica. Todavia esta rejeição conceptual, Aron bebe a perspectiva kantiana ao designar os sistemas homogéneos como aqueles que reúnem Estados de regimes análogos, dentro de uma mesma concepção da política e cumprimento de regras provadas ou costumes, sendo mutuamente reconhecidos os interesses dinásticos ou ideológicos que os unem, a despeito dos interesses nacionais que os separam (Aron, 2002, pp. 160).

Pela a homogeneidade do sistema favorecer a distinção entre inimizade e competição, evidencia-se uma solidariedade natural e uma limitação da violência, no âmbito da conflitualidade hostil entre os Estados num sistema homogéneo, afirmando que estes evidenciam maior previsibilidade e estabilidade. Em sistemas desta natureza, os Estados podem assumir-se indiferentes às mudanças internas dos outros Estados, desde que estas não impliquem uma alteração substancial do sistema, como a mudança de um regime político significar a mudança de alianças. Em termos de auto-regulação

do sistema, Aron afirma que esta capacidade se verifica em sistemas multipolares homogéneos, nos quais os Estados, devido ao receio da *monarquia universal*, tendencialmente, limitam as suas ambições e, mutuamente evitam *ajustes de contas*, procurando substituir a falha de uma unidade por uma outra (Aron, 2002, pp. 451, 556). Neste âmbito, Aron acrescenta que a homogeneidade das elites e da nação inferem na capacidade de influência externa de um Estado, face aos Estados aliados e aos Estados neutros, bem como permite uma maior resistência à subversão e à chantagem externa, distinguindo, em termos de fundamentação dos objectivos das guerras, a *guerra social* e a *guerra político-económica*, no âmbito da homogeneidade das tipologias de guerra (Aron, 2002, pp. 879). A perspectiva de Aron assemelha-se, assim, à posição de Hans Morgenthau que refere que o equilíbrio no sistema internacional só é possível quando as suas partes constitutivas interagem entre si sem se anular mutuamente (Morgenthau, 1954, pp. 185-186).

Não obstante a diversidade dos princípios de legitimidade estatal evidenciados no cômputo do sistema internacional, o autor realça a similaridade da concepção de Estado adoptada pelas unidades políticas, assente na legitimidade democrática como fundamento da existência das nações e não apenas dos regimes políticos. Assentando esta concepção, de carácter histórico, na legitimidade ser *democrática*; no Estado ser *neutro* em relação à consciência individual e na autoridade se exercer por intermédio de uma *burocracia*. Apesar do facto de nem todas as nações terem adoptado um modelo neutro de Estado, pela génese da nacionalidade assente na religião ou por, tradicionalmente, não se dar uma separação entre o poder civil e a fé, bem como nos Estados europeus, a separação entre a consciência nacional e a consciência religiosa adquirir um conteúdo político, Aron evidencia o facto do contexto de Estado moderno pressupor uma distinção da ordem política e da consciência da nacionalidade, ante *os vínculos familiares ou locais, sob a fé transcendental* (Aron, 2002, pp. 477-478). Devendo (o Estado ser) *a expressão da vocação única que a nação quer exercer no mundo* e estar ao seu serviço, implicando uma certa concepção de regime político, senão de governo do país, defende que em ambos os casos não significa a perda de consciência política, que conduziria à desintegração do Estado e da comunidade (Aron, 2002, pp. 477-480). Defendendo a respeito deste princípio que *a restauração da legitimidade democrática é, efectivamente, uma condição indispensável, uma etapa decisiva da reconstrução europeia*, no pós Segunda Guerra Mundial (Aron, 1990, pp. 672).

Numa abordagem histórica da natureza do sistema internacional, Aron destaca o abalo causado pela Revolução Francesa à homogeneidade do sub-sistema europeu, assente no reconhecimento recíproco entre estes Estados. Dado que, no *interior dos Estados, os dois princípios de legitimidade- o direito de nascença e o critério eleitoral- cujo conflito constituía um dos motivos das guerras da Revolução e do Império, coexistiam numa trégua precária*, Aron defende que a *homogeneidade, evidente em tempos de paz, tinha algumas fissuras* que levariam à conseqüente guerra (Aron, 2002, pp. 162). Analisando historicamente a natureza do sistema europeu, Aron classifica-o como, simultaneamente, multipolar e heterogéneo, no período entre o fim das Guerras de Religião e a Revolução Francesa e como semi-heterogéneo, em 1914, nas vésperas da Primeira Grande Guerra, pela dicotomia de princípios de legitimidade, reciprocamente reconhecidos pelos Estados. Afirmando que, com o abandono russo da guerra, em 1917, a dicotomia de princípios existente entre os regimes absolutistas e os regimes democráticos, tendo sido explorada como legitimação e como conseqüência da guerra, intensificou e cimentou a pré-existente heterogeneidade dos Estados do sistema europeu (Aron, 2002, pp. 162-164).

No que concerne ao período da Segunda Guerra Mundial, o autor aduz a incompatibilidade entre o estatuto territorial da Europa, fundado na herança dinástica e no equilíbrio de forças e a constituição dos Estados autoritários, em torno do direito das nacionalidades, terem conduzido a uma heterogeneidade do sub-sistema europeu. Aron entendia que o destino do Ocidente estava associado à Aliança Atlântica, propondo, dada a impossibilidade de constituição de um Estado mundial, o direito legítimo de *liderança americana de república imperial*, face à ameaça totalitária soviética (Aron, 1951, pp. 458). Apontando a sequencial constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como uma aliança entre os Estados Unidos da América (EUA) e as democracias ocidentais, uma aliança de Estados menores com grandes potências, que procurava contrariar a homogeneidade que se criou com o alinhamento dos Estados comunistas com a União Soviética.

Para o autor, antes de 1945, nenhum sistema internacional tinha chegado a abranger todo o mundo, quer pela *distância física* quer pela *distância moral* entre as nações (Aron, 2004, pp. 471-477). Afirmando que, a partir deste período histórico, maturando-se a produção e destruição decorrentes da revolução técnica- causa da Segunda Guerra Mundial- se assiste, simultaneamente, a uma heterogeneidade real, devido à diversidade dos princípios de legitimidade estatal e das dimensões dos Estados

e a uma homogeneidade jurídica dos Estados, devido ao subjacente objectivo de constituição de uma sociedade internacional, pelo transversal direito de pertença e admissão da igualdade soberana dos Estados na Organização das Nações Unidas (ONU). Acrescentando que, depois de 1945, atendendo à extensão mundial do *sistema diplomático, a despeito de todas as diferenças internas, este passou a tender à homogeneidade jurídica, de que a Organização das Nações Unidas é uma manifestação* (Aron, 2002, pp. 165, 471).

No mesmo sentido, Alexander Wendt, procurando fazer uma ponte teórica entre a tradição realista-liberal e a tradição racionalista-comportamental e opondo-se à afirmação neo-realista de que a *auto-ajuda* é dada pela estrutura anárquica exógena do processo, desenvolve o argumento construtivista de que a *auto-ajuda* e as políticas do poder não decorrem, nem lógica nem casualmente da anarquia, que subsiste enquanto não existir hierarquia. Definindo a estrutura como um processo em mudança permanente, o autor afirma que a política internacional também o é, encontrando-se, na década de 90, num mundo de *auto-ajuda*, decorrente do processo e não da estrutura, distinguindo, assim, factores endógenos *dentro* do sistema e factores exógenos *do* sistema. O autor afirma não existir lógica na anarquia separada das práticas que criam e instanciam uma estrutura de identidade e interesses, em preponderância ou em detrimento de outra.

Defendendo que a *auto-ajuda* e as políticas do poder são instituições, nas quais a anarquia não é característica e não sendo possível derivar uma estrutura de identidades e interesses de auto-ajuda, apenas do princípio da anarquia, Wendt reivindica que a *anarquia é o que os Estados fazem dela* (Wendt, 1992, pp. 132-162). O autor afirma, então, que a intersubjectividade do conhecimento que constitui as identidades e interesses competitivos, longe de lhe ser conferida de modo exógeno, é construída diariamente através do processo de *vontade de transformação social*, sendo este *o que os Estados tiverem feito deles próprios* (Wendt, 1992, pp. 148). Inter-relacionando o que os actores fazem com quem os actores são, define uma relação causal entre prática e interacção (como variável independente) e a estrutura cognitiva ao nível dos Estados individuais e do sistema de Estados, que constituem as identidades e os interesses (como variável dependente), concluindo que os Estados e as estruturas sistémicas são mutuamente constitutivos.

Interrogando-se sobre o papel do Estado no contexto pós-moderno, o autor declara que *qualquer transição para novas estruturas de autoridade e identidades*

políticas globais- para as pós-internacionais políticas - será mediada por e de modo dependente à particular resolução institucional da tensão entre unidade e diversidade, ou particularismo e universalidade que é o Estado soberano (Wendt, 1992, pp. 163). Wendt propõe, assim, uma articulação dos pressupostos liberais, ultrapassando a concepção de que as identidades e os interesses são dados de modo exógeno e dos pressupostos construtivistas, atendendo à intersubjectividade do conhecimento como constituinte das identidade e interesses, para a construção de uma teoria internacional enfocada no processo das relações internacionais. Distinguindo factores endógenos de factores exógenos, da estrutura do sistema- constituído por unidades similares- dos componentes do sistema- de legitimidade, regimes políticos e organização interna divergentes, o autor afirma evidenciar-se uma homogeneidade em termos de organização do sistema internacional, visto este ser constituído por unidades similares, os Estados. Propondo a interdependência, o destino comum e a homogeneidade constituirão não causas mas possíveis obstáculos à mudança, aduz a homogeneidade se revelar uma pré-condição às relações entre os Homens e os Estados, apesar de não garantir, necessariamente, as boas relações. Contudo, afirma verificar-se uma heterogeneidade em termos das unidades, visto cada Estado estar noutro nível de legitimidade e de organização interna de unidade legítima, além da existência, tanto de regimes democráticos como autoritários, também distintos entre si (Wendt, 1992, pp. 132, 148).

Partilhando com Wendt a perspectiva de homogeneidade em termos de organização do sistema internacional e de simultânea heterogeneidade entre os Estados como suas unidades compósitas, Aron afirma que, após a Segunda Guerra, não obstante a heterogeneidade que se evidencia, esta se encontra dissimulada pelo institucionalismo internacional e pela concepção de comunidade pluralista de segurança. O peso e a transversalidade das instituições do institucionalismo liberal extensíveis à contemporaneidade, nas quais os Estados são formalmente iguais, o que conduz ao paradoxo dos Estados serem percebidos como homogéneos entre si, mas heterogéneos face aos restantes Estados não membros das instituições liberais multilaterais (Aron, 2004, pp. 369-373, 399, 508). Aduzindo ser, deste modo, ocultada a extrema diversidade das populações, as desigualdades de desenvolvimento, as incongruências entre os regimes e as ideologias e a dicotomia entre as concepções internas e externas dos Estados, defendendo que a heterogeneidade pode ultrapassar a

oposição entre dois regimes e duas doutrinas, como na Guerra Fria, inferindo de forma severa na estabilidade e na paz mundial.

Assemelhando-se à perspectiva aroniana, a respeito da inferência da extensão da diplomacia na natureza de homogeneidade do sistema, Martin Wight, numa visão pessimista, analisando a perspectiva de *balança do poder* através de uma solução federativa internacional, fala de um declínio constante e perda de homogeneidade e uma progressiva heterogeneidade, desde a República Cristã até à emergência dos totalitarismos na década de 30. O autor afirma que a extensão universal do campo diplomático, ao implicar uma heterogeneidade do sistema internacional, emerge como impeditivo à constituição de uma sociedade internacional homogénea, propondo como princípio de manutenção da ordem uma igual distribuição do poder (Wight, 1966a, pp. 149-175).

Procurando mostrar os significados distintos que a concepção de *balança do poder* pode ter na política internacional, colocando em diálogo estas perspectivas com a teorização kantiana de manutenção da paz universal, seguindo as leis do equilíbrio, através de uma federação internacional, significando a *balança do poder*, Wight afirma que esta se revela uma *quimera* por não existir uma *disposição, constituição ou união* que possa sustentar a base desse sistema e, mesmo existindo, que as propostas teóricas nesta esfera carecerem de definição sistémica, designando-as de falaciosas (Wight, 1966a, pp. 171). Propõe, então, que a alternativa à *balança do poder* não é a *comunidade de poder*, a não ser que esta significasse uma federação. Defendo, neste âmbito, que a política internacional nunca revelou um reconhecimento habitual entre os Estados de uma comunidade de interesses, que conduza os interesses à semelhança da acção dos Estados.

Numa abordagem histórica, Wight declara que a Primeira Guerra Mundial transformou os EUA no *fiel da balança do poder*, tendo a Segunda Guerra tornado os EUA, também, num dos pesos da uma balança simples, tendo a ONU significado a negação do princípio da *balança do poder*. Ao questionar se a *balança do poder* garante a independência das nações ou se conduz à guerra, defende que, não existindo um governo internacional, os Estados se preocupam primeiramente com a sua própria sobrevivência, daí que procurem manter algum tipo de equilíbrio entre os Estados. Declara, assim, que o único princípio de ordem é o de tentar manter, através da vigilância perpétua, uma igual distribuição do poder, sendo a alternativa a anarquia

universal ou a dominação universal, afirmando a *balança do poder* constituir a alternativa preferencial (Wight, 1966a, pp. 174-175).

Em Aron, um sistema em que há oposição radical entre duas potências ou conjunto de potências, como na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra Fria, é heterogéneo, sendo impossível a manutenção de relações diplomáticas, pelo não reconhecimento do oponente. Traçando uma analogia à finitude do mundo, Aron designa os sistemas heterogéneos como aqueles que congregam Estados organizados, segundo princípios diferentes, postulando valores contraditórios. A natureza de heterogeneidade pode-se verificar, igualmente, dentro de um subsistema, em *função ao mesmo tempo das realidades nacionais e das realidades ideológicas* (Aron, 2004, pp. 109-110, 393-395, 717). Daí que, a respeito da Segunda Guerra Mundial, comungue com Hans Morgenthau, a perspectiva de que a ascensão nazi conduziu à perda da unidade e partilha de linguagem moral dos Estados, tornando-se o diálogo impossível e assistindo-se a uma heterogeneidade conceptual, em termos de princípios de legitimidade no sistema internacional (Morgenthau, 1954, pp. 61-68). Morgenthau reflecte sobre, apesar de anteriormente à Guerra Fria o mundo ser multipolar, este evidenciava unidade, no sentido de que, independentemente de os Estados serem democráticos, de modo equilibrado, partilhavam a mesma linguagem moral e os mesmos princípios de legitimidade internacional, referindo que com a ascensão nazi os aspectos partilhados se dissolveram, tornando-se impossível o diálogo. O autor realça, então, como sendo duas grandes mudanças emergentes desde a Guerra Fria, a tecnologia permitir a guerra total e a polarização ter conduzido a dois mundos moralmente heterogéneos, em termos de moral e de preceitos de legitimidade internacional.

Todavia Aron afirmar que a natureza heterogénea não questiona, necessariamente, o parentesco cultural profundo dos membros, em tempo de paz, refere que, após o início das hostilidades, a instabilidade agrava-se pela coincidência de inimigo e adversário e pela fusão dos conflitos entre Estados com os conflitos internos, sendo difícil uma paz negociada, visto a subversão do governo inimigo se tornar um dos objectivos estratégicos da guerra (Aron, 2004, pp. 163, 501-503, 877). Segundo aduz o autor, a heterogeneidade do sistema leva a que o inimigo seja simultaneamente percebido como adversário, visto uma possível derrota prejudicar tanto os interesses da classe dominante, como os da nação. Referindo Aron, a respeito do conflito hostil decorrente da heterogeneidade política, que *os adversários da facção no poder tornam-se aliados do inimigo nacional e, portanto, traidores da pátria, aos olhos*

dos concidadãos. A conjuntura de Santa Aliança incentiva os governos a subordinar seus conflitos à salvação do princípio comum de legitimidade. Há um conflito ideológico quando cada campo professa uma ideia e os dois campos estão divididos, havendo em cada um deles um certo número de cidadãos que não querem a vitória do seu país, se ela representar a derrota da ideia que os orienta e que está encarnada no inimigo (Aron, 2002, pp. 161).

Neste âmbito, Aron refere que os sistemas internacionais que abrangem *Estados aparentados e vizinhos*, são, simultaneamente, palco de grandes guerras e de processos de unificação imperial, não impedindo a proximidade entre membros de um mesmo subsistema, que estes entrem em guerra, caso se evidencie uma heterogeneidade política relevante entre eles (Aron, 2002, pp. 165). Numa perspectiva histórica, após reflectir sobre a heterogeneidade do Império Persa, das cidades da Macedónia, dos reinos cristãos e do Império Otomano, dos conquistadores espanhóis e dos Impérios Inca e Asteca e dos conquistadores europeus e das tribos africanas, o autor destaca que, não obstante às vésperas da Guerra de Peloponeso, as cidades-Estado gregas serem relativamente homogêneas, com a guerra, emergiu, em cada um dos campos, a consciência da sua divisão entre democracia e aristocracia (ou oligarquia), representando, estas o facto de, tendencialmente, em situação de guerra, desaparecerem os aspectos comuns e ressaltarem as divergências (Aron, 2002, pp. 164).

Pesando o relativismo da heterogeneidade e a multiplicidade de aspectos delineadores do sistema internacional, Aron traça uma relação de coincidência e causalidade, de a heterogeneidade do sistema ser criada pela violência das guerras ou de essa heterogeneidade constituir a causa ou o contexto histórico das grandes guerras. Não conduzindo à guerra mas pelo menos impedindo a paz, o autor exemplifica como os períodos de grandes guerras religiosas, revolucionárias, imperiais, guerras do século XX- *sempre coincidiram com o questionamento do princípio de legitimidade e de organização dos Estados* (Aron, 2002, pp. 110, 161).

Neste sentido, Hedley Bull, representante da escola inglesa realista, procurando responder às questões em que consiste a ordem na política mundial, como é que essa ordem é mantida dentro do actual sistema de Estados soberanos e se o sistema de Estados soberanos ainda constitui um caminho viável para a ordem mundial, designa como atributos essenciais do sistema a pluralidade de Estados soberanos; um certo grau de interacção entre eles, de modo a formarem um sistema; e um certo grau de aceitação de regras e instituições comuns, com respeito às quais eles formam uma sociedade de

Estados. Questionando quais as formas de organização política universal existentes que possam servir de alternativa ao sistema de Estados da década de 70, o autor propõe quatro possíveis formas de organização alternativas, referindo, no entanto, que estas representariam apenas uma transição de uma fase para outra, ao invés da supressão do sistema em si mesmo. Bull conclui que as concepções de *mundo desarmado*, de *solidariedade dos Estados*, de *mundo com muitas potências nucleares* e de *homogeneidade ideológica* constituiriam mudanças na condição do sistema de Estados, sem que surtisses transformações que levassem à superação do sistema de Estados em si mesmo.

Colocando em diálogo a perspectiva kantiana de que haveria mais ordem num sistema de Estados ideologicamente homogêneo, pela supressão dos conflitos ideológicos, e a crítica de Georg Hegel de que a gênese de tensão e de conflitos internacionais é o Estado, na qualidade de Estado e não na forma específica deste, Bull questiona-se se a política mundial poderia evidenciar o tipo de uniformidade ideológica imperativo à instituição de outra forma de sistema de Estados (Bull, 2002, pp. 263, 264, 269). Contestando o autor que, dada a variabilidade que tem pautado as ideologias adotadas nas diferentes partes do mundo, *a tentativa de remodelar o sistema de Estados com base nos princípios da uniformidade ideológica seria provavelmente uma fonte de desordem, e retornaríamos ao princípio de que a melhor forma de manter a ordem é a disposição de tolerar diferenças ideológicas, ou seja, o princípio em que se baseia o presente sistema de Estados* (Bull, 2002, pp. 279-280, Kant, 2009, pp. 130-151).

Seguindo Aron, a respeito da possibilidade de *homogeneidade ideológica*, Bull realça a causalidade entre a coincidência das guerras mais violentas e da heterogeneidade no sistema de Estados, aduzindo que os *períodos de relativa homogeneidade ideológica têm-se caracterizado pela tolerância de diferenças ideológicas, em vez da uniformidade ideológica* (Bull, 2002, pp. 263-280). No entanto, refuta esta forma de organização política do sistema de Estados, afirmando que esta ao antecipar o Estado universal questionaria a autonomia, a diferenciação entre os Estados e a pluralidade do sistema internacional, definidos pelo autor como seus atributos essenciais, separando, deste modo, a sua proposta teórica da sociedade internacional da questão da homogeneidade e da heterogeneidade.

Analisando o sistema internacional da década de 60, seu contemporâneo, Aron defende este ser heterogêneo pelas implicações decorrentes, quer da rivalidade das

concepções próprias de ordem justa das ideologias estatais, quer da negação da legitimidade dos regimes baseados nos princípios opostos (Aron, 2002, pp. 501). Caracterizando o contexto da Guerra Fria como *paz impossível, guerra improvável*, afirma a paz ser impossível, por não poder existir uma verdadeira paz com um regime totalitário ideologicamente ofensivo e a guerra ser improvável, pelo facto da União Soviética ter sofrido uma grande destruição, bem como pelo efeito da dissuasão das armas nucleares (Aron, 1948, pp. 13, 31). Propondo, a respeito do sistema bipolar da guerra fria da década de 60, não existir homogeneidade entre os dois blocos, referindo que *as relações entre os Estados dependem, em parte, dos seus regimes internos: a organização política dos Estados democráticos não pode deixar de ser diferente da organização política dos Estados soviéticos* (Aron, 2002, pp. 552). Assim *cada um dos blocos tende a empregar, para uso interno, uma fórmula da Santa Aliança*, expressando a fórmula de reconhecimento da homogeneidade, da comunidade militar e político-ideológica constituída nos blocos (Aron, 2002, pp. 160).

Não obstante esta homogeneidade nos blocos, sendo o sistema internacional, simultaneamente, bipolar, heterogéneo e caracterizado pela participação de muitos Estados instáveis, este não apresenta capacidade de auto-regulação. Afirmando que *A coexistência pacífica tem como resultado a hipocrisia diplomática: é a guerra fria que determina a realidade das relações internacionais* (Aron, 2002, pp. 877). Acrescentando que *cada actor principal (bloco) sabe que não será poupado pelo rival se não tiver meios de se defender, fazendo cada um deles esforço para impedir que o inimigo adquira uma superioridade de forças* (Aron, 2002, pp. 879). Para o autor, a heterogeneidade ideológica do sistema internacional, desta época, é transversal a todos os subsistemas e a todos os Estados, ainda que de forma diferente. Todavia, nos Estados que não integram nenhum dos dois blocos, a heterogeneidade é mais profunda, visto estes se encontrarem em desvantagem face aos restantes Estados, daí que procurem alcançar uma união, mediante organizações inter e supra-estatais. Afirmando, contudo, que esta extrema heterogeneidade se encontra dissimulada pela constituição de entidades supranacionais, como a ONU, nas quais os Estados, partilhando valores, concepções políticas, diplomáticas e do direito internacional, são formalmente iguais (Aron, 2002, pp. 503, 508). Em complementaridade, a institucionalização da cooperação pela segurança colectiva leva a que os Estados sejam percebidos como homogéneos entre si, mas heterogéneos face aos restantes Estados não membros destas instituições da comunidade ocidental-americana, como a OTAN.

Aron defende assim que a heterogeneidade do sistema *impede o pleno desenvolvimento da sociedade transnacional (...) e rompe a unidade moral da colectividade humana*, referindo que a heterogeneidade das civilizações enquadradas no sistema internacional pode inferir de forma severa na estabilidade e na paz mundial, propõe que os distintos princípios de legitimidade interna, ao originarem uma heterogeneidade do sistema, criam uma tensão da legitimidade no ordenamento internacional (Aron, 2004, pp. 878).

Neste sentido, Aron aproxima-se da abordagem conflitual da heterogeneidade civilizacional de Samuel Huntington que, traçando um cenário pessimista e extremista, afirma que a próxima fonte fundamental de conflito entre os Estados, o *choque das civilizações* dever-se-á à heterogeneidade civilizacional. Para o autor, os principais conflitos políticos vão ocorrer entre Estados e grupos de civilizações heterogéneas entre si, sendo nas *linhas de falha* entre as civilizações que se travarão as batalhas do futuro, defendendo que esta tipologia de conflito entre as civilizações será a última fase da evolução dos conflitos no mundo moderno. No que concerne às *linhas de falha* entre as civilizações, Huntington afirma que estas substituirão as barreiras políticas e ideológicas e os pontos de conflito da Guerra Fria, fazendo ressurgir a divisão cultural da Europa entre o Ocidente Cristão, a Cristandade Ortodoxa e a Islâmica (Huntington, 1993, pp. 30). Em reflexão sobre a natureza das civilizações, o autor realça o facto de terem deixado de ser relevantes as divisões vigentes durante a Guerra Fria de *Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo*, colocando-se a tónica não no agrupamento de países em termos de sistema político-ideológico e de desenvolvimento económico, mas em termos culturais e civilizacionais, afirmando que os alcances mais amplos da história humana têm sido a história das civilizações (Huntington, 1993, pp. 22-25).

Seguindo a perspectiva de que as civilizações irão *chocar*, Huntington afirma que a identidade civilizacional terá importância crescente no futuro e que o mundo será modelado, em larga medida, pela interacção entre sete ou oito civilizações maiores (a ocidental, a confuciana, a japonesa, a islâmica, a hindu, a ortodoxo-eslava, a latino-americana e a africana), ocorrendo os conflitos do futuro nas *linhas de falha* que as separam (Huntington, 1993, pp. 25). Abordando a reunião das civilizações entre os *países parentes*, Huntington afirma que os grupos ou Estados pertencentes a uma civilização que se envolvem numa guerra com outra civilização procuram, naturalmente, reunir apoio de outros membros da sua própria civilização (Huntington, 1993, pp. 35-38). Realçando-se o facto de, mesmo no contexto da heterogeneidade entre

Estados de uma mesma civilização, em caso de *choque civilizacional*, estes se reunirem homogeneamente face às outras civilizações. Colocando em diálogo o *ocidente versus o resto* o autor refere que o ocidente constitui um pico de poder, defendendo que a expressão *comunidade mundial* se tornou um eufemismo para conferir legitimidade à acção, reflectindo os interesses da comunidade ocidental-americana. Referindo Huntington que, de futuro, não haverá uma civilização universal homogénea mas sim um mundo de diferentes civilizações heterogéneas, que têm de aprender a coexistir umas com as outras (Huntington, 1993, pp. 49).

Dada a multiplicidade de abordagens em torno da questão da homogeneidade e da heterogeneidade como natureza do sistema internacional urge, pois, atender à análise de carácter definitivo, relacionada com a estrutura, as concepções de legitimidade e com o conflito de Aron, à seminal teorização kantiana da *paz perpétua*, à teorização distinguidora de estrutura e de componentes do sistema de Wendt, à concepção de *balança do poder* aduzida por Wight, à defesa de Morgenthau do imperativo de partilha de linguagem moral e princípios de legitimidade, à proposta de Bull como uma forma de organização alternativa do sistema internacional e à abordagem conflitual da heterogeneidade civilizacional de Huntington, para uma compreensão das diferentes variáveis em diálogo e dos aspectos convergentes e divergentes entre estes enunciados teóricos, ante a perspectiva aroniana que se adopta.

Concepções de legitimidade e princípios normativos

Temática de génese na tradição weberiana, a legitimidade, no âmbito da abordagem da problemática da homogeneidade e da heterogeneidade, intrinsecamente relacionada com os modelos de autoridade estatais, as ideologias e os regimes políticos, assume-se como um aspecto fulcral de análise. À luz da dualidade da proposta de Aron, ao contemplar tanto as ideias e as identidades, como os regimes políticos, na análise desta problemática, atende-se às relações por si traçadas de mutabilidade da legitimidade interna dos Estados consoante o regime político e o diálogo estratégico entre as classes e os detentores do poder e de inferência entre os regimes políticos internos dos Estados e a legitimidade no sistema internacional. Abordando-se as concepções de legitimidade como quadro de análise das relações políticas entre os Estados da comunidade ocidental-americana e ante os outros Estados, influenciando e modelando a acção estatal no sistema internacional, após o fim da Guerra Fria, observa-se quer a definição conceptual de legitimidade vigente entre a comunidade ocidental-americana, quer os aspectos que definem a legitimidade da acção estatal no sistema internacional do *post* Guerra Fria.

No que concerne à sua definição conceptual Henry Kissinger, na sua proposta realista, define a legitimidade *como implicando a aceitação do quadro da ordem internacional por todas as grandes potências (...)* Uma ordem legítima não torna os conflitos impossíveis, mas limita o seu escopo. A Guerra pode ocorrer, mas serão travadas em nome da estrutura existente e da paz que se segue, sendo justificada como uma melhor expressão de «legitimidade» do consenso geral. A diplomacia no sentido clássico, o ajuste das diferenças através de negociações, só é possível numa ordem internacional «legítima» (Kissinger, 1957, pp. 1-2). Realçando-se desta proposta a relação traçada entre a legitimidade, o conflito, a paz, o consenso e a negociação, que se assemelha ao enunciado aroniano. Em complementaridade, observa-se a proposta institucionalista de Ian Clark que define legitimidade como podendo *ser concebida como um espaço político, mas não ilimitado ou normativamente autónomo. Embora os valores colaterais da legalidade, da moralidade e da constitucionalidade mudem ao longo do tempo, a um dado ponto assumem a aparência de estruturas semi-permanentes. A prática de legitimidade descreve a negociação política entre os membros da sociedade internacional, como estes procuram uma acomodação entre esses valores aparentemente absolutos e a tentativa de conciliá-los com um consenso*

trabalhado para que todos se possam se sentir vinculados (Clark, 2005, pp. 29-30). Enfocando-se desta proposta a relação estabelecida entre a legitimidade, as normas, os valores, o consenso, a negociação e a vinculação que, seguindo a conceptualização de Aron, enquadra o paradigma em análise.

Dada a relação traçada entre a legitimidade e a moralidade, procura-se compreender a problemática em torno da existência de um código moral partilhado pelos Estados, como base de uma sociedade internacional que modele a acção e confira legitimidade moral à comunidade ocidental-americana no sistema internacional. Assistindo-se com Edward Carr à ruptura com o normativismo que, ao defender que não se adequa à política internacional, propõe uma teoria praxeológica das relações internacionais validada pela prática moral. Para o autor é impossível falar-se de uma comunhão de interesses e de moral internacional, levando esta visão a uma ignorância sobre o poder como definidor da moral. Em Carr, a ordem internacional é definida pela preponderância, partilhando com Morgenthau a perspectiva de que a evolução da política internacional se dá de forma cíclica, referindo a hegemonia e queda de uma grande potência. A respeito da legitimidade moral da acção estatal no sistema internacional, o autor coloca em diálogo a perspectiva de que a lei internacional é percebida apenas como arma adequada para combater aqueles que atacam o *status quo* e a perspectiva utópica de que a moral internacional seria a moral dos indivíduos. Defendendo que negar personalidade ao Estado é tão absurdo como conceder-lha, o autor assume a existência de um implícito código moral internacional que obriga os Estados ao seu seguimento (Carr, 1939, pp. 312, 316).

Não obstante a crença generalizada da existência de uma sociedade de Estados entre a comunidade ocidental-americana, caracterizada pelos Estados como as suas unidades compósitas, esta não pode ser abordada como se de uma unidade se tratasse, pois de acordo com a proposta de Carr *o princípio de igualdade entre os Estados membros não se aplicar e de na realidade não ser facilmente aplicável à comunidade mundial* e por *o princípio de que o bem comum tem prioridade sobre o bem das partes, postulado de todas as comunidades plenamente integradas, não ser universalmente aceite*, decorrendo estes aspectos das deficiências evidenciadas pela moral internacional (Carr, 1939, pp. 322-323). Apesar de não se ter alcançado uma aceitação universal do postulado de que o bem comum tem primazia sobre o bem das partes e que a lealdade a uma comunidade mundial não seja, porém, suficientemente pujante para que se crie uma moral internacional que suplante os interesses nacionais

vitais, Carr contempla a perspectiva de existência de uma comunidade internacional homogénea, em termos de valores e pressupostos de legitimidade, em que os seus membros têm a obrigação de fomentar e reconhecer os princípios de carácter universal vinculativos, como se verifica entre os Estados da comunidade ocidental-americana. Contudo, o autor realça a heterogeneidade que se evidencia face aos Estados que não integram esta comunidade e ante os valores e pressupostos estatais dos Estados que não se regem por estes princípios vinculativos (Carr, 1939, pp. 326).

Assumindo que as normas de conduta constituem um aspecto partilhado pelos Estados soberanos e conferem legitimidade moral à sua acção na sociedade internacional, assentando na simultânea consciência e respeito pela heterogeneidade interna entre as unidades e pela homogeneidade destas como unidades na sociedade internacional, emerge como mandatário interrogar quais as matriciais normas e princípios morais que regem as suas relações. Definindo-se, assim, a norma *como um padrão de comportamento apropriado para os actores com uma determinada identidade*, estipulando o comportamento «esperado e exigido» aos Estados na sociedade dos Estados (Finnemore, 2008, pp. 143, Bell, 2002, pp. 44). Estas abrangem não só a acção individual estatal mas também regem os padrões reconhecidos das relações diplomáticas com os outros Estados. Daí que se afirme que *a certas nações é esperado que apoiem outras nações e a certas nações é esperado que dêem deferência a outras. Mesmo as cortesias de minuto tornam-se normalizadas. Existem regras de diplomacia, existem mesmo regras de guerra* (Organski, 1958, pp. 316).

Atendendo à análise de Peter Butler, seguindo Emmerich de Vattel, em *The Law of Nations*, a respeito da legitimidade no sistema internacional, como enquadramento das relações entre os Estados europeus, observam-se as normas de conduta hoje assumidas como pré-requisitos para as relações entre os Estados da comunidade ocidental-americana, na sociedade internacional (Vattel, 1834). No que concerne à *grande sociedade da natureza estabelecida entre todas as nações*, é enfocado que o seu objecto deve ser a assistência mútua para a melhoria das próprias condições da nação e da sociedade humana. Contudo, este princípio regedor da sociedade internacional apresenta como limitação o facto de dever subordinar-se e não dever contradizer a capacidade de auto-preservação de cada nação sua compósita, sobre a qual o autor realça o imperativo de satisfação e justiça das nações, face aos tratados celebrados para a paz, e a obrigação de assistência mútua entre as nações, não subordinada a convenções ou associações privadas (Butler, 1978, pp. 50). Contempla, deste modo, quer a

cooperação para a paz, mediante o estabelecimento de alianças entre os Estados, quer a partilha de um entendimento ético colectivo, subjacente às relações no sistema internacional, que se assumem como elementos agregadores e, nesse sentido, homogeneizadores, das unidades estatais no contexto da *grande sociedade da natureza estabelecida entre todas as nações*. Seguindo a concepção de *lei voluntária das nações* de Vattel, Butler ressalta a presunção de consentimento de todas as nações a estes princípios e a contraproductividade da sua possível imposição. Acrescentando o autor que, consistindo as nações em unidades moralmente equitárias, as suas obrigações decorrem da sua posição como integrantes da *grande sociedade da natureza estabelecida entre todas as nações*, subjugadas às próprias *leis das nações* e ao dever de auto-preservação e alcance da *perfeição*, como norma última regente da sua acção (Butler, 1978, pp. 45-52).

Segundo a proposta de Butler, a legitimidade na ordem internacional decorre do cumprimento das normas de conduta e pré-requisitos para as relações estatais, baseadas nos princípios morais transversais e partilhados pelos Estados, propostos por Vattel. À semelhança de Aron enfoca, assim, a relação simbólica entre o sistema das ideias interno dos Estados e a sua acção no sistema internacional, estando a relação entre os Estados na sociedade internacional condicionada ao respeito pela sua igualdade no sistema, pela diversidade das morais internas, pela noção de legitimidade dos interesses por estes defendidos, pela actuação em consonância com estes aspectos e pela promoção de uma moral internacional homogénea. Advindo o alcance da *perfeição* das relações entre as nações na sociedade internacional do respeito pelas obrigações e liberdades, inerentes à consciência da heterogeneidade entre as unidades e da sua homogeneidade na *grande sociedade da natureza estabelecida entre todas as nações*, assentes na definição de legitimidade moral da acção estatal (Butler, 1978, pp. 45-82).

Se é estabelecida uma relação simbólica entre o sistema das ideias interno dos Estados, a sua acção no sistema internacional e as normas de conduta internacionais, também a receptividade doméstica das normas internacionais é apresentada como condicionada pela necessidade de legitimidade internacional. A respeito do que designam de «*ciclo de vida*» da norma, Martha Finnemore e Kathryn Sikkink afirmam que a *influência da norma pode ser entendida como um processo de três etapas (...) a primeira etapa é a «emergência da norma»; a segunda etapa envolve a ampla aceitação da norma (...) a «cascata da norma»; e a terceira etapa envolve a internacionalização da norma* (Finnemore, 2008, pp. 147). Afirmando as autoras, na

corrente construtivista, que *Se a legitimação é a principal motivação para as mudanças normativas, nós podemos esperar que os Estados aprovem normas internacionais durante períodos de turbulência doméstica, em que a legitimidade das elites é ameaçada. Se os Estados procuram aumentar a sua reputação ou estima, nós podemos esperar que os Estados inseguros sobre o seu estatuto internacional ou reputação abracem as novas normas internacionais mais ansiosa e rigorosamente* (Finnemore, 2008, pp. 143, 158). Não obstante às normas decorrerem estruturalmente das normas morais internas dos Estados, segundo Coral Bell é de realçar que *estas não se tornam necessariamente normas internacionais, porque os governos não a vêm, mesmo, como «esperado e necessário» a si mesmos e uns aos outros cumprir a maioria deles, pelo menos a maioria, até muito recentemente* (Bell, 2002, pp. 45).

Todavia, sendo a sociedade internacional modelada e limitada pelas normas de conduta internacionais, é possível *afirmar que o sistema de Estados, historicamente, tem sido incorporado dentro de um quadro normativo que apela aos padrões de justiça e legitimidade acima e além do consenso e das práticas dos Estados* (Clark, 2005, pp. 30). Compreendendo-se a existência de princípios fundamentais da legitimidade que definem a presença dos Estados na sociedade internacional e que constituem parte integrante dessa mesma noção de legitimidade, a prática da legitimidade, tanto se exerce mediante a construção de consenso, de acordo com a distribuição do poder prevaiente na sociedade internacional, como é limitada e condicionada pela mutabilidade das normas de conduta internacionais, sem que o exercício da legitimidade corresponda directamente a qualquer destas normas em particular (Clark, 2005, pp. 30, 158).

Procurando-se abordar os princípios normativos fundamentais da legitimidade na comunidade ocidental-americana, segue-se a perspectiva de Martin Wight que, a respeito da presença dos valores ocidentais na política internacional, afirma ser possível a identificação de padrões de ideias repetida e recorrentemente homogêneos, na acção estatal, político-filosófica e jurídica do Ocidente. Definindo a concepção de valores ocidentais como o maior factor idêntico comum entre as crenças, segundo as quais os homens do ocidente vivem, sem que, no entanto, estes sejam meramente dedutíveis da acção ocidental, o autor identifica como padrões de ideias: a *sociedade internacional*, a *manutenção da ordem*, o *intervencionismo* e a *moralidade internacional* (Wight, 1966b, pp. 91).

A *sociedade internacional*, quanto à sua natureza e ao direito internacional, segundo Wight, merece perspectivas dicotómicas. O autor realça a perspectiva, de

génese em Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, que nega a existência da sociedade internacional, falando em *comunidade diplomática/sociedade de soberanias estatais* e que assume, segundo a doutrina do positivismo legal, o direito internacional como o conjunto dos princípios e regras que os Estados consideram, contratualmente, obrigatórios e o elemento que confere homogeneidade à comunidade. Em oposição, a perspectiva que considera a sociedade dos Estados como *irreal*, entendendo a sociedade internacional como a *comunidade da humanidade*. Seguindo a perspectiva da paz universal de Dante e a concepção de ordem legal na sociedade de Kant, devendo os Estados dissolver-se e fundir-se numa comunidade mundial *cosmopolis*, Wight interroga se, quer a sociedade de Estados se torne homogénea através da aceitação universal de padrões de legitimidade, quer a sociedade de Estados se torne homogénea mediante a federação e formação de um governo mundial, não se perde a noção de direito internacional, subordinando-se os Estados soberanos à comunidade internacional. Outra perspectiva aduzida pelo autor vê a sociedade internacional como relativamente perfeita e parte de um *grande* todo, defendendo que esta, por restringir os seus membros carece de concisão intelectual e apelo moral. Sobre esta perspectiva, Wight ressalta o seu carácter meramente histórico e sociológico-descritivo, afirmando, no entanto, ser este o relacionamento comum das comunidades independentes, com início na Cristandade da Europa ocidental, que se estenderam pelo mundo. Bem como, do sistema diplomático, da consciência da manutenção da *balança do poder* para preservar a independência das comunidades-membro, da regulação pelo direito internacional e da interdependência económica, social e tecnológica das instituições, enfocando o facto de esta perspectiva pressupor uma homogénea consciência social e sentimento de comunidade mundial entre a sociedade internacional.

Relativamente à *manutenção da ordem*, Wight afirma que não existindo sociedade internacional, as relações internacionais correspondem apenas ao *estado de natureza* de Hobbes, pois, não sendo necessária a manutenção da ordem, resta apenas a luta pela sobrevivência. Esta luta pela sobrevivência do Estado mais forte conduziria à subjugação dos outros Estados rivais, passando a segurança a deter um carácter exclusivo e a política externa e acção internacional de um Estado a obedecer apenas a interesses individuais estatais. Do mesmo modo que, face à existência de uma sociedade internacional, o autor declara que existindo uma ordem para ser mantida não é falacioso falar-se em interesse colectivo, podendo a segurança ser disfrutada e perseguida, agindo

a política externa de acordo com os interesses colectivos, transferindo-se, assim, para a política internacional categorias de constitucionalismo.

No que concerne ao *intervencionismo*, Wight defende este ser um dos mais notáveis significados da coerção para defesa dos padrões e manutenção da ordem na sociedade internacional. O autor enfoca o facto de, na retórica estatal, o *intervencionismo* ser, simultaneamente, negado como direito, por violar a natural liberdade dos Estados, e ser considerado um direito contínuo e universal, pela perspectiva de revolucionismo para a homogeneidade dos Estados ou de preservação da uniformidade existente. Wight realça, assim, nestas perspectivas de consideração do *intervencionismo* como direito contínuo e universal, que a independência e a separação dos Estados são menos importante que a homogeneidade da sociedade internacional e a que a inviolabilidade das fronteiras, subordinadas à *inevitabilidade da verdade* (Wight, 1966b, pp. 91, 114). Propondo uma abordagem da *moralidade internacional* centrada nos valores ocidentais, Wight delimita o seu campo de análise ao papel da consciência individual na política internacional e à noção dos limites éticos na acção política. Afirmando que o significado dos ideais morais reside nos *indivíduos que desafiam o Estado*, o autor defende existir uma positiva negação centrada no *não-político*, podendo as pretensões dos Estados existentes repudiar a política em nome da multiplicidade de indivíduos que compõem a sociedade internacional, sem que as suas aspirações sejam o estabelecimento de um Estado mundial. Relacionando o *intervencionismo* e a *moralidade internacional*, Wight realça que se tem assistido ao *intervencionismo* ante um grande poder estatal, exercido por organismos internacionais como, as Nações Unidas, devido à interdependência da legitimidade moral dos Estados (Wight, 1966b, pp. 116-120).

Defendendo estarem imbuídas no universalismo normativo emergente após o fim da Guerra Fria, Clark aduz que a legitimidade na comunidade ocidental-americana incorporou normas internacionais específicas como a legalidade, a moralidade e a constitucionalidade. Para o autor, estas definem parte substancial do conteúdo normativo da comunidade ocidental-americana, compõem o próprio processo de legitimação da sua acção estatal e *existem numa relação dinâmica e muitas vezes puxam em sentidos opostos* (Clark, 2005, pp. 156, 66). Igualmente enquadrada nas concepções de legitimidade vigentes entre a comunidade ocidental-americana, mas, especificamente, centrada na União Europeia (UE), a perspectiva dos seus Estados membros de desempenho de um papel significativo no mundo é expressa por Robert

Kagan que defende que *Até a União Europeia, à sua maneira, expressa uma ambição nacional pan-europeia (...) e tornou-se o veículo para canalizar as ambições alemãs, francesas e britânicas no que os europeus consideram como uma direcção supranacional segura. (...) A honra que eles procuram é ocupar uma elevada moral no mundo, para exercer a autoridade moral, para exercer influência política e económica como um antídoto para o militarismo, para serem o guardião da consciência global, e para serem reconhecidos e admirados por outros no desempenhar deste papel* (Kagan, 2007, pp. 24). Se as normas, decorrentes das ideias do sistema interno dos Estados, constituem um aspecto partilhado que confere legitimidade moral à sua acção, modelando o sistema internacional, os padrões de ideias de sociedade internacional, de manutenção da ordem, de intervencionismo, de moralidade internacional, de legalidade e de constitucionalidade, assumem-se como denominadores dos princípios normativos e das concepções de legitimidade entre a comunidade ocidental-americana.

Todavia, se a legitimidade é o que os Estados fazem dela emerge como imperativo atender à relação entre as ideologias e o reconhecimento da sua legitimidade moral, como orientação da acção estatal no sistema internacional (Clark, 2005, pp. 30). Percepcionando-se a moral e a lei internacional como construções humanas racionais do Estado, aborda-se a perspectiva dos princípios ético-legais e das necessidades biológicas como ideologias justificadas, quer como objectivos últimos, quer como pretextos nas manifestações da luta pelo poder e instrumentalmente empregues como armas morais, proposta por Hans Morgenthau (Morgenthau, 1948, pp. 61-62). Realista clássico, o autor separa a política internacional da visão historicista das relações internacionais, falando de uma fragmentação da unidade do sistema internacional. Defendendo que a perspectiva realista não pode ser amoral e que a definição da moral e da lei internacional não é feita pelo poder mas pelo Estado, como construção humana racional e, por isso moral. O Estado, como instituição e não como poder vigente, constitui o agente definidor e incutidor da moral. Traçando como imperativo o enquadramento da defesa das ideologias ao reconhecimento da sua legitimidade moral, o autor refere uma coordenação das ideologias com certas tipologias de políticas internacionais, distinguindo as *ideologias de status quo*, as *ideologias de imperialismo* e as *ideologias ambíguas* (Morgenthau, 1948, pp. 64-68).

Intrinsecamente relacionadas com a posição da comunidade ocidental-americana no sistema internacional do *post* Guerra Fria, entre estas ideologias realçam-se as *ideologias de status quo* que, para Morgenthau, podem revelar a sua verdadeira natureza

e dispensar disfarces ideológicos, visto a evidência do *status quo* comportar o reconhecimento de legitimidade moral das acções estatais. Não existindo legitimidade na defesa de uma política de *status quo*, os Estados podem apelar aos ideais de paz permanente e do direito internacional neste sentido, podendo esperar o apoio de todos os Estados também interessados em manter o seu *status quo*. Ilustrando o autor que a formação de sistemas de segurança colectiva ou tratados de assistência mútua, como a OTAN, com o desaparecimento das alianças após a Primeira Guerra Mundial, retratou a junção de Estados com o interesse comum em manter os seus *status quo*. Dada a continuidade e a transversalidade, após o fim da Guerra Fria, compreende-se os princípios normativos incorporados como parte da legitimidade entre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria, serem reflexo deste tipo de ideologias e políticas.

Se para Aron os Estados não lutam apenas por uma posição de força, sendo imperativo o enfoque nas concepções de legitimidade, de moralidade, de ambições externas e de força das unidades, emerge como mandatário realçar a observância empírica da similaridade da concepção de Estado adoptada após a Segunda Guerra Mundial, assente na legitimidade ser democrática, no Estado ser neutro ante a consciência individual, na autoridade se exercer através de burocracia e a proposta aroniana de legitimidade democrática na reconstrução europeia e na unidade da comunidade ocidental-americana no sistema internacional aduzidas pelo autor. Reforçando e cimentando o enunciado aroniano, no *post* Guerra Fria, os valores e a própria *democracia liberal*, como forma de Estado, tornaram-se representativos das concepções de legitimidade vigentes entre a comunidade ocidental-americana. Concomitantemente, os direitos humanos, as intervenções humanitárias, a promoção da democracia, o interface de desenvolvimento/ segurança, a reconstrução pós-conflito, a identificação e tratamento de *Estados falhados* e as mudanças de regime, a par da *soberania limitada*, da *responsabilidade de proteger*, da *renúncia voluntária da soberania que se assumiram* como princípios normativos internacionais, *com o objectivo de fornecer às nações liberais o direito de intervir nos assuntos dos países não-liberais*, assumiu-se, também, como legítimo violar o princípio da soberania de regimes não liberais, em nome de uma intervenção externa pela disseminação da democracia liberal e pela consecução da paz (Clark, 2005, pp. 159, Kagan, 2007, pp. 30), expressando a sociedade internacional a sua preocupação com os direitos humanos dos indivíduos, mediante a aprovação ou desaprovação das formas de Estado.

Evidenciando-se *uma tentativa de «homogeneização» das estruturas domésticas de acordo com as vigentes internacionalmente*, para Clark, a *base sintomática da mudança de paradigma que se regista actualmente na concepção de direito de pertença na sociedade internacional* como implica uma homogeneidade em termos de regime político e de estruturas estatais (Clark, 2005, pp. 160-161). Percepcionando a legitimidade como qualitativamente distintiva, tornando possível a criação de um consenso internacional, o conceito de consenso é reivindicado pelo autor, como devendo *expressar os valores de fundo da sociedade em geral e como tendo os mesmos efeitos causais atribuídos à legitimidade*, interrogando-se o autor se as tensões contemporâneas na sociedade internacional serão resultantes *de uma ausência de um consenso moral ou da falta de equilíbrio de poder?* ou da confluência de ambos (Clark, 2005, pp. 162, 170). Dada a relação entre o poder, a ordem, a paz e a legitimidade, a posição hegemónica dos EUA e a estrutura unipolar do sistema podem emergir como problemáticas, no que respeita ao exercício da legitimidade contemporânea, no âmbito da acção estatal no sistema internacional.

Se um dos intuitos da política moderna tem sido limitar o poder do Estado para orientar as suas actividades para fins encarados como legítimos pelos cidadãos e, simultaneamente, regular o exercício do poder através da criação de um Estado de direito, o poder, a ordem e a paz expandem-se, então, com a legitimidade (Fukuyama, 2006, pp. 15-16). O debate em torno do poder excepcional dos EUA encontra perspectivas divergentes sendo, quer visto como exigindo habilidades específicas no seu exercício de modo a ser tolerável pela sociedade internacional, quer visto como sendo irrelevante a forma como esse poder é exercido, dada a preponderância do seu poder. Não obstante esta dicotomia, para Clark ambas as perspectivas são consensuais na questão de *que a crise da legitimidade de hoje é função de uma única constelação de poder*, pertencente aos EUA (Clark, 2005, pp. 167-171). A coincidência entre a posição hegemónica dos EUA, a unipolaridade do sistema e o monopólio norte-americano do uso da força entre a comunidade internacional é, regularmente, exposta pelos Estados europeus, levando esta coincidência, para Robert Cooper, a que o recurso ao uso da força pelos EUA não seja *visto como legítimo*, pela excepcionalidade de poder que detêm (Cooper, 2003, pp. 167).

Compreendendo-se a relação entre os princípios normativos e a legitimidade e entre o poder e a legitimidade surge, como imperativo questionar, igualmente, a relação entre o poder e os princípios normativos. Constituindo a legitimidade uma condição

para a receptividade e mutabilidade dos princípios normativos, também as relações de poder se constituem como condicionantes à imposição de mudanças normativas. À semelhança da inferência das relações de poder na legitimidade do quadro normativo do sistema internacional, também a imposição de mudanças normativas deverá atender às relações de poder, apesar de, inevitavelmente, *atrair acusações de hipocrisia*, defendendo que *as novas normas não podem, ou pelo menos não devem, substituir realidades estruturais excepto, talvez, com o tempo, geralmente um tempo prolongado* (Bell, 2002, pp. 52). Atendendo à proposta de Bell, definem-se as *mudanças normativas, como o processo social de mudança de regras nacionais ou internacionais sobre o que é considerado como um comportamento aceitável ou inaceitável* (Bell, 2002, pp. 44-52). Estas constituem um aspecto a ponderar em todos âmbitos decisórios da política internacional, desde a acção militar ao modo como a acção é tomada, aproximando-se, assim, da concepção de *ciclo de vida* da norma proposta por Finnemore e Sikkink (Finnemore, 2008, pp. 147).

Assentes nas concepções de legitimidade vigentes, procura-se compreender as mudanças normativas entre a comunidade ocidental-americana mais significativas após o fim da Guerra Fria. Seguindo-se o enunciado de Bell, a construção da União Europeia constituiu o mais proeminente retrato, desde o *post* Segunda Guerra Mundial, do modo como uma mudança normativa infere de modo estrutural nos Estados membro e na sociedade de Estados, desde o nível económico ao nível político. Em paralelo, no âmbito da Guerra do Kosovo, o caso da Bósnia em que emergiu a norma *de que os Estados não expandem os seus territórios pela força das armas, mesmo que a maioria das pessoas na área em disputa seja a favor da aquisição*, afirmou-se não apenas o princípio da auto-determinação, mas também o princípio de que *as minorias não podem ser massacradas, expulsas ou privadas dos seus direitos humanos, como definido nas Convenções de Genebra de 1948* (Bell, 2002, pp. 49-50).

Todavia, o autor realça que o estrito cumprimento desta norma apenas encontra aplicabilidade externa à comunidade ocidental-americana, visto um número considerável de Estados desta comunidade ter *províncias dissidentes que são reprimidas pelas autoridades centrais*, afirmando que o seu incumprimento se deve ao facto de a aplicação desta norma poder levar à desintegração desses Estados (Bell, 2002, pp. 50-53). Concluindo-se que, não obstante a transversalidade e a continuidade de certos princípios normativos entre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria, se assiste, igualmente, a um choque entre os princípios normativos internos dos

vários Estados, dada a implicação com os interesses internos dos Estados e entre os interesses dos Estados, sendo a aplicabilidade e rigidez dos princípios normativos, por vezes, externa e selectiva.

Aborda-se, assim, a questão da legitimidade da acção internacional, como quadro de análise das relações políticas entre os Estados, procurando-se compreender a problemática em torno da existência de um código moral partilhado pelos Estados, como base de uma sociedade internacional que modele a sua acção e confira legitimidade moral no sistema internacional. Articulando o sistema das ideias interno dos Estados e os princípios morais e práticos regem que as suas relações, observa-se a relação entre os princípios normativos e a legitimidade, entre a comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria. A par da sua perspectiva ideológica, como objectivos e pretextos de luta pelo poder, na sua relação com a questão da homogeneidade e da heterogeneidade de concepções de legitimidade moral internacional; e das subsequentes relações entre as formas de Estado, o consenso, o poder, as mudanças normativas e a legitimidade, partindo-se da premissa de que é legítimo aquilo que é percebido como tal.

Neste sentido, a política internacional vive ainda uma tensão entre a unificação e a fragmentação, decorrente da unificação dos Estados soberanos, condutora de uma fragmentação, fazendo-se sentir a ilegitimidade dos Estados soberanos na memória histórica. A consciência deste facto emergiu com o surgimento dos regimes totalitários, visto estes terem um programa de construção de um novo homem e de um novo sistema internacional, que não era partilhado pelos outros Estados. Esta percepção de nostalgia da unificação e da homogeneização do ordenamento internacional, desde a Segunda Guerra Mundial e constante no *post* Guerra Fria, encontra expressão pela criação de entidades supranacionais e pelo peso, consensualmente, conferido às instituições multilaterais, percebidas como legítimas, em contraponto à percepção de ilegitimidade dos Estados soberanos.

Internacionalismo liberal

Assumindo a perspectiva de reconhecimento da extensão das dinâmicas e da brutalidade das dimensões da guerra, que dominaram as relações internacionais desde o século XIX à primeira metade do século XX, após a Primeira Guerra Mundial emergiu como imperativo atender à desordem internacional, decorrente de ordens internas de ambições expansionistas, sob pena das outras ordens internas serem postas em risco. Neste sentido, corporizando os enunciados racionalistas de sociedade internacional, assistiu-se à introdução de elementos de governo internacional numa organização de segurança de carácter colectivo, com o intuito de reduzir as probabilidades de guerra. Objectivando diminuir a anarquia, enquanto princípio ordenador do sistema internacional, procurou-se gerir colectivamente os conflitos como modo de introdução de ordem, mediante a regulação e institucionalização da ordem internacional. Génese dos enunciados liberais contemporâneos e predominante no período entre guerras, esta perspectiva visava a eliminação das políticas de balança de poder, através da criação de uma ordem internacional que proporcionasse a segurança necessária ao desenvolvimento e à promoção da democracia, através da gestão colectiva da segurança pela Sociedade das Nações (SDN), como denominador da ordem internacional. Todavia, dada a incapacidade de redução significativa da anarquia como condição ordenadora do sistema internacional, os Estados, em especial as grandes potências e os seus interesses divergentes, permaneciam os actores proeminentes do sistema, evidenciando-se uma incapacidade de concílio colectivo dos seus interesses divergentes, através da regulação e institucionalização da segurança e das relações internacionais.

Espelhando o malograr da visão idealista, endossada à SDN, na prevenção da emergência de uma nova guerra mundial, com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial assiste-se ao regresso das concepções das relações internacionais de enfoque nas questões do poder e da anarquia do sistema internacional. Emergindo como resposta à realidade internacional, o realismo do pós Segunda Guerra Mundial, opondo-se ao idealismo da década de 20, descentra o enfoque nas concepção de paz, de governo e de estabilidade para as concepções de poder, de anarquia e de conflito. Entre os autores da escola realista do século XX distinguem-se os realistas clássicos como Hans Morgenthau, Edward Carr, Raymond Aron, George Kennan, Martin Wight, Henry Kissinger e os neo-realistas como Kenneth Waltz e Stephen Krasner, Robert Jervis, Robert Gilpin, Stephen Walt, na nova geração.

Estes autores distinguem-se na perspectiva de que a luta pelo poder na esfera doméstica foi conseguida através do desenvolvimento institucional ao qual se subjugam as forças e os interesses e da qual decorre a concepção definitiva dos Estados, como detentores do monopólio da violência física legítima, segundo a definição clássica weberiana e como unidades soberanas do sistema internacional. Os enunciados neo-realistas assentam, igualmente, no princípio da anarquia emergir como ordenador do sistema político internacional, dada a ausência de um agente que, hierarquicamente superior, se imponha aos outros e no princípio da *auto-ajuda* emergir como denominador das relações de poder entre os Estados, conduzindo quer à cooperação quer à competição, como estado latente ante o princípio de *auto-ajuda*. Bebendo ao realismo clássico, os interesses das unidades como os motivos conducentes e definidores do princípio de *auto-ajuda*, o neo-realismo considera a sobrevivência, isto é, a continuação da existência e a segurança, como motivo preponderante da definição deste princípio. Assente na não diferenciação funcional das unidades do sistema, percebendo os Estados como actores racionais que recorrem à *auto-ajuda* para a sua sobrevivência torna-se espectável um comportamento similar e uma tendência para a similitude da sua acção. Assumindo que cada Estado recorre à *auto-ajuda* num ambiente internacional anárquico e de desconfiança entre as unidades, a referência orientadora da sua acção no sistema é o poder relativo que cada uma delas tem relativamente às outras unidades. Nestes enunciados, a anarquia como princípio de ordenamento do sistema e a similaridade das suas unidades constitutivas permite a classificação da distribuição de poder, a respeito do número das suas principais unidades, em termos relativos aos seus pares, definindo a estrutura do sistema internacional.

Herdeiro do idealismo do período entre guerras e dos antepassados racionalistas, o liberalismo contemporâneo decorre da transposição dos valores liberais da política da esfera doméstica para a esfera internacional. Este opõe-se à perspectiva realista de que os princípios liberais constituem uma realidade exterior e inaplicável ao campo das relações internacionais, ao fragilizarem a ordem estabelecida em latência da possibilidade de conflito. Todavia, em contraponto ao idealismo da década de 20, o liberalismo contemporâneo abraça os pressupostos realistas de que a anarquia domina a estrutura do sistema internacional e de que os Estados prevalecem como os principais actores internacionais. Carecendo o liberalismo das últimas décadas de uma descrição canónica, segue-se a posição de Michael Doyle que afirma que este se assemelha ao

retrato de uma família de princípios e instituições, reconhecíveis através de certas características- por exemplo, a liberdade individual, a participação política, a propriedade privada e a igualdade de oportunidades- que a maioria dos Estados liberais partilha, embora nenhum os tenha aperfeiçoado a todos (Doyle, 1986, pp. 1152). Para o autor o liberalismo constitui uma ideologia, corporizando um conjunto de instituições que, abrangendo desde as sociedades de Estado social ou social-democrata às sociedades que primam pelo *laissez faire*, formam as percepções e as capacidades das sociedades políticas nas relações internacionais (Doyle, 1983b, pp. 205).

Olhando o liberalismo contemporâneo como uma comunhão de princípios e pressupostos análogos, gênese e reflexo das e nas instituições liberais, abordam-se os enunciados de Stephen Walt, David Baldwin e Michael Doyle sobre as diversas perspectivas do liberalismo contemporâneo (Walt, 1998, pp. 31, Baldwin, 1994, pp. 4, Doyle, 1986, pp. 1151-1169). Entre estas, realça-se a perspectiva de gênese lockiana, enunciada por Walt, de que a interdependência económica entre os Estados desencoraja o uso da força, visto a guerra constituir uma ameaça à prosperidade que, para Baldwin, relaciona o comércio livre e a paz, designando-se de *liberalismo comercial*.

Em paralelo, a perspectiva de base wilsoniana, sugerida por Walt, de que os Estados democráticos são mais pacíficos que os autoritários, sendo a propagação da democracia a chave para a paz mundial, sendo por Baldwin denominada de *liberalismo republicano*, inter-relacionando a democracia e a paz. Em Doyle, designada de *internacionalismo liberal*, esta perspectiva de gênese kantiana, assenta no carácter republicano e democrático dos Estados e defende a existência de uma paz separada entre as democracias, apesar da possibilidade de conflito entre os Estados democráticos e os autoritários. Constituindo uma junção das duas perspectivas acima referidas, a perspectiva do *pacifismo liberal*, de gênese schumpeteriana, proposta por Doyle assume a inferência do capitalismo e da democracia, conjuntamente. Constituindo as democracias capitalistas ocidentais a fundação para a paz internacional, o autor adota o Estado de paz republicano de Kant a um novo conceito de paz democrática (Doyle, 1986, pp. 1152-1153).

Por outro lado, a perspectiva maquiavélica do estado republicano ou liberal, denominada por Doyle de *imperialismo liberal*, não comportando o seu desenvolvimento democrático, vê neste modo de organização política aquele que apresenta uma maior tendência à expansão e à eficiente sobrevivência do Estado (Doyle, 1986, pp. 1154-1155). A perspectiva denominada por Baldwin de *liberalismo*

sociológico que, assente no funcionalismo e no neo-funcionalismo, coloca em diálogo as interacções transnacionais e a integração internacional. Bem como, a perspectiva aduzida por Walt, de carácter racionalista-idealista, de que as instituições internacionais ao promoverem os ganhos relativos de prazo mais longo, mediante a cooperação, ao invés dos ganhos imediatos, contribuem para que os Estados adoptem um comportamento menos egoísta. Para Baldwin, esta perspectiva que apelida de *neoliberalismo institucionalista*, constitui uma evolução do liberalismo, mas mais próxima do neo-realismo. Apesar de reconhecer os princípios fundamentais neo-realistas, esta perspectiva vê nas instituições internacionais e na cooperação entre os Estados, estabelecida através das instituições, um meio de limitação dos constrangimentos que a concordância com os princípios neo-realistas impõe à política internacional.

Intrinsecamente relacionadas com a questão da legitimidade, na medida em que são percepcionadas como legítimas ante a ilegitimidade sentida face aos Estados soberanos, as instituições internacionais são vistas, consensualmente, como podendo desempenhar um papel legitimador em distintos aspectos da política internacional. Não obstante as várias tradições de pesquisa das Relações Internacionais diferirem a respeito destes aspectos de enfoque, Lisa Martin e Beth Simmons afirmam que as directrizes, institucional e legalmente consagradas, podem adquirir um grau elevado de legitimidade doméstica e internacional, inferindo em esferas múltiplas da vida política e do próprio ordenamento do sistema internacional (Martin, 2008, pp. 456). Assumindo a perspectiva de reconhecimento de uma legitimidade na ordem internacional, assente na partilha e seguimento de um código e linguagem moral pelos Estados, reflecte-se sobre os princípios e as instituições do institucionalismo liberal, que o preconizam, atendendo às diversas perspectivas sobre a questão.

A abordagem desta problemática implica questionar não apenas como é que os Estados se relacionam no sistema, mas também de que forma lidam com o próprio sistema internacional. Seguindo-se Macedo, ao referir que *um Estado só tem existência segura quando tem a capacidade de conceber e de executar uma política externa autónoma, que determine e defenda, em seu benefício, uma forma de equilíbrio entre diferentes Estados que, em cada momento e por diferentes motivos se digladiam* (Macedo, 2008, pp. 41-42), realça-se o facto de, neste contexto, os Estados recorrerem a alianças e se agruparem em comunidades de modo a se protegerem das ameaças da política internacional. Pelos Estados celebradas e por estes desacopladas, as alianças

assumem-se como elementos essenciais, quer das grandes potências, quer dos pequenos Estados, na prossecução e na defesa dos seus objectivos e interesses. Distinguindo-se, ao nível da coesão das alianças, o *abandono* como a ansiedade que os Estados menores sentem e o *encarceramento* como o receio das principais potências serem arrastadas para um conflito devido às alianças (Snyder, 1984, pp. 461-495). Não obstante a aparente prescindibilidade das alianças com o fim da *balança de poder* e com a implementação do princípio da segurança colectiva, assiste-se à reemergência das alianças, inclusivamente nos contextos multilaterais internacionais. Se na ONU se assiste ao agrupamento de Estados, segundo o princípio oligárquico, na UE, assiste-se à crescente renacionalização das políticas externas dos Estados membros, contrariando a perspectiva europeísta de que as alianças não encontram sentido de existência por não haver uma relação de conflito de interesse entre os membros.

Abordam-se, assim, as instituições internacionais como agrupamentos em comunidade e alianças constituídas entre os Estados, modelando as suas relações e a sua acção no sistema internacional. A constituição de alianças e o agrupamento em comunidade, para Stephen Walt, define-se como *um compromisso formal ou informal para a cooperação securitária entre dois ou mais Estados. Apesar de os aspectos específicos incorporados nas diferentes alianças variarem enormemente, o aspecto definidor de qualquer aliança é o compromisso para o mútuo apoio militar contra algum actor(es) externo no conjunto específico de circunstâncias*, podendo estas formar-se, quer perante uma ameaça real, quer perante uma percepção de ameaça (Walt, 1997, pp. 157). Dada a circunscrição da proposta de Walt à esfera da cooperação securitária, em complementaridade, atende-se à concepção de instituições, avançada por John Mearsheimer, que contempla, igualmente, a esfera normativo-institucional, definindo instituições como *um conjunto de regras estipulando a forma como os Estados devem cooperar e competir uns com os outros*. Para o autor, estas regras *são normalmente formalizadas em acordos internacionais e, geralmente, são incorporados em organizações com o seu próprio pessoal e orçamento. Embora as regras sejam geralmente incorporadas numa organização formal internacional, não é a organização por si, que obriga os estados a obedecer às regras. As instituições não são uma forma de governo mundial. Os próprios Estados devem escolher obedecer às regras que eles criaram. As instituições, em suma, apelam à «cooperação descentralizada de Estados soberanos individuais, sem qualquer mecanismo eficaz de comando»* (Mearsheimer, 1991, pp. 382-383).

No que concerne ao debate académico em torno das instituições, se os realistas sustentam que as instituições são um reflexo da distribuição de poder no sistema internacional, os institucionalistas argumentam *que as instituições podem desencorajar os Estados de cálculos de auto-interesse, na base de como cada movimento afecta as suas posições de poder relativo. As instituições são variáveis independentes e eles têm a capacidade de afastar os Estados da guerra* (Mearsheimer, 1991, pp. 381). De acordo com Robert Keohane e Lisa Martin, a Teoria Institucionalista respeita tanto à criação de instituições como aos seus efeitos, sendo as instituições criadas pelos Estados devido aos efeitos que se espera que exerçam nos padrões de comportamento destes. Esta teorização postula que a criação e a vinculação institucional constituem uma escolha estratégica dos Estados, sendo o seu carácter estruturado segundo a distribuição predominante de capacidades no sistema internacional, que estas podem inferir nos processos, nos resultados políticos e na acção estatal (Keohane, 2008, pp. 432-433, Martin, 2008, pp. 439).

Atendendo ao facto de que as instituições internacionais de carácter securitário, político, económico e jurídico modificam a soberania dos Estados, não possuindo nenhum Estado a soberania absoluta, abordam-se as instituições internacionais, simultaneamente, como causas e como efeito sendo, tanto objecto de escolha estratégica dos Estados, como constituindo uma limitação ao comportamento dos actores estatais (Walzer, 2004, pp. 192-193, Martin, 2008, pp. 439, 459).

Neste sentido, Martin e Simmons destacam a semelhança entre as condições de anarquia e de *auto-ajuda* caracterizadoras da política internacional e a opção institucional, afirmando que, não existindo nenhuma autoridade externa que imponha os acordos de cooperação, os acordos devem ser *auto-executados*. Interrogando o porquê da opção institucional, as autoras referem que esta escolha se deve à possibilidade de resolução de problemas estatais que os mecanismos institucionais oferecem, isto é, os *efeitos pretendidos*, através da opção institucional. Emergindo, para as autoras, a questão da imprevisibilidade dos resultados como aceite pelos Estados, visto os benefícios serem maiores do que os custos de pertença institucional, criando-se, assim, uma *dependência do caminho*. Abordando as possíveis mudanças internas nos objectivos dos actores, transformando os problemas de colaboração em problemas de coordenação, Martin e Simmons referem que os Estados têm de se preocupar, simultaneamente, em alcançar resultados eficientes e em resolver os conflitos distributivos. Daí que seja no âmbito da resolução dos problemas de colaboração que as

instituições, ao fornecerem mecanismos para a resolução de conflitos distributivos, podem proporcionar equilíbrio e, subsequentemente, estabilidade às relações entre os Estados (Martin, 2008, pp. 449, 452, 453, 455, 456, 461).

Em contraponto a esta perspectiva, Michael Walzer refere que as organizações internacionais de carácter político, económico e jurídico- como a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Tribunal Internacional- *são fracas; os seus mecanismos de decisão são inseguros e lentos; as suas capacidades de execução são reduzidas e, no máximo, só parcialmente eficazes* (Walzer, 2004, pp. 192-193). Também John Ikenberry ressalta que apesar de as instituições *especificarem o que é que esperado que os Estados façam e tornarem difícil e custoso aos Estados fazer o contrário* (Ikenberry, 2000, pp. 42) e da própria estrutura de institucionalismo liberal ser criada para regular as interacções num sistema de Estados liberais, esta é, por vezes, ignorada ou usada de modo desonesto, através de resoluções e vetos nos fóruns decisórios institucionais multilaterais.

A problemática em torno do impacto das instituições nas práticas estatais encontra perspectivas plurais, dependendo estas do peso que é conferido à acção institucional sobre as práticas estatais. Como Martin e Simmons sugerem, definindo que *o principal efeito de uma instituição é levar a práticas estatais mais estreitamente relacionadas umas com as outras* de modo padronizado, as instituições internacionais *complementam e ampliam tendências preexistentes* nas práticas estatais *em vez de substituí-las* (Martin, 2008, pp. 464-465). Este padrão implica que não ocorrendo uma convergência total, se assista, por vezes, a divergências nas práticas dos Estados. No entanto, as autoras ressaltam os casos de efeitos de convergência nos Estados, cujo comportamento se desvia substancialmente das normas institucionais e os efeitos de divergência, aquando do exacerbar de *tendências de comportamento* do Estado internamente geradas ou aquando da mimetização das instituições nacionais (Martin, 2008, pp. 464-465).

Paralelamente Keohane defende que, em conjunto com as realidades de poder, as instituições têm um efeito interactivo e fazem uma diferença significativa, variando o seu impacto nos resultados, de acordo com a natureza do poder e os interesses políticos internos dos Estados (Keohane, 2008, pp. 428). Outra perspectiva dicotómica é aduzida por Mearsheimer que, embora definindo as relações internacionais como um estado de concorrência securitária, *com a possibilidade de guerra sempre como plano de fundo*, afirma ser frequente a cooperação entre os Estados (Mearsheimer, 1991, pp. 383).

Todavia, adverte que *a cooperação entre os Estados tem os seus limites, principalmente porque é limitada pela lógica dominante da concorrência securitária*, não sendo esta eliminável, independentemente da frequência e dos níveis de cooperação estabelecidos entre os Estados através das instituições (Mearsheimer, 1991, pp. 383). Daí que o autor conclua que *as instituições têm influência mínima no comportamento dos Estados e, portanto, pouco prometem na promoção da estabilidade no mundo pós-Guerra Fria* (Mearsheimer, 1991, pp. 381), assumindo a estabilidade da lógica institucional apenas como *a ausência de guerras e de grandes crises* (Mearsheimer, 1991, pp. 380).

Se Mearsheimer e Ikenberry comungam a perspectiva de que nenhuma outra região do mundo tem instituições tão extensas e tão bem desenvolvidas como a Europa, realçando a importância da criação de redes institucionais extra continentais, Ikenberry diverge de Mearsheimer ao defender que a lógica institucional explica a estabilidade da ordem entre as democracias liberais, vigente desde o *post* Segunda Guerra Mundial que persistiu com o fim da Guerra Fria, apesar das enormes assimetrias de poder entre os Estados da comunidade ocidental-americana. Ikenberry, por seu lado, defende que a estrutura institucional da comunidade ocidental-americana limita as possíveis consequências securitárias de uma alteração nas disparidades de poder e da ascensão de uma Alemanha unida (Mearsheimer, 1991, pp. 380, Ikenberry, 2000, pp. 5).

Associando o institucionalismo liberal, a estrutura de distribuição do poder e a posição de hegemonia norte-americana, Ikenberry reflecte sobre como, entre 1944 e 1951, os EUA promoveram o estabelecimento das instituições de Bretton Woods, a ONU, a OTAN, o Tratado de segurança EUA-Japão e outras alianças na Ásia (Ikenberry, 2000, pp. 9). Apesar das críticas à paralisia das Nações Unidas, como iniciativa norte-americana para institucionalizar a aliança das potências vencedoras e garantir a segurança internacional, assistiu-se, a partir do *post* Segunda Guerra à criação de instituições, tanto ao nível global, como regional, quer em termos bilaterais, quer em termos multilaterais, pela mão dos EUA. Defendendo o autor que a construção da ordem em torno dos laços institucionais substitui a lógica de *balança do poder*, consistindo a lógica de *balança do poder* em controlar o poder com poder, *a lógica da vinculação institucional e da supranacionalidade é restringir o poder através do estabelecimento de um processo político institucionalizado supervisionado por uma autoridade legal-formal*, inferindo-se, a vinculação institucional e o supranacionalismo constituírem e comportarem mecanismos de equilíbrio e de limitação do poder (Ikenberry, 2000, pp. 43).

Não obstante a perspectiva realista de desaparecimento das instituições, com o colapso da bipolaridade, dada a inexistência de uma função imediatamente aparente para executar, a continuidade da OTAN é ilustrativa da persistência das instituições entre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria. Todavia constituir um processo em curso, para a consolidação do seu protagonismo na segurança e na estabilidade regional e internacional, a Aliança Atlântica recorreu ao método dos alargamentos. Além da procura da homogeneização democrática como *status quo* do *post* Guerra Fria, o método dos alargamentos não se circunscrevia apenas a esta organização, devendo os futuros membros da OTAN ser também candidatos à União Europeia. Procurava-se, deste modo, uma convergência dos dois pilares europeus, a OTAN, na esfera estratégica e militar e a UE, na esfera política e económica.

Adaptando-se ao novo cenário internacional, a comunidade de defesa transatlântica garantiu, assim, a sua continuidade, institucionalizando as relações de cooperação com parte dos seus antigos adversários, mediante a adesão destes Estados como novos membros da organização. Se em 1949, aquando da celebração deste pacto de segurança entre os Estados Unidos e Europa Ocidental, a OTAN era já uma instituição vinculante, dado o seu estabelecimento através de tratados multilaterais especificando compromissos e obrigações, com o desenvolvimento dos mecanismos de planeamento intergovernamentais e com a constituição de uma força multinacional e de um comando militar integrado, a abrangência e o leque de obrigações imputadas aos seus membros tornaram-se mais extensos (Sacchetti, 2002, pp. 173-174). Perspectiva aduzida por Ikenberry, que, realçando o seu carácter institucional vinculativo, afirma que *os mecanismos institucionais que visam garantir compromissos em curso são maiores dentro da aliança da OTAN do que noutros pactos de segurança* (Ikenberry, 2000, pp. 41).

Em concomitância, emergindo como exemplo que ultrapassa a vinculação institucional e o intergovernamentalismo, a estratégia da UE inclui uma fusão e uma partilha mais formal da autoridade soberana estatal. Segundo Ikenberry, a respeito do projecto europeu, a *estratégia final é a integração supranacional formal, onde as obrigações formais legais e institucionais entre os Estados da união são essencialmente indistinguíveis das instituições jurídicas e políticas internas* (Ikenberry, 2000, pp. 42). Declarando o autor que, como *a UE se move mais nesta direcção, o supranacionalismo assume um carácter mais formal-legal e federal e a ordem política resultante vai bem*

além de ligação tradicional baseada em tratados institucionais (Ikenberry, 2000, pp. 43).

Avançando, assim, o autor que a lógica institucional permite explicar a persistência das principais instituições ocidentais-americanas, apesar do fim da Guerra Fria, propondo que a sua persistência se deve ao facto da lógica institucional ser parte do *sistema de compromissos mútuos e garantias, cuja lógica é anterior e foi pelo menos parcialmente independente da Guerra Fria* (Ikenberry, 2000, pp. 5-6). Todavia as reclamações e a resistência, crescentes nos últimos anos, sobre o abuso da posição de liderança dos EUA, em vários quadrantes da Europa e da Ásia, para Ikenberry, o domínio dos Estados Unidos e a lógica institucional não se deparam com tentativas de equilíbrio contra-hegemónico, nem com conflitos competitivos que se poderiam esperar ou movimentos políticos sérios que exijam uma ruptura com a ordem ocidental-americana estabelecida. Afirmando o autor que, não obstante o regresso à paralisia de acção da Guerra Fria que se observa na ONU, e particularmente, no Conselho de Segurança, *as características mais marcantes da paisagem internacional contemporânea são a intensificação da globalização económica, os laços institucionais e os problemas comuns de interdependência* (Ikenberry, 2009, pp. 8).

Espelhando a crença internacional de que as instituições *são um dos principais meios de promover a paz mundial*, o estabelecimento institucional constitui uma rejeição explícita das políticas de *balança do poder*, como concepção organizadora da ordem *post* Guerra Fria (Mearsheimer, 1991, pp. 379-380). Perspectiva exposta por Keohane, que, enfocando os constrangimentos que as divergências entre os poderes estatais e os interesses nacionais surtem na política internacional, afirma ser improvável assistir-se a uma efectiva governação mundial hierárquica. Daí que, as instituições internacionais, operando na base de reciprocidade, sejam componentes de alguma paz duradoura (Keohane, 2008, pp. 436).

Defendendo que o institucionalismo liberal, assente na construção de consenso e na resolução de problemas do *post* Guerra Fria, deve, simultaneamente, afirmar *o registo de sucesso e relevância contínua do projecto democrático liberal* e atender às *circunstâncias e sensibilidades dos Estados em ascensão*, Ikenberry realça que os Estados liberais da comunidade ocidental-americana devem *encontrar formas para acomodar os Estados em ascensão- sejam autocráticos ou democráticos- e integrá-los na governação das instituições internacionais* (Ikenberry, 2009, pp. 11). Dada a existência de fortes incentivos para os regimes autocráticos se liberalizarem e aderirem

à opção institucional, traçando uma relação entre modernização e liberalização, o autor afirma que quanto *mais confortável e atraente for o caminho liberal, mais rápida e facilmente os Estados não liberais do mundo actual irão escolher o caminho da reforma política* (Ikenberry, 2009, pp. 2). Neste sentido, Francis Fukuyama, relacionando o desenvolvimento económico-social e a opção institucional como aspectos homogeneizadores da sociedade, adverte que se um número crescente de Estados com culturas e histórias diversas exibir padrões de desenvolvimento semelhantes, ao prosseguir a *convergência no tipo de instituições que governam as sociedades mais avançadas e (...) o desenvolvimento económico continuar a homogeneizar a humanidade, a ideia do relativismo poderá parecer ainda muito mais estranha* (Fukuyama, 2011, pp. 324).

Erguida no século XIX como um modelo de concepção de governo, combinando a economia de mercado, as instituições representativas, o primado do direito e o governo constitucional, a democracia liberal enfrentou tentativas diversas que a procuraram ultrapassar, tendo estas falhado e a democracia liberal persistido. Assumindo o institucionalismo liberal como promotor da paz e como hipótese explicativa da estabilidade da ordem entre a comunidade ocidental-americana, adoptando-se a *paz perpétua* kantiana ao conceito de paz democrática, analisa-se a perspectiva do *pacifismo liberal* aduzida por Doyle (Doyle, 1986, pp. 1152-1153).

Bebendo os artigos definitivos propostos por Kant para a *paz perpétua*, Doyle considera o carácter liberal dos Estados, como fundamento da acção estatal no sistema internacional. Afirmando que nem todas as teorias liberais aduzem porque razão são os Estados liberais tão agressivos e predispostos para a guerra como os outros nas suas relações com os Estados não liberais, o autor argumenta que os Estados liberais não entram em guerra entre si, mas combatem em guerras, sejam elas defensivas ou ofensivas, com Estados não liberais (Kant, 2009, pp. 130-151). Reflectindo sobre a *paz perpétua* kantiana, Doyle define a estrutura dos governos republicanos como fonte da paz, referenciando a representação republicana, a separação de poderes e a rotatividade na ocupação de cargos governamentais como meios através dos quais os Estados democráticos liberais se prepararam para enfrentar ameaças externas e para conter as ambições egoístas e agressivas. Bem como as repúblicas internamente justas e assentes no consentimento, mediante a liberdade de expressão e a comunicação de concepções da vida política de povos estrangeiros, são acomodadas e mutuamente respeitadas pelos Estados seus pares (Kant, 2009, pp. 137-142).

Assente nesta concepção democrática liberal de Estado, o argumento da paz democrática afirma que, fundados em direitos individuais de igualdade perante a lei, a liberdade de expressão e outras liberdades civis, a propriedade privada e a representatividade eleita, os Estados liberais se posicionam contra a guerra entre eles. Contrapondo a concepção realista por não explicar o facto dos Estados liberais não entrarem em confronto entre si, Doyle afirma que os Estados liberais fazem, assim, um exercício pacífico de contenção. Propondo o autor que, quando *os cidadãos que carregam o fardo da guerra elegem os seus governos, as guerras tornam-se impossíveis* (Doyle, 1995, pp. 83). Base para as alianças celebradas entre os Estados Unidos e outros Estados liberais, como a OTAN, a aliança japonesa e os laços bilaterais com a Austrália e a Nova Zelândia, que emanam dos componentes do Tratado de Segurança (ANZUS), Doyle afirma que esta teia de alianças *parece ser imune à competição económica e brigas pessoais entre aliados liberais*, constituindo, por isso, uma promessa de paz duradoura entre os Estados liberais (Doyle, 1995, pp. 89-92). Posição comungada por Mearsheimer, que afirma que, segundo o argumento da paz democrática das democracias liberais não lutarem entre si, o objectivo destas deve ser *aumentar o número* das democracias estáveis no sistema internacional, enfatizando o imperativo de disseminação da democracia e do capitalismo no mundo (Mearsheimer, 1991, pp. 379).

Assumindo a anarquia como princípio ordenador do sistema internacional, Doyle expõe o conceito da paz democrática entre os Estados liberais como uma condição atenuadora do carácter anárquico do sistema. Apesar da limitação da anarquia internacional nas suas relações, o autor realça a vigência do dilema de segurança realista entre os Estados liberais, afirmando, todavia, que uma paz separada existe entre estes Estados. Contudo, nas relações entre os Estados liberais e os Estados autoritários, a anarquia subsiste, podendo ser incrementada pela dicotomia do carácter dos regimes políticos. Do mesmo modo que, pela sua imprudência, o intervencionismo liberal nos Estados não liberais pode constituir uma desestabilização do sistema internacional.

A proposta de Doyle de que as democracias não se guerreiam entre si e que uma paz separada existe entre elas é, igualmente, abraçada por Fukuyama. No entanto, opondo-se ao argumento realista, do *post* Guerra Fria, de que o fenómeno das democratizações se deve a dinâmicas do ambiente internacional, sendo os Estados unidades opacas sem política interna, para o autor este advém do ambiente interno, cuja acção política é ditada pela ideologia. Contrapondo a perspectiva de que aspectos como a percepção das ameaças e o conceito de interesse nacional são estabelecidos pelo

sistema internacional, Fukuyama defende ser a ideologia política que define estes aspectos. Além de influir nestes aspectos, inferindo a ideologia política nas possibilidades de guerra ou de paz, a distribuição de poder no sistema internacional torna-se secundária para o autor.

Neste sentido, a respeito da ciência natural moderna e do inerente processo de industrialização, Fukuyama declara que estes conduzem a uma homogeneização da humanidade e a uma evolução universal, em direcção ao capitalismo. Afirmando que estes se devem aos imperativos da unidade nacional assentar num Estado centralizado e urbanizado, fala de uma substituição das formas de organização social tradicionais, por formas económicas e funcionalmente racionais e de promoção da educação universal dos seus cidadãos, tornando, mesmo os países em fase de modernização económica, cada vez mais parecidos entre si. Relacionando o desenvolvimento económico e a democracia liberal, o autor defende que o desenvolvimento económico gera condições que tornam mais provável uma escolha autónoma. Sendo a escolha democrática uma escolha autónoma, feita em nome do desejo de reconhecimento, este assume-se como o elo que relaciona a economia moderna e a política democrática liberal. Adverte, contudo, que *se houver uma paragem no processo de homogeneização, o processo de democratização enfrentará também um futuro incerto* (Fukuyama, 2011, pp. 206, 207, 233).

Não obstante a sua íntima ligação, Fukuyama separa os conceitos de liberalismo e democracia, definindo o liberalismo político como um sistema legal que reconhece determinados direitos e liberdades individuais perante o controlo da governação e a democracia como o direito universalmente detido por todos os cidadãos de votarem e participarem na política, partilhando o poder político. Afirmando que a histórica associação de liberalismo e democracia se deve ao facto de o direito de participar no poder político ser considerado como mais um direito liberal. Assim, o Estado liberal deve ser universal, reconhecendo todos os cidadãos como seres humanos, independentemente de grupos, etnias ou raças a que pertençam, e deve ser homogéneo, criando uma sociedade sem classes, assente na abolição da distinção entre senhores e escravos (Fukuyama, 2011, pp. 62, 203). Em Fukuyama, a evidência da paz democrática não se deve a um consenso ideológico entre os Estados democráticos mas ao facto de, com o desenvolvimento das democracias liberais, o desejo de reconhecimento passar a ser satisfeito na esfera doméstica, emergindo a democracia liberal como enquadrada no conceito de legitimidade. O conceito de legitimidade democrática adquire

protagonismo, presidindo este à política externa dos Estados e aos constrangimentos da estrutura política internacional, sendo, deste modo, transpostas as causas dos comportamentos estatais da esfera internacional para a esfera doméstica.

Colocando em diálogo a paz e a legitimidade democrática, o autor aponta *o desejo de reconhecimento como motor fundamental da guerra*, defendendo que a paz se deve à *natureza específica da legitimidade democrática e da sua capacidade de satisfazer as aspirações humanas de reconhecimento* de igualdade (Fukuyama, 2011, pp. 272). Se a legitimidade da guerra ante Estados que consideram ilegítimos, por não partilharem as mesmas concepções de legitimidade, é justificada por esta divergência, a legitimidade da guerra ante Estados que consideram e respeitam como legítimos torna-se difícil de justificar. Assim, a hegemonia democrática liberal constitui um incentivo à paz, dada a homogeneidade e o mútuo reconhecimento das respectivas concepções de legitimidade dos Estados (Fukuyama, 2011, pp. 21-22).

Propondo a inexistência de alternativa à democracia liberal, Fukuyama defende que, após vencer o comunismo soviético, a democracia liberal eliminou a sua última alternativa adversária, em termos de concepção da forma como uma sociedade industrial avançada deveria ser governada. Não obstante a diversidade de alternativas não sistemáticas, locais e particularistas, que não podem ser justificadas apenas em termos do impacto de curto prazo do fim do comunismo, o autor afirma não existir uma alternativa sistemática à democracia liberal. Analisando as normas contemporâneas, Fukuyama afirma que estas não admitem a legitimidade senão a de *governo autónomo*, daí que *qualquer governação exercida do exterior seja temporária e a sua legitimidade transitória*. Defendendo que, ante a ausência de contestação à ideia liberal, não *existe outro princípio universal de legitimidade que não seja o da soberania do povo* e que a única fonte e fundamento de legitimidade é a democracia (Fukuyama, 2011, pp. 39, 64, 112, 211).

Pautando o *post* Guerra Fria, assiste-se à substituição da imposição da superioridade do Estado através da garantia do princípio da igualdade pela democracia liberal de legitimidade reciprocamente reconhecida, eliminando-se, deste modo, o principal incentivo à guerra e deixando a guerra de constituir uma consequência natural da anarquia nas relações entre os Estados. Para Fukuyama, a partir deste período, emergiu, igualmente, um consenso mais alargado na sociedade internacional, em torno dos princípios da legitimidade política e dos direitos humanos, deixando a soberania estatal e a legitimidade de ser conferidas automaticamente ao detentor do poder num

dado Estado (Fukuyama, 2006a, pp.106). Perspectiva partilhada por Kagan, que também realça a orientação e o desejo da comunidade ocidental-americana, num sentido menos rígido do conceito de soberania nacional ante regimes políticos não democrático-liberais, afirmando esta orientação estar imbuída na concepção de progresso e de evolução dos princípios jurídicos internacionais. Bem como, enfoca a convicção político-ideológica de que a democracia liberal se assume como a única forma legítima de governo, sendo as outras formas de governo além de ilegítimas, também transitórias, sendo esta percepção de ilegitimidade o móbil seu justificativo (Kagan, 2007, pp. 18, 29).

Emerge, assim, a percepção de existência de um excepcionalismo liberal, assente no comportamento pacífico entre democracias, o que segundo propõe Fukuyama sugere que as democracias liberais têm interesse não só em preservar, como em alargar, a esfera da democracia *sempre que for possível e prudente* (Fukuyama, 2011, pp. 273). Estando os Estados democráticos liberais intimamente ligados por uma teia de acordos legais e institucionais vinculativos, estes não conduzem a uma convergência constante nem impedem possíveis divergências. Contudo, apesar das divergências surgidas em aspectos económicos, financeiros, políticos e securitários concretos, como ilustram as quotas de carne de vaca, a natureza da União Monetária Europeia, a acção em relação à Líbia ou ao conflito israelo-árabe, *é impensável as democracias recorrerem à força para resolver esse tipo de conflitos entre si* (Fukuyama, 2011, pp. 275).

Contemplando a vigência do dilema de segurança realista no contexto de anarquia internacional, também Walzer propõe que o comportamento pacífico das democracias se deve *em parte ao facto de terem tido inimigos comuns e de terem estabelecido formas multilaterais de cooperação e coordenação, alianças de segurança mútua que mitigam a anarquia das suas relações* (Walzer, 2004, pp. 188). Todavia, se os Estados liberais travam guerras com Estados não liberais, afirmando Doyle que muitas *dessas guerras têm sido defensivas e, portanto, prudentes por necessidade* (Doyle, 1995, pp. 93), é factual que desde os últimos duzentos anos, as democracias liberais não evidenciam comportamentos imperialistas entre si, apesar de *serem perfeitamente capazes de fazer a guerra a Estados não democráticos, que não partilhem os seus valores fundamentais* (Fukuyama, 2011, pp. 21-22).

Admitindo a existência de um excepcionalismo liberal, questiona-se sobre a existência de uma solidariedade baseada no tipo de regime político. Este aspecto é realçado por Doyle, que afirma que, em caso de guerra iminente, apesar de possíveis

divergências em termos de motivações e de interesses, os Estados liberais *acabam todos do mesmo lado* (Doyle, 1995, pp. 92- 93). Neste sentido, Ikenberry adverte que, mesmo subsistindo a competição estatal em caso de todos Estados serem democracias liberais, a divergência democrático-autocrática que se evidencia no cenário internacional do *post* Guerra Fria *promete ser ainda mais conflituosa* (Ikenberry, 2009, pp. 8).

Para Kagan, assiste-se ao ressurgir da competição entre liberalismo e absolutismo, com *as nações do mundo cada vez a se alinhar mais, como no passado, ao longo de linhas ideológicas*, sendo estas divisões mais nítidas onde as linhas de falha ideológicas coincidirem com divisões decorrentes de ambições nacionais competitivas, contemplando o autor, existir, de facto, *uma tendência para a solidariedade entre autocracias do mundo, bem como entre as democracias do mundo* (Kagan, 2007, pp. 17, 32-33). Daí que, bebendo a proposta kantiana de criação de um *Estado de paz*, Kagan proponha que a comunidade ocidental-americana deve procurar *políticas destinadas tanto a promover a democracia como a fortalecer a cooperação entre as democracias*, devendo estas unir-se às *outras democracias para erguer novas instituições internacionais que reflectam e melhorem os seus princípios e metas partilhados*, ilustrando como possibilidade, a criação de *um concerto global ou liga de Estados democráticos* (Kagan, 2007, pp. 33). Em complementaridade com as Nações Unidas, esta organização poderia *conferir legitimidade a acções que as nações liberais considerem necessárias, mas que as nações autocráticas se recusam a aprovar- como a OTAN conferiu legitimidade no conflito no Kosovo, embora a Rússia se opusesse (...)* *Alguns afirmam que tal organização só irá criar divisões no mundo. Mas essas divisões já estão lá. A questão agora é saber se há alguma maneira de defender os interesses norte-americanos e os fins liberais democráticos, apesar destas* (Kagan, 2007, pp. 33). Defendendo o autor, que, apesar da exclusividade democrática da organização, esta não iria promover as divisões político-ideológicas pré-existentes, sendo antes um meio de defesa dos interesses ocidentais-americanos e dos propósitos liberais democráticos, dadas as divisões evidenciadas nos outros fóruns institucionais multilaterais.

Segundo o autor a divisão entre democracias e autocracias estende-se igualmente aos órgãos das instituições internacionais, afirmando ser provável que se intensifique nos próximos anos, prejudicando e impedindo os esforços ao nível da ajuda humanitária e ao nível da imposição de sanções aos Estados *que procuram armas nucleares e outras de destruição em massa, como já fez nos casos do Irão e da Coreia do Norte* (Kagan, 2007, pp. 32). Kagan adverte que esta realidade ultrapassa o Conselho de Segurança

afirmando que, dada a distância crescente entre os Estados liberais e os Estados autocráticos, a obtenção de um consenso internacional nos fóruns institucionais se tornará cada vez mais complicada. Realçando que como as divisões entre os EUA e seus aliados europeus, assentes na divergência de interesses, serão ultrapassadas por divisões ideológicas mais acentuadas e por *tensões crescentes entre a aliança democrática transatlântica e a Rússia* e pela *contínua ascensão da China autocrática* (Kagan, 2007, pp. 33).

Alternando-se entre convergências e divergências, o debate contemporâneo entre o realismo e o liberalismo tem assistido a uma aproximação de alguns pressupostos das novas correntes e perspectivas que destas advêm. Seguindo-se a teorização de David Baldwin sobre este debate no *post* Guerra Fria reflecte-se sobre a anarquia, a cooperação e os ganhos e a dualidade das intenções *versus* capacidades (Baldwin, 1994, pp. 3-25). O reconhecimento da anarquia, como princípio ordenador do sistema internacional, surge como um pressuposto comum às correntes, divergindo estas em termos da percepção da sua natureza e das suas consequências. Se para os neo-realistas as preocupações com a sobrevivência e a segurança, decorrentes do carácter anárquico do sistema, constituem motivações que influenciam a acção estatal externa, para os neoliberais a anarquia não limita o espectro de padrões de comportamento evidenciados nas relações entre os Estados.

Questionando-se se a ausência de uma autoridade centralizada homogénea de poder força os Estados a adoptarem políticas de poder competitivas, Wendt remete para o debate entre neo-realistas e neoliberais, afirmando que ambos partilham a perspectiva de que os Estados são os actores dominantes no sistema, definindo a segurança em termos de *interesse próprio*. Ressaltando como aspectos divergentes o facto de que para os neo-realistas, por acreditarem que as anarquias são necessariamente sistemas de *auto-ajuda*, o sistema em que exista uma autoridade central e uma segurança colectiva é ausente. Em oposição aos liberais, para os quais, o processo pode gerar um comportamento cooperativo, mesmo que exogenamente dado, num sistema de *auto-ajuda* (Wendt, 1992, pp. 132). Propondo o argumento *positivo* de que a auto-ajuda e as políticas de poder são socialmente construídas sob a anarquia, explora três formas através das quais as identidades e os interesses são transformados: as *instituições de soberania*, a *evolução da cooperação* e os *esforços internacionais para transformar as identidades egoístas em identidades colectivas* (Wendt, 1992, pp. 134). Sendo a hipótese de cooperação entre os Estados reconhecida pelos neo-realistas e pelos

neoliberais, para os primeiros a cooperação internacional depende do poder e dos interesses dos Estados, assumindo-se a sua manutenção mais difícil do que para os neoliberais. De acordo com a proposta de Robert Jervis, assiste-se a uma convergência entre o neoliberalismo e o realismo defensivo, daí a referência de Robert Keohane e Lisa Martin, ao neoliberalismo como uma forma de neo-realismo.

Sem embargo a inexistência de um governo mundial que conteste a anarquia, como princípio ordenador do sistema internacional, dada a indisponibilidade dos Estados em renunciar ao estatuto da soberania estatal, procuram o governo mútuo e o exercício da soberania estatal, mediante as redes de governação global edificadas, protagonizadas pelas instituições internacionais. Reconhecendo as duas correntes, o carácter anárquico do ordenamento do sistema internacional, que limita a cooperação entre os Estados e promove com frequência a acção unilateral, estas divergem a respeito do conflito. Para a variante defensiva do realismo, a possibilidade de cooperação entre os Estados depende do dilema da segurança, ao passo que, para os neoliberais, atendendo à inferência das instituições internacionais, o conflito é evitável e desnecessário. Em termos de ganhos da cooperação entre os Estados, em caso de ganhos mútuos, para os neo-realistas os ganhos relativos prevalecem; enquanto para os neoliberais é atribuída mais importância aos ganhos absolutos da cooperação internacional. No que concerne à dualidade das intenções *versus* capacidades para a corrente neo-realista, dada a incerteza das intenções e o enfoque na questão da segurança, são realçadas as capacidades, paralelamente à corrente neoliberal que considera a sensibilidade a maiores ganhos relativos, como dependente das intenções e das relações prévias dos Estados.

Em análise aos enunciados liberais, enfocando a lógica institucional, Walt declara que os neoliberais institucionalistas têm reconhecido às instituições um protagonismo mais reduzido, aproximando-se, assim, dos pressupostos neo-realistas. Para os neoliberais institucionalistas, apesar das instituições internacionais facilitarem a cooperação entre os Estados, estas não os podem levar a agir contra os seus próprios interesses, submetendo, deste modo, as instituições internacionais à lógica dos interesses dos Estados. O enunciado de Fukuyama, assente no argumento liberal de que a derrota do comunismo e a propagação da democracia validam as teses da paz democrática e que, com a democracia, a humanidade atingiu o *fim da história* é, todavia, questionado por Walt. O autor aduz o aumento das hipóteses de conflito bélico em situações de processos de democratização em curso; a concepção definitiva de

democracia ante o seu reduzido número antes do pós Segunda Guerra Mundial; e a corrida ao armamento nuclear a partir deste período, constituem pressupostos alternativos explicativos da fraca incidência de conflitos bélicos entre os Estados democráticos liberais (Walt, 1998, pp. 34-35). Para o autor, o carácter liberal dos Estados é, assim, uma questão de perspectiva, afirmando que os Estados liberais entram em guerra quer contra Estados autoritários, quer contra outros Estados liberais.

No que concerne aos enunciados do *pacifismo liberal*, apesar do realismo não negar a possibilidade do liberalismo modelar a política externa em dados momentos, também Stephen Krasner realça que o temor produzido pelo aparecimento e propagação do armamento nuclear se mostra um pressuposto mais provável de inferir na paz liberal do que o carácter político-ideológico dos regimes internos dos Estados (Krasner, 1992, pp. 46-49). Também em Kenneth Waltz, não obstante ao carácter democrático liberal poder constituir um possível influenciador da política externa nos casos em que o sistema constanja menos, a paz depende do equilíbrio de forças e da vontade dos mais fortes e do equilíbrio entre as estruturas interna e externa do sistema, independentemente do carácter liberal ou autoritário dos regimes políticos dos Estados. Considerando a natureza do sistema como anárquica e a sua estrutura como a distribuição do poder, Waltz define a balança do poder como o elemento de ordenamento do sistema, excluindo, deste modo, a unipolaridade como estrutura do sistema internacional. Afirmando que as mudanças produzidas no *post* Guerra Fria constituem mudanças *no* sistema e não mudanças *do* sistema, o autor defende que estas não questionam os argumentos realistas. Abordando o *liberalismo republicano*, a despeito de reconhecer que a democracia elimina algumas causas internas da guerra, Waltz vê a guerra como uma condição da política internacional, decorrente do carácter anárquico do sistema, não sendo a estrutura do sistema passível de ser transformada por mudanças internas dos Estados (Waltz, 2000, pp. 5, 8- 10, 13).

Não obstante ao facto de o debate contemporâneo se pautar por divergências e convergências, tem-se assistido a uma congruência dos pressupostos ordenadores do sistema internacional e do vocabulário empregue por realistas e por liberais, bem como das correntes e perspectivas, que destas escolas decorrem. Não se opondo o realismo ao liberalismo, é de realçar a fulcralidade quer da distribuição de poder no sistema, como afirmado pelos realistas, quer da cultura política e da sua inferência nas concepções de legitimidade, como enfocado pelos liberais, que encontra reflexo na coexistência de uma estrutura de distribuição do poder no sistema unipolar, de legitimidade multilateral,

assente no institucionalismo liberal, entre a comunidade ocidental-americana, que pauta o ordenamento internacional.

Ordenamento internacional constitucional

Se a hegemonia democrática e o multilateralismo institucional, pelo mútuo reconhecimento das concepções de legitimidade, conduzem a uma homogeneização da humanidade como incentivo à paz, é imperativo atender ao enquadramento da comunidade ocidental-americana na estrutura de distribuição de poder unipolar que pauta a ordem internacional do *post* Guerra Fria. Seguindo-se o enunciado de Abramo Organski sobre a ordem internacional, traça-se o enquadramento dos Estados da comunidade ocidental-americana, num subsistema internacional de denominação análoga. Atendendo à proposta do autor, o sistema de relações estabelecido entre os Estados, assente em laços fortes, estáveis e de longa duração, designa-se de ordem, organizando as nações do mundo em sistemas ou ordens internacionais. Nestas ordens estabelecem-se hábitos, padrões e regras sobre como estas relações devem ocorrer, ao nível económico, diplomático e bélico, sendo as relações e a distribuição do poder, mutuamente aceites e reconhecidas. Dada a durabilidade, a estabilidade e a transversalidade às múltiplas esferas de um Estado, caracterizadoras da pertença a uma dada ordem internacional, a respeito da possibilidade de transição de ordem internacional, o autor refere que a mudança de uma ordem internacional para outra, implica, na generalidade, uma alteração do sistema económico, da classe predominante, do sistema político e da ideologia.

Revedo-se estas mudanças, aquando do fim da Guerra Fria, da deposição dos regimes comunistas na Europa Central e Oriental, da unificação da Alemanha, da dissolução do Pacto de Varsóvia e da decomposição da União Soviética e da ascensão dos EUA no sistema internacional, reafirma-se a passagem de uma ordem internacional bipolar para uma ordem internacional de estrutura de distribuição do poder unipolar (Organski, 1958, pp. 315-316). A afirmação da transição da bipolaridade para a unipolaridade da estrutura de distribuição do poder na ordem internacional implica atender à concepção de unipolaridade da estrutura de distribuição do poder e à posição dos EUA como potência unipolar, no sub-sistema da comunidade ocidental-americana e no sistema internacional do *post* Guerra Fria.

Emergindo como uma submissão à realidade empírica aparentemente factual, a concepção de unipolaridade não é, consensualmente, considerada no debate académico neo-realista em torno das relações internacionais. Percursor do neo-realismo, Kenneth Waltz, na sua definição da estrutura do sistema internacional, ao considerar o número de

pólos de poder no sistema, não contempla a hipótese de formação de um pólo uno, apenas constituído por uma grande potência (Waltz, 1979, pp. 79-101). Bem como, Raymond Aron e Hedley Bull, à semelhança dos realistas *tout-court*, ao definirem o sistema internacional como anárquico e a sua estrutura como oligopolística, não contemplam a existência de um sistema internacional composto por grandes potências apenas com um centro de poder (Aron, 2002, pp. 189-217, Bull, 2002, pp. 229-234).

Não obstante a seguir-se a concepção aroniana sobre a problemática em torno da homogeneidade e da heterogeneidade, como natureza do sistema internacional, adopta-se, a título complementar, a concepção de unipolaridade dos EUA, a respeito da estrutura de distribuição do poder no sistema internacional de William Wohlforth. Opondo-se à teorização canónica de Waltz e constituindo uma originalidade na escola estruturalista da teoria das Relações Internacionais, Wohlforth, realista neoclássico, evidencia a persistência da excepção dos EUA, como potência unipolar. Define a concepção de unipolaridade como respeitando a um sistema internacional estruturado, de modo a que apenas exista um pólo na distribuição internacional do poder, protagonizado por uma única grande potência, cuja preponderância impede o contrabalançar por outra potência ou coligação. A unipolaridade contempla critérios diversos de avaliação de poder, desde militares, económicos, político-diplomáticos, a territoriais, afirmando o autor que a distribuição do poder é fortemente unipolar, com os Estados Unidos a ocuparem o pólo uno do sistema internacional (Wohlforth, 1999, pp. 5-41). Para Wohlforth, o fim da Guerra Fria produziu *a maior mudança na relação de poder mundial desde a Segunda Guerra Mundial*, tendo este marco histórico conduzido à ascensão dos EUA como potência unipolar (Wohlforth, 1999, pp. 5), à semelhança de Charles Krauthammer, que reconhece a chegada de um novo *momento unipolar* caracterizado por um poder, sem precedentes, dos EUA (Krauthammer, 1991, pp. 23-33).

Distinguindo-se da concepção de hegemonia, a posição de unipolaridade de um Estado, além dos critérios de avaliação do poder, comporta também o peso das relações políticas e o grau de influência deste Estado ante os seus pares no sistema internacional (Ikenberry, 2009, pp. 4). Segundo o enunciado de Mearsheimer, a concepção de hegemonia corresponde à dominação do sistema por um Estado, substancialmente mais poderoso que todos os outros Estados, não tendo nenhum outro Estado os meios militares para o contestar ou se lhe opor. Não obstante a interpretação comumente associada ao contexto global, o autor realça a aplicabilidade do conceito a um sub-

sistema regional mais específico, como o sub-sistema respeitante à comunidade ocidental-americana, afirmando que os EUA *têm sido uma hegemonia regional no Hemisfério Ocidental, pelo menos nos últimos cem anos* (Mearsheimer, 2001, pp. 40) e que *estão hoje numa posição invejável, dominam o Hemisfério Ocidental e não há hegemonia em qualquer outra área do mundo* (Mearsheimer, 2001, pp. 42). Traçando uma relação entre a paz no mundo e a prosperidade e segurança de um Estado hegemónico, o autor defende que os EUA, como potência hegemónica de *status quo*, têm feito esforços consideráveis para preservar a distribuição de poder existente, seguindo de modo constante essa linha de argumentação ao longo do século XX (Mearsheimer, 2001, pp. 40, 42, 48-49).

Considerar a posição proeminente dos EUA como único polo na distribuição internacional do poder, implica questionar de que modo a potência unipolar exerce a sua hegemonia. Cruzando-se as concepções de hegemonia e de unipolaridade, no aspecto de que ambas ao simbolizarem hierarquia contrapõem a noção waltziana de anarquia, no caso da posição hegemónica dos EUA, as diferenças entre ambas revelam a sua trivialidade. Se os EUA exercem o domínio unipolar pela sua hegemonia nos critérios que lhe são definitórios, a hegemonia norte-americana assume-se como uma forma de unipolaridade. Percepcionando os EUA como o único pólo capaz de tecer normas intelectual e ideologicamente aceites, que infiram na identidade de outros Estados que as internacionalizam, os princípios normativos norte-americanos, compatíveis com a sua noção de ordem internacional, sustentam a sua proeminência e a sua primazia no sistema internacional.

Atendendo à ascensão dos EUA, como potência hegemónica, após a vitória da Guerra Fria, reflecte-se sobre a proposta realista de hegemonia de Robert Gilpin, que, contestando o enunciado de Waltz ao definir a hegemonia como a preponderância de um pólo do sistema e a estabilidade desta configuração pelos ganhos mútuos entre os Estados, fala em estabilidade hegemónica. Referindo um ciclo de ascensão e declínio de uma grande potência, afirma que, após a vitória numa grande guerra, esta tem a possibilidade de edificar um modelo de ordenamento internacional, a fim de cimentar a sua posição de superioridade na hierarquia internacional, afirmando o autor que a potência hegemónica tende a preferir o uso do poder coercivo e a acção unilateral, preterindo o diálogo e o consenso. A estabilidade e a continuidade desta posição dependem do poder da potência hegemónica, sendo esta posição cimentada pelo reconhecimento da legitimidade política do modelo de ordenamento edificado. O

enunciado da estabilidade hegemónica de Gilpin é contrariado pela teorização da transição do poder de Organski, que defende a probabilidade de uma grande potência desafiar um Estado hegemónico, após um certo período de tempo, dando origem a uma grande guerra. Para o autor, se a hegemonia pode controlar a ocorrência de guerras também pode dar origem a uma grande guerra, proferindo, assim, a evidência de uma natureza cíclica das guerras (Gilpin, 1981, pp. 591-613).

À luz dos enunciados da *teoria da transição do poder* (Organski, 1958) e da *teoria da estabilidade hegemónica* (Gilpin, 1981) define-se a distribuição do poder unipolar como a única variável passível de variância e como designando um sistema internacional, no qual não é possível a formação de uma coligação que contrabalance o Estado que representa o pólo uno do poder. Circunscrevendo-se os exercícios de *balança do poder* ao nível dos sub-sistemas regionais, não se evidenciam, todavia, exercícios de *balança do poder* ou de organização contra-hegemónica entre o sub-sistema ocidental-americano. Imbuídos no reconhecimento dos EUA como potência hegemónica e como Estado unipolar, as evidências da assimetria de poder no *post* Guerra Fria, o posicionamento geográfico e o regime político-ideológico dos EUA, permitem a continuidade desta estrutura de distribuição do poder e a estabilidade da ordem internacional.

Questionando a excepcionalidade unipolar que os EUA evidenciam, quer no contexto do sistema internacional, quer no contexto da comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria, esta pode dever-se, por um lado às assimetrias entre os Estados seus compósitos, não existindo o interesse nem a facilidade em contrabalançar a posição americana e, por outro lado, à posição geográfica dos EUA, sendo estes percebidos como uma potência conservadora e defensora da estabilidade. Não obstante a dependência da persistência da unipolaridade da continuidade destas variáveis em que se assenta a preponderância dos EUA, é de realçar a importância da União Europeia como potência económica, tanto ao nível internacional, como ao nível da comunidade ocidental-americana, apesar de esta não questionar a estrutura da distribuição do poder internacional e deste sub-sistema internacional.

Todavia o crescente unilateralismo norte-americano (Krauthammer, 1991, pp. 23-33, Layne, 1993, pp. 244-290) que reforça a perspectiva realista de hegemonia é, igualmente, evidente uma constância por parte dos EUA em relação ao diálogo e aos compromissos multilaterais (Ikenberry, 2000, pp. 20, 255-256, Wohlforth, 1999, pp. 175-195). Bebendo em Webber e Rousseau a concepção de transformar o poder em

autoridade legítima com durabilidade, tanto Gilpin, como Ikenberry vêem a *balança do poder* como forma de ordenamento do sistema internacional, afirmando ambos o fim de uma guerra hegemónica constituir um momento único para a reconstrução do modelo de ordenamento do sistema internacional. No que concerne aos modelos de ordenamento, Gilpin fala de hegemonia, estabilidade e balança do poder, enquanto Ikenberry fala de *balança do poder*, hegemonia e constitucionalidade. Relacionando-os a princípios distintos, como correspondendo às suas fontes de estabilidade, Ikenberry aduz o modelo de balança do poder que tem como ordem a anarquia, em que sendo as alianças a limitação do poder, corresponder ao princípio do equilíbrio; de hegemonia que tem como ordem a hierarquia, em que não existindo nenhum aspecto limitador do poder, corresponde ao princípio da preponderância; e de constitucionalidade que tem como ordem o primado do direito, em que sendo as instituições o meio de limitação do poder, corresponde ao princípio dos limites ao rendimento do poder.

Na sua proposta constitucional de hegemonia, John Ikenberry aduz a legitimidade de uma ordem política depender da limitação do exercício do poder, defendendo ser necessário para a limitação do exercício do poder criar instituições de carácter multilateral, assentes no consenso político, que tornam o poder crú em autoridade legítima. Contestando, os enunciados neo-realistas, no que concerne à concepção de anarquia internacional previligiadora da distribuição do poder apresenta uma concepção de anarquia internacional que enfoca a *cultura política* dos Estados- os valores, os princípios, as normas, as instituições- caracterizando esta o *tipo de Estado* (Ikenberry, 2000, pp. 29-49). Rejeitando, igualmente, a distinção neo-realista entre a política interna e a política internacional, o autor afirma que as transformações ocorridas ao nível interno têm impacto na política internacional e que existem parecenças entre o nível interno e o nível internacional. Defendendo que os pontos de intersecção entre a política interna e a política internacional surgem especialmente após as guerras, tanto nos *momentos* de formação da ordem política interna dos Estados, como nos *momentos* de formação da ordem internacional (Ikenberry, 2000, pp. 5-6, 21, 52-72).

Segundo propõe Ikenberry, o *momento* ordenador e de reconstrução da ordem internacional, de acordo com as capacidades dos vencedores é tanto maior quanto maior for o seu poder na vitória, que é tanto maior quanto maior for a destruição da anterior situação de ordem e o estabelecimento de uma nova ordem internacional. Os *momentos* de formação da ordem internacional, após grandes guerras, ao criarem uma nova distribuição de poder e, consequentemente, novas assimetrias entre os Estados,

proporcionam aos vencedores a hipótese de estabelecer novos princípios e regras de ordem. Os Estados vencedores, ao escolherem entre engrandecer a sua posição, procurar a segurança nos equilíbrios de poder ou criar ordens políticas mais institucionalizadas, moldam o carácter da ordem internacional pós-guerra. De acordo com o autor, o fim da Guerra da Fria, da distribuição bipolar e a, subsequente, queda da União Soviética e ascensão dos EUA, como Estado vencedor, constitui um destes *momentos* históricos de formação da ordem internacional, tendo os EUA, na posição de Estado vencedor, optado por moldar o carácter da ordem internacional, através do *modelo institucional de construção da ordem*, criando uma ordem política mais institucionalizada. De acordo com o modelo institucional elegido, essa ordem política exercida por democracias liberais e organizada em torno de instituições, que desempenham um papel moderador nas relações e limitam as assimetrias de poder entre os Estados, é defendida pelo autor como apresentando características constitucionais (Ikenberry, 2000, pp. 3-6, 17-18).

Em Ikenberry, a designação de ordem constitucional corresponde às ordens políticas organizadas e acordadas em torno de princípios, regras e instituições, que tornam a ordem estável, não coerciva e, fundamentalmente, legítima. Para o autor, a legitimidade de uma ordem internacional depende da consensual aceitação da *cultura política* dominante que caracteriza o *tipo de Estado*, bem como do carácter institucionalizado e da inclusão de elementos normativos na ordem. As instituições políticas estabelecidas atribuem direitos e deveres e limitam o exercício do poder, sendo o poder exercido através de um processo político institucionalizado, levando os Estados a *superar as preocupações sobre o exercício arbitrário e perverso do poder* (Ikenberry, 2000, pp. 35-36).

Não sendo somente o reflexo de forças sociais específicas, interesses de classe, ou silenciadoras das implicações políticas da desigualdade na sociedade, as instituições políticas devem ter atingido um alto grau de autonomia face aos Estados, conferindo uma *noção de «dependência» do caminho político* (Ikenberry, 2000, pp. 31). Tornando-se as regras e as instituições, consensualmente, reconhecidas como legítimas e parte integrante da identidade do sistema de relações internacionais entre estes Estados, os modelos de ordenamento constitucionais, resistindo às mudanças, assumem-se como estáveis e difíceis de alterar (Ikenberry, 2000, pp. 19, 29-31, 47-48). Se o exercício de uma hegemonia multilateral edifica uma ordem política multilateral, correspondendo esta ordem a um sistema político composto por mais de três Estados, cujas relações se regem pela não-discriminação e pela reciprocidade, vinculando todos os Estados de

modo análogo, os EUA apresentam-se, assim, como exemplo de um Estado vitorioso que edificou uma ordem estável e duradoura, semelhante ao seu sistema político interno de pluralismo institucional, baseada no direito internacional e em instituições multilaterais, que, ao limitarem o seu próprio poder, prolongam o ciclo hegemónico e adquirem legitimidade internacional.

Reconhecendo, a par dos seus interesses, as responsabilidades como garante da segurança internacional e a aceitação dos valores, normas e regras multilaterais, os EUA transformam, segundo a acepção weberiana, o poder cru em autoridade legítima. A pertença e a aceitação da hegemonia norte-americana, do seu modelo liberal, do seu sistema estratégico, político e económico pelos Estados europeus da comunidade ocidental-americana são asseguradas e legitimadas pela transversal vinculação institucional que, multilateralmente, enquadra os Estados democráticos liberais. Abordando-se a relação entre institucionalismo, democracia liberal e ordem constitucional, a pertença e a aceitação da hegemonia norte-americana e do seu modelo liberal, na perspectiva dos outros Estados democráticos liberais, recai tanto sobre o *tipo de Estado* dos EUA como sobre o carácter institucional, multilateral e normativo da ordem por estes edificada.

A *cultura política* dos EUA, definidora do seu *tipo de Estado*, caracterizada pelo regime democrático, pela abertura política e pela divisão de poderes no sistema político norte-americano, torna as assimetrias menos evidentes e confere estabilidade às relações entre as democracias liberais. Em concomitância, o carácter institucional, multilateral e normativo da ordem edificada onde se inscreve a hegemonia norte-americana limita o exercício da hegemonia dos EUA e integra os outros Estados na ordem liberal de características constitucionais. Todavia a aspiração à universalidade, a pertença e a aceitação da hegemonia norte-americana e do seu modelo liberal de ordenamento constitucional, pelos outros Estados democráticos liberais, implicam a homogeneidade ideológica da concepção democrático-liberal, que não é partilhada como legítima pelos Estados não liberais e não-democráticos.

Não obstante a constituir uma excepção, entre as teorias sobre os momentos em que as potências vencedoras podem decidir a forma de ordenamento do sistema internacional após uma guerra hegemónica, o fim da Guerra Fria marcou, assim, uma linha de continuidade da ordem internacional ocidental-americana, edificada no *post* Segunda Guerra Mundial (Ikenberry, 2000, pp. 163-166). Significando a dissolução formal da União Soviética uma viragem histórica e marcando o término de um século de

revoluções totalitárias e de guerras totais do último Império europeu e da competição estratégica bipolar entre os Estados vencedores da Segunda Guerra Mundial, o fim da Guerra Fria apresentou-se como uma vitória do modelo dominante norte-americano de ordenamento do sistema internacional. Perspectivando-se como incongruente, se se considerar o fim da Guerra Fria como um novo ciclo histórico, em termos da estrutura de distribuição do poder e do mapa político internacional, a ordem edificada pelos EUA fundou-se na continuidade institucional do seu modelo de ordenamento internacional.

Seguindo-se a perspectiva de que o colapso da União Soviética e a continuidade da ordem entre os Estados democrático-liberais declararam a vitória das instituições e das políticas ocidentais-americanas sobre a concepção rival socialista, estes significaram a validação do *modelo institucional de construção da ordem*, de carácter constitucional e anteciparam a emergência da *paz democrática* (Ikenberry, 2000, pp. 215). Próximo da lógica institucional edificada após a Segunda Guerra Mundial, o institucionalismo liberal contemporâneo, emerge, assim, como hipótese explicativa do modo como terminou a Guerra Fria e da persistência dessa lógica no *post* Guerra Fria (Fukuyama, 2011, pp. 273, Ikenberry, 2000, pp. 5). No entanto, se os EUA, enquanto vencedores da Segunda Guerra criaram um modelo de ordenamento estável que contivesse a ameaça soviética, enquanto vencedores da Guerra Fria procuraram um modelo de ordenamento que neutralizasse novas ameaças e consolidasse a sua preponderância, como potência hegemónica. A ordem constitucional edificada pelos EUA, como potência hegemónica liderando o processo de criação de uma nova ordem internacional, assentou numa agenda de construção e expansão institucional de natureza multilateral, em esferas como a economia e a segurança, tanto em termos regionais como em termos globais. O processo de criação desta nova ordem internacional distinguiu-se como multilateral, recíproco, institucionalizado e legítimo (Ikenberry, 2000, pp. 20).

Uma continuidade da lógica da ordem ocidental do *post* Segunda Guerra, este padrão de desenvolvimento institucional procurou promover, reforçar ou alterar, mediante o impacto dos compromissos institucionais nas políticas internas, as orientações políticas desejadas nesta nova ordem, criando um novo quadro institucional para as relações pós-Guerra Fria. Em concomitância, assistiu-se a uma convergência dos sistemas políticos e económicos, quer das grandes potências, quer dos Estados da *Terceira vaga de democratizações* que se enquadraram no ordenamento constitucional edificado pelos EUA (Huntington, 1993a, pp. 30). As instituições multilaterais foram empregues como mecanismos de estabilização e integração das emergentes democracias

de mercado no mundo democrático ocidental. Em termos biunívocos, estas instituições limitaram a autonomia aos EUA e permitiram aos outros Estados aceder institucionalmente, quer à acção política, quer aos mercados norte-americanos (Ikenberry, 2000, pp. 234-235, 246).

Segundo propõe Ikenberry, a criação do Acordo de Livre Comércio Norte Americano (NAFTA), a Cooperação Económica Ásia Pacífico (APEC) e a OMC são acordos comerciais ilustrativos da lógica de desenvolvimento institucional, na esfera da economia. Com o apoio norte-americano e exemplos de iniciativas de carácter regional, a NAFTA estreitou os laços económicos com a América do Sul e a criação da APEC significou a institucionalização das relações e o compromisso na região, fomentando uma direcção trans-pacífica (Ikenberry, 2000, pp. 239). Também neste sentido, a criação da OMC, na sequência das negociações de comércio com o Uruguai, formalizou e reforçou a elaboração de normas e a resolução de litígios do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), criando uma base jurídica para o direito comercial internacional (Ikenberry, 2000, pp. 244). De modo análogo, as instituições económicas multilaterais globais, como o FMI e a OMC, ligadas a instituições de governo mais circunscritas, como o G-7 e G-10, bem como os quadros formais que institucionalizam as relações entre as grandes potências, como o Conselho de Segurança e o G-8, retratam a extensão a todo o Atlântico e Pacífico das instituições intergovernamentais criadas segundo esta lógica institucional (Ikenberry, 2000, pp. 254).

Enquadrada no processo de construção institucional das relações *post* Guerra Fria, promovida pela administração George W. Bush (2001-2009) e parte da política europeia das duas administrações Bill Clinton (1993-2001), a OTAN expandiu as suas relações com os países de leste, aprofundou as relações institucionais com a Comunidade Económica Europeia (CEE) e assumiu um papel mais amplo na Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE). Assim, contrariamente às perspectivas neo-realistas para o *post* Guerra Fria, a OTAN sofreu uma renovação e expansão política desempenhando um papel congregador e estabilizador da ordem no Ocidente, devido à sua estrutura institucional facilitar a integração e a estabilidade entre os Estados membro, assim como na área circundante deste compromisso de segurança. Neste sentido, Ikenberry afirma que, mesmo *a França, que permaneceu desligada da OTAN durante a Guerra Fria, anunciou em 1995 que pretendia juntar-se novamente às estruturas militares integradas da OTAN* (Ikenberry, 2000, pp. 234-239, 248-249). Transformando a Aliança Atlântica num quadro institucional vinculativo, formado pela

comunidade política das democracias ocidentais, institucionalizou-se multilateralmente o seu papel assegurado de uma paz separada entre a comunidade ocidental-americana.

Sem embargo, a continuidade do modelo de ordenamento edificado no fim da Guerra Fria, emergiram alterações na importância estratégica, quer da Europa perante os EUA, quer dos EUA perante a Europa. Eliminada a bipolaridade, a divisão da Alemanha e a ameaça soviética, a Europa Ocidental perde importância estratégica para os EUA, bem como a integração da Alemanha unificada ganha proeminência para a estabilidade da Europa, ante as relações com os EUA. A edificação de uma Europa unida e livre, no *post* Guerra Fria, contou com o especial protagonismo da CEE e da OTAN assumindo-se que, quer o espaço territorial europeu, quer o espaço institucional europeu-americano beneficiariam da extensão e do alargamento das fronteiras institucionais multilaterais à Europa Central e Oriental. Princípio do qual é ilustrativo o abraço da OTAN ao processo de unificação e de permanência da Alemanha nestes espaços institucionais.

Não obstante a inicial rejeição soviética, a Alemanha unificada optou, livre e soberanamente, por enquadrar estes espaços institucionais nas suas alianças, tranquilizando os aliados ocidentais-americanos de que não ocorreria uma ruptura nos equilíbrios estratégicos, nem o retorno à competição multipolar entre os Estados europeus. Se a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) tinha permitido a reconciliação entre a França e a Alemanha e a substituição da lógica de competição pela lógica de cooperação, o caso alemão retratou o modelo de ordem regional europeia de consideração da OTAN e da CEE como pilares da ordem ocidental-americana do *post* Guerra Fria (Gaspar, 2002, pp. 54-55). Contrariamente às perspectivas realistas de que o fim da Guerra Fria eliminou a principal fonte de coesão e estabilidade entre as democracias, as relações entre a comunidade ocidental-americana têm-se mantido estáveis, abertas e a cooperação e as redes institucionais têm-se expandido, em algumas áreas. Se para os realistas conservadores, a continuidade da aliança ocidental-americana representa uma fonte de equilíbrio de interesse estratégico, para os liberais-institucionalistas e para os realistas-internacionalistas, os quadros multilaterais, pelo concerto, permitem um reconhecimento e aceitação generalizados do *status quo* do fim da Guerra Fria.

Apresentando-se igualmente consistente com a expectativa do modelo de ordem institucional, o facto de nem os Estados europeus se sentirem ameaçados pela hegemonia norte-americana ao ponto de se assistir a um afastamento ou a uma tentativa

de equilíbrio contra os EUA, nem os EUA procurarem aumentar o seu poder através de estratégias militares ofensivas, representativo de que neste modelo as disparidades de poder se tornam menos consequentes e reduzem as possibilidades de uma orientação para uma ordem hegemónica ou para uma ordem de *balança de poder* (Ikenberry, 2000, pp. 255-256). Por oposição ao modelo de hegemonia unipolar, se o modelo de concerto entre as grandes potências implica o equilíbrio multipolar, mediante normas que definem a legitimidade e o cimentam, subordinando as instituições multilaterais aos acordos do concerto, este é incongruente e inconciliável com pretensões hegemónicas dos EUA. Todavia, o ordenamento multilateral constitucional edificado e mantido pela mão dos EUA, apenas persiste na ausência de uma coligação das principais potências, encontrando-se, por isso, a sua constância, em parte, dependente da hegemonia norte-americana (Gaspar, 2006, pp. 21-36).

Não obstante as teorizações sobre o peso do institucionalismo liberal, sobre a paz democrática e sobre o ordenamento de características constitucionais, estas perspectivas não invalidam a vigência da competição, os imperativos da segurança e a ocorrência de guerra nas relações entre os Estados soberanos no sistema internacional. Seguindo Thomas Hobbes, numa perspectiva divergente, Carl Schmitt aduz que a soberania da lei apenas significa a soberania dos homens que elaboram e administram a lei e que a regra de uma ordem superior *é uma frase vazia se não significar que politicamente certos homens de uma ordem superior governam os homens de uma ordem inferior* (Schmitt, 1996, pp. 67). Afirmando que *um mundo no qual a possibilidade de guerra seja totalmente eliminada, um globo completamente pacificado seria um mundo sem distinção entre amigo e inimigo e, portanto, um mundo sem política* (Schmitt, 1996, pp. 35). A persistência e a continuidade da ordem entre a comunidade ocidental- americana, no *post* Guerra Fria, reforça o argumento de existir uma lógica institucional interna no Ocidente, desde o *post* Segunda Guerra, que não tendo sido causada, saiu reforçada com o fim da Guerra Fria (Ikenberry, 2000, pp. 248). Em concomitância, dado o reconhecimento de ameaças comuns à segurança internacional, que nenhum dos principais Estados pode ou quer pôr em causa, a negociação das diferenças e das divergências continua a dar-se ao nível institucional através dos canais intergovernamentais, sem o recurso à guerra entre estes Estados, pelo enquadramento da esfera securitário-militar na lógica institucional do ordenamento constitucional do *post* Guerra Fria.

Segurança colectiva e comunidade pluralista de segurança

Pautado pela distribuição de poder unipolar e pelo modelo de ordenamento constitucional, o sistema internacional do *post* Guerra Fria tem sido, igualmente, marcado pela subsistência da anarquia e pela re-emergência de ambições nacionais competitivas, ocorrendo a resposta da comunidade ocidental-americana, nas esferas social, económica e política, ao nível institucional multilateral e na esfera securitária e militar, entrecruzando os sistemas de segurança de base institucional multilateral, procurando-se que prevaleça o princípio da segurança colectiva (Kagan, 2007, pp. 22). Assumindo que todas as esferas estão sujeitas à evolução histórica, mas que, em termos de possibilidade, a *guerra é eterna* (Fukuyama, 2011, pp. 243) e que se evidencia uma militarização do pensamento internacional, pelo facto da força militar ter provado ser o árbitro e o último detentor da palavra a respeito da ordem internacional a prevalecer no mundo (Organski, 1958, pp. 299-300), aborda-se a problemática em torno da segurança e da defesa, do paradigma da comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria.

Não obstante a constituir uma das mais contestadas concepções na área das relações internacionais, é factual que se tem assistido ao surgimento de uma reconceptualização da segurança, tanto ao nível das suas componentes e dimensões cruciais, como dos seus objectos e instrumentos, continuando, todavia, a estar no topo das preocupações internacionais (Stares, 2000, pp. 150-159). Salientando-se a abrangência e o peso dos meios, não circunscritos aos militares, dos instrumentos de segurança, desde a ajuda ao desenvolvimento a novos regimes jurídicos e financeiros, da diplomacia à promoção dos direitos humanos ou ao fortalecimento do Estado de Direito (Fernandes, 2007, pp. 15), bem como da reconceptualização das ameaças à segurança, como os grupos terroristas ou as associações criminosas, e das promotoras da segurança, como as organizações internacionais e as organizações não governamentais (ONG)'s.

Define-se, assim, seguindo Luís Tomé, a segurança como a promoção e a protecção de princípios percebidos como fulcrais para a *sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas* (Tomé, 2010, pp. 14). Decorrendo, quer de conflitos de interesses materiais, quer de considerações e percepções de identidade, ideologia ou legados histórico-culturais, a problemática em torno da segurança e da defesa ocorre, tanto em contextos de rivalidade, conflito,

envolvimento e cooperação distintos, dinâmicos e evolutivos, como está sujeita aos quadros normativos e legais institucionais, à diplomacia, à economia e a aspectos socioculturais, dependendo esta problemática das circunstâncias em concreto.

Atendendo aos enunciados realistas sobre a segurança, assentes na anarquia internacional, a segurança emerge como preocupação central dos Estados, ante as ambições dos outros Estados do sistema internacional. Percepcionando o sistema de segurança internacional como competitivo por natureza e pautado pela imperativa autodefesa dos Estados, distinguem-se as perspectivas do *realismo defensivo* e do *realismo ofensivo*. Inserido na corrente *defensiva*, Kenneth Waltz, no seu enunciado canónico, fala da ocorrência de mudanças internacionais envolvendo a ascensão ou a queda de grandes potências e aduz que os sistemas de distribuição do poder bipolares evidenciam maior estabilidade. Definindo os Estados como actores unitários, cujo comportamento assenta nos interesses nacionais, o autor propõe que a sua sobrevivência constitui o seu interesse primário e que estes contrapõem e balançam o poder com poder, diferenciando-os de acordo com as suas capacidades. Dada a vigência da *balança do poder* e do dilema de segurança realista, procura-se equilibrar o poder dos Estados mais fortes através de alianças, reduzindo-se a segurança e os ganhos obtidos quando vários Estados procuram incrementar a sua força militar. Em Waltz, os Estados, além de se orientarem pela *maximização do poder*, orientam-se pela *manutenção das suas posições no sistema* e pela *consolidação da balança de poder*, constituindo esta orientação na dinâmica de *ganhos relativos* e na fonte de estabilidade na ordem internacional (Waltz, 1995, pp. 74-81).

Paralelamente, John Mearsheimer, enquadrado na corrente *ofensiva*, propõe que *os Estados estão sempre dispostos a pensar ofensivamente na direcção de outros Estados* (Mearsheimer, 2001, pp. 34). No quadro de ordem hobbesiano e de *segurança competitiva* traçado, correspondente à *competição de segurança da grande potência e não do resultado da acção conjunta dos Estados para organizar a paz*, o comportamento regido pelo interesse próprio das grandes potências pauta a ordem internacional (Mearsheimer, 2001, pp. 49). Afirmando que, enquanto o sistema for anárquico, nem a cooperação elimina a lógica dominante da concorrência securitária, nem a possibilidade de paz genuína ou a ausência de competição pelo poder são prováveis, o autor contempla a hipótese de cooperação entre os Estados. Apesar de difícil de alcançar e de sustentar, são realçados como factores inibidores da cooperação as considerações sobre a *batota* e os *ganhos relativos*, não impedindo no quadro

securitário realista traçado, a hipótese de cooperação entre os Estados em matéria de segurança e defesa. Todavia, os impedimentos à cooperação avançados e embora o permanente jogo de pesos, contrapesos e compensações entre principais potências, Mearsheimer afirma que a lógica de *balança de poder* pode levar as grandes potências a formar alianças e a cooperar contra os inimigos comuns (Mearsheimer, 2001, pp. 53). Ilustrando através do acordo servo-croata em conquistar e dividir a Bósnia e da, subsequente, intervenção colectiva da comunidade ocidental-americana para impedi-lo, que tanto rivais como aliados podem cooperar (Mearsheimer, 2001, pp. 51-53). Este caso é, igualmente, representativo dos enunciados sobre o princípio da segurança colectiva, nos quais vários Estados confrontados com uma ameaça comum proveniente de outro Estado ou coligação se associam para, em conjunto, melhor se defenderem, dissuadirem ou vencerem o adversário, como ilustram alguns dos casos de *intervencionismo* da comunidade ocidental-americana nos conflitos bélicos do *post* Guerra Fria.

Se os laços militares entre os Estados são de uma natureza mais permanente e a guerra moderna implica uma dependência dos pequenos aos grandes Estados, para a sua defesa (Organski, 1958, pp. 314-315), as instituições internacionais emergem como mecanismos estratégicos para mitigar o dilema de segurança realista e para eliminar os incentivos de tentativas de *balança do poder* ou contra-hegemonia, pela vinculação dos Estados, moderando e promovendo a estabilidade na ordem internacional (Ikenberry, 2000, pp. 14-15, Hassner, 2007, pp. 38). No domínio da segurança e da defesa, as instituições dão ou recusam a sua bênção àqueles que podem agir e agem, não desempenhando, necessariamente, um papel interventivo na resolução dos problemas securitários ou bélicos, em concreto, como se tem assistido no *post* Guerra Fria. Em concomitância, assente nestas percepções e nestes princípios emerge a concepção de que se a acção na guerra pode ser unilateral, a legitimidade e a paz são sempre multilaterais (Hassner, 2007, pp. 40). Assumindo, assim, que a segurança assenta e se processa ao nível multilateral, analisam-se as concepções referentes ao sistema de segurança colectiva, cooperativa e *comunidade pluralista de segurança*, procurando compreender de que modo estes se articulam e compõem o quadro securitário que caracteriza o paradigma da comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria.

Enquadrando-a entre as teorias institucionalistas sobre como as instituições afastam os Estados da guerra e ajudam a promover a estabilidade da ordem internacional, segundo Mearsheimer, a teorização sobre a segurança colectiva aduz a

gestão do poder militar constituir a chave para a estabilidade, sendo as instituições a chave para a gestão do poder militar com sucesso. Atendendo à centralidade do poder militar na política internacional, lidando com a questão de como alcançar a paz, os Estados devem renunciar ao uso da força militar para alterar o *status quo*, devendo resolver as disputas de modo pacífico e alterar o *status quo* mediante negociações. De modo análogo, os Estados não devem apenas pensar em termos de interesse próprio, devendo optar por articular os interesses nacionais estatais aos interesses da comunidade internacional e devendo assumir o ataque a um Estado como considerado um ataque a qualquer Estado. Além do cumprimento das premissas expostas, os Estados devem acreditar que os outros Estados também as cumprirão e agir em consonância com essa percepção (Mearsheimer, 1991, pp. 388-411).

No entanto, o autor realça que a validade desta teoria implicaria que os Estados não se temessem uns aos outros, como ocorre num quadro realista, defendendo que esta proposta não contempla o modo como os Estados podem superar os receios e confiar uns nos outros. Abordando os exemplos históricos de tentativas de implementação da segurança colectiva, o autor destaca o fracasso da Liga das Nações, depois da Primeira Guerra Mundial e a paralisia das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial. Em análise ao período *post* Guerra Fria, defendendo que a intervenção no Golfo Pérsico constituiu uma excepção, Mearsheimer afirma que o malograr da comunidade ocidental-americana na prevenção da guerra dos Balcãs e a ampliação tardia da OTAN aos Estados de Leste não reforçam o possível estabelecimento de um sistema de segurança colectiva neste período (Mearsheimer, 1991, pp. 403-408). Todavia, a pertinência das observações de Mearsheimer, respeitantes aos anos que se seguiram imediatamente ao fim da Guerra Fria, assistiu-se, de facto, a uma expansão e a um aprofundamento da cooperação e das redes institucionais, em matéria de segurança e defesa entre a comunidade ocidental-americana.

Ao passo que, para Gareth Evans, enfocando a questão militar, a segurança colectiva como consequência da segurança comum, constitui *a última garantia de que o processo não sairá do rumo pelo comportamento agressivo de qualquer Estado individualmente – ou que se sair, a reacção alterá-lo-á* implicando, assim, a renúncia ao uso da força entre os membros e o comprometimento de um mútuo auxílio em caso de ataque a um dos membros (Evans, 1993, pp. 15-16). Não obstante a consensual validade do peso da questão militar, dado o alargamento da concepção de segurança, tanto ao nível das suas componentes e dimensões cruciais, como dos seus objectos e

instrumentos, assume-se como imperativo um olhar que contemple esta reconceptualização, mais abrangente e menos restrito à questão militar. Como realçado por Morgenthau que, enfocando o aspecto ético-moral, define a segurança colectiva como um princípio gerador de uma obrigação moral e jurídica, que transforma um ataque a um membro de uma aliança num ataque a todos os seus membros (Morgenthau, 1985, pp. 213). Para Brian Job, constituindo a segurança colectiva um atenuar do dilema de segurança pelo compromisso *todos-por-um*, em caso de ataque a um membro, os quadros de segurança colectiva permitem um vasto leque de participantes, atitudes e compromissos, dependendo o seu sucesso do envolvimento dos membros mais poderosos (Job, 1997, pp. 172-173).

Apesar das alianças, como a OTAN, serem descritas como instrumentos de segurança colectiva, Kissinger distingue-os afirmando que na sua essência os conceitos são diametralmente opostos. Para o autor, *Os aliados presumem sempre um adversário potencial específico; a segurança colectiva defende uma lei internacional em abstracto que procura sustentar em muito a mesma maneira que um sistema judicial apoia um código criminal doméstico. Numa aliança o «casus belli» é um ataque ao interesse da segurança dos seus membros. O «casus belli» da segurança colectiva é uma violação do princípio da resolução pacífica das disputas no qual todas as pessoas do mundo assumem ter um interesse comum* (Kissinger, 1994, pp. 247). Por ser implícita a opção de livre participação e a concepção *todos-por-um*, dado o peso e a vinculação crescente do institucionalismo e do multilateralismo, a problemática em torno da segurança e da defesa emerge como cada vez menos restrita ao enfoque no mitigar do dilema securitário realista, como realçado nestes enunciados.

De génese nos Acordos de Helsínquia de 1975, a concepção de *segurança cooperativa*, imbuída na premissa de que a segurança não pode ser imposta ou alcançada, devendo assentar no respeito pelas instituições e normas comuns, reemerge com o fim da Guerra Fria. Como retratado por Raimo Vayryen, a *segurança cooperativa* constitui um regime que, mediante um quadro estabelecido de normas e procedimentos, previne e gere conflitos, acomodando interesses e políticas rivais, mantendo-se, assim, uma ordem internacional estável sob a liderança das grandes potências (Vayryen, 1999, pp. 57-58). A respeito desta concepção, Gareth Evans enfatiza mais a cooperação do que a competição, caracterizando-a como não restritiva na participação, favorecendo o diálogo multilateral sobre o bilateral, aceitando a participação de actores não-estatais e não requerendo a criação de instituições de

segurança formais, embora também não as rejeite (Evans, 1993, pp.15). Atendendo ao carácter eminentemente cooperativo da segurança e ao peso do multilateralismo e do institucionalismo, nesta matéria, no *post* Guerra Fria, assistiu-se a um aprofundamento das normas, dos laços e dos procedimentos institucionais em torno da segurança entre a comunidade ocidental-americana. Neste sentido, Job aduz a concepção de *comunidade pluralista de segurança* como um sistema no qual o nível de cooperação, institucionalismo, multilateralismo e pertença como membro é mais regrado e elevado, estando implícitos valores e uma identidade partilhadas entre os membros. Salientando o autor que o carácter distintivo da *comunidade pluralista de segurança* consiste na *transição cognitiva que tem lugar entre os Estados, em princípio, não encarando ou temendo a força como modo de interacção entre eles próprios*, tornando-se, assim, o uso da força ilegítimo (Job, 1997, pp. 174-175).

Atendendo ao imperativo olhar sobre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria, como caso de estudo, ao questionar qual dos sistemas de segurança caracteriza este quadro regional, admite-se a vigência da concepção de *comunidade pluralista de segurança*, como orientadora em matéria de segurança e defesa. No entanto, não sendo possível isolar a comunidade ocidental-americana, como sub-sistema da restante realidade internacional, identifica-se a sobreposição de sistemas de segurança diversos neste quadro regional. Daí que se referencie a concepção de *complexo de segurança* respeitante à rede de relações estabelecida entre vários sistemas de segurança que dão origem a determinados padrões nas conexões, nas estruturas e nos comportamentos, cuja interacção se dá tanto ao nível do ambiente interno, como do ambiente externo, como concepção caracterizadora da realidade internacional contemporânea no seu conjunto, em matéria de segurança e de defesa (Tomé, 2010, pp. 12-13).

Reforçando as categorias de constitucionalismo da ordem política internacional, os padrões de ideias de *intervencionismo* e de *moralidade internacional* constituem as bases para a doutrina de intervenção humanitária e dos direitos humanos, comum entre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria (Wight, 1966b, pp. 91-114). Apesar das tentativas de as legitimar, as intervenções em nome da mudança de regime ilustram como a soberania está sujeita e limitada pela legitimidade do Estado democrático, como tipologia de regime político-ideológico. A concepção de segurança e paz internacional assumem-se, assim, menos tolerantes à justificação de actos de violência do Estado contra o indivíduo, como acções terroristas, de promoção do

armamento agressivo e de perpetuação de formas flagrantes de injustiça, ante a invocação de princípios de igualdade soberana dos Estados ou da não ingerência externa em questões domésticas. Contemplando esta perspectiva, Fukuyama defende a construção de Estados ser uma das questões mais importantes para a comunidade mundial, apontando os *Estados fracos ou falhados* como a fonte dos mais graves problemas do mundo. Afirmando que o fim da Guerra Fria deixou uma série de *Estados fracos ou falhados* em torno do globo, o autor defende que reforçar ou criar capacidades e instituições estatais nestes Estados constitui uma das prioridades mundiais e uma condição fundamental para a segurança e a paz internacionais contemporâneas (Fukuyama, 2006a, pp. 9-11).

Enquadrada no complexo de sistemas de segurança que pautam a ordem internacional *post* Guerra Fria, a concepção de *comunidade pluralista de segurança*, como sistema de segurança vigente entre comunidade ocidental-americana, apresentava como atractivo o facto de não minar a soberania do Estado enquanto tal, procurando-se que os Estados apoiassem interesses mais vastos que os nacionais. Assentando no argumento de que a acção colectiva, preparada com antecedência, podia evitar que uma crise atingisse um ponto de perigo externo, o sucesso da operação da coligação, liderada pelos EUA, que afastou o Iraque do Koweit, na Guerra do Golfo, levou à perspectiva de que a ONU poderia operar como uma instituição de segurança colectiva e que a OTAN se poderia tornar um sistema de segurança colectivo para o continente europeu (Mearsheimer, 1991, pp. 407). Todavia, os casos seguintes de intervenções da comunidade ocidental-americana em palcos externos não terem constituído operações de segurança colectiva, contra as previsões sobre o seu fim a par do fim da Guerra Fria, estas instituições internacionais impuseram a sua centralidade e a sua continuidade no espaço da segurança internacional. Não obstante a legalidade pouco evidente da flexibilidade do primado do princípio da soberania ante os termos do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, o *intervencionismo* tem sido reconhecido como um direito de base ética, emergindo, assim, a percepção de uma evolução do Direito Internacional no sentido de se ajustar à opinião mundial em matérias éticas, como o direito à intervenção humanitária (Oudraat, 2000, pp. 46-48).

Assumindo-se a ONU como um instrumento internacional para a preservação da paz e da segurança internacionais, regulamentando e especificando os termos e condições para a autorização de acções coercivas, os elementos básicos do sistema da Carta das Nações Unidas, seguindo a proposta de F. Liu, assentam em *Quando uma*

disputa surge entre dois governos, as partes a que respeita estão obrigadas, sob o capítulo VI, a procurar uma solução através de meios pacíficos, principalmente através da negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Se os meios pacíficos se mostram insuficientes e a disputa escala num conflito armado, então o capítulo VII entra em jogo. Este capítulo que constitui o núcleo do sistema de segurança colectiva da ONU estipula que em caso de alguma ameaça à paz, violação da paz ou acto de agressão, o Conselho de Segurança pode tomar medidas coercivas para restaurar a paz, primeiro medidas não militares como embargos de armas e sanções económicas e como último recurso, o uso da força (Liu, 1994, pp. 1).

Balizando-se a capacidade da comunidade internacional impôr sanções colectivamente após a Segunda Guerra Mundial, através da Carta das Nações Unidas, realça-se a admissão da adopção de medidas de defesa individual ou conjunta, na manutenção ou restauração da paz, desde que preservadas as prerrogativas do Conselho de Segurança, como consagradas no artigo 51. À semelhança, destaca-se a previsão da adopção de medidas não militares de pressão sobre uma parte responsabilizada por actos de agressão, ruptura ou ameaça à paz, tais como embargos, boicotes, restrições de ordem financeira ou de relacionamento cultural, conforme consagradas no artigo 41 da Carta. Considerando que, apesar de não ser empregue o termo sanções, são genericamente designadas por este. No *post* Guerra Fria, sem que se impusesse uma revisão da Carta ou do Conselho de Segurança, as questões ideológicas, humanitárias, de direitos humanos, de terrorismo, de protecção da ordem democrática e de não proliferação adquiriram um espaço crescente na agenda das Nações Unidas. A par desta redefinição, após a Guerra do Golfo, assistiu-se a uma intensificação da actividade do Conselho de Segurança na aplicação de regimes de sanções, aumentando, assim, o seu campo de acção internacional nestas matérias (Fenton, 2004, pp. 1-36).

Nesta linha, associado à militância de actores não-governamentais, a ampliação idealista-liberal do leque de ameaças à paz, consagrada na Reunião da Cúpula do Conselho de Segurança de Janeiro de 1992, conduziu à alienação de Estados da comunidade internacional que, por motivos económicos ou políticos, seriam alvo do dever de ingerência (Malone, 2000, pp. 21-45). Quer constituindo para alguns Estados o exercício da segurança colectiva ao serviço de causas moralmente elevadas, quer constituindo para outros Estados a oportunidade da consecução de objectivos estratégicos, como a promoção da não-proliferação e o combate a regimes ameaçadores do seu *status quo*, o estabelecimento da *Parceria para a Paz*, em Janeiro de 1994,

consagrou como objectivo o desenvolvimento da capacidade de contribuição da comunidade ocidental-americana em operações de *intervencionismo*, sob a autoridade da ONU ou da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), cimentando-se este princípio normativo (Cameron, 2002, pp. 156).

Sob influência dos europeus ocidentais e dos liberais norte-americanos, assistiu-se, igualmente, ao estabelecimento do indivíduo como actor internacional, simultaneamente, objecto e sujeito do direito internacional, a par do reforço do sistema internacional dos direitos humanos e ao desenvolvimento de uma doutrina de intervenção humanitária. Embora o conceito de direitos humanos tenha sido concretizado na Declaração Universal de 1947, cujo Preâmbulo estabelece que os direitos do Homem devem ser protegidos mediante um regime de Direito, somente no *post* Guerra Fria, é que se assistiu a alterações para o estabelecimento de um regime jurídico que protegesse, efectivamente, esses direitos (Forsythe, 2000, pp. 220-239). O estabelecimento deste regime jurídico assentou em tratados, protagonizados por tribunais *ad hoc*, tribunais regionais e o Tribunal Penal Internacional (TPI), que protegessem os civis de violações graves de direitos, como genocídios, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Ilustrativos destas alterações, o aumento exponencial dos Estados que ratificaram convenções e pactos sobre direitos humanos e que participaram em conferências sobre estas matérias, a unânime anuência para a criação do posto de alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a transversalidade destas preocupações às organizações internacionais, às ONG's e às empresas multinacionais sugerem a existência de um consenso global entre a comunidade internacional sobre estas matérias (Ciriaco, 2002, pp. 345-353).

As mudanças na promoção dos direitos humanos e na sua defesa no âmbito do Direito Internacional, após a Guerra Fria, associaram a segurança humana aos emergentes princípios do *dever de ingerência humanitária* ou da *responsabilidade de proteger*, como oficialmente adoptado na Cimeira Mundial da ONU, no quadro da reforma da organização, em Setembro de 2005. Dando ou recusando a sua bênção àqueles que podem agir e agem, a ONU pode ajudar a preservar a ordem internacional, não tomando partidos nem tecendo juízos de valor. Esta atitude da ONU tanto é criticada pelos Estados que, em disputa, se opõe à igualdade soberana, como é apreciada pelos Estados mais pequenos que temem que, em caso de julgamento, seja mais provável serem condenados que absolvidos. Contudo, a perspectiva de que as Nações Unidas se tornarão a base de uma nova ordem internacional, segundo Fukuyama, não é

assumida como garantida visto o Conselho de Segurança permanecer vulnerável à influência de Estados com processos de reformas democráticas em curso, como a Rússia e a China, e a Assembleia Geral continuar dominada por Estados que não são livres (Fukuyama, 2011, pp. 274-275).

Assumindo a existência de uma paz separada entre as democracias liberais e de uma lógica institucional multilateral de características constitucionais no ordenamento internacional, questiona-se a forma como as democracias liberais da comunidade ocidental-americana cumprem as expectativas pacíficas de Kant, e como se processa a negociação das diferenças e das divergências, através dos canais intergovernamentais, como se relacionam com a problemática em torno da segurança e da defesa, no contexto da *comunidade pluralista de segurança* vigente. Neste sentido, contrapondo as perspectivas realistas e neo-realistas de que num sistema internacional anárquico as guerras devem ocorrer com alguma frequência, Kalevi Holsti afirma que a problemática em torno da guerra tem ocorrido dentro e sobre os Estados, não entre os Estados e que, desde o *post* Segunda Guerra Mundial, se afere uma diminuição drástica da ocorrência de guerras, face a anteriores períodos históricos. Reforçando os enunciados da *paz democrática*, o autor aduz que a Europa e a América do Norte há mais de meio século, que não vivenciam guerras internas e que *têm sido relativamente livres de todos os tipos de guerra, durante o mesmo período* (Holsti, 1996, pp. 25).

Ressalvando, no entanto, que a comunidade ocidental-americana intervém e participa em guerras, mas que estas passaram a ser travadas fora dos respectivos continentes, contra adversários extracontinentais, ocorrendo, assim, a negociação das diferenças e a resolução das divergências emergidas, entre os Estados da comunidade ocidental-americana, segundo a lógica institucional multilateral do ordenamento constitucional que pauta este sub-sistema internacional. Sobre estas guerras extracontinentais em que a comunidade ocidental-americana intervém e participa, designando-as como *guerras do terceiro tipo*, e balizando-as, a partir de 1945, como predominantes, Holsti defende que, não tendo havido nenhuma guerra de grande potência, e que a guerra se tornou *uma actividade das pequenas ou médias potências* (Holsti, 1996, pp. 23-25). Caracterizando-as como não existindo nem respeito pelos limites territoriais dos Estados ou honras de publicidade exibidas, nem pontos de apoio, estratégias ou táticas definidas, o autor prevê que esta tipologia de guerra persistirá, no futuro. Dado os *Estados falhados*, carecendo de legitimidade e eficácia, não terem resolvido *a questão da soberania e a relação do Estado com as nações que a*

constituem, para o autor, estes protagonizarão os futuros palcos de guerra que, ao abrigo da legitimidade democrático-liberal serão alvo do exercício do *dever de ingerência humanitária* e da *responsabilidade de proteger*, vigentes entre os Estados da comunidade ocidental-americana e na sociedade internacional do *post* Guerra Fria (Holsti, 1996, pp. 36-40).

Também a respeito das *guerras do terceiro tipo*, ante a ilegitimidade do recurso ao uso da força (Beaufre, 2004, pp. 138), Pierre Hassner, traçando uma relação entre as manifestações misantrópicas e as sociedades em nome das quais estas lutam, defende que, por a guerra se ter tornado mais democrática, o uso da força se tornou mais político. O recurso ao uso da força passa a requerer a articulação de abordagens distintas e potencialmente contraditórias sobre as esferas político-sociais dos Estados que ganham relevo estratégico acrescido, visto o factor decisivo deixar de ser a força militar dos dois adversários, *mas as terceiras partes- que são ao mesmo tempo potenciais vítimas, prémios e árbitros do confronto* (Hassner, 2007, pp. 42). Segundo propõe o autor, as democracias liberais são confrontadas com o dilema de adoptar os métodos dos seus inimigos ou permanecerem fiéis aos seus próprios princípios, sob pena de se encontrarem em desvantagem estratégica, nestes conflitos bélicos (Hassner, 2007, pp. 42-43).

Podendo a interacção entre os Estados no sistema internacional ter a forma de cooperação ou de conflito, ou mesmo de neutralidade ou indiferença recíprocas em relação aos objectivos de cada um, realça-se a persistência de relações estáveis e cooperativas entre os Estados da comunidade ocidental-americana no *post* Guerra Fria. Não obstante a evolução internacional se pautar por um parco risco de guerra ou de competição estratégica e militar entre os Estados da comunidade ocidental-americana, visto a integração europeia e a comunidade de defesa transatlântica assegurarem a paz democrática, os Estados desta comunidade intervêm e participam em conflitos bélicos contra adversários externos e em palcos extracontinentais. Apesar do uso da força ser consensualmente percebido como ilegítimo entre os membros da *comunidade pluralista de segurança* ocidental-americana no *post* Guerra Fria, dada a rede de relações estabelecida pela sobreposição de vários sistemas de segurança, reflecte-se sobre o uso da força, face aos inimigos externos não democrático-liberais, nos palcos extracontinentais, no contexto das *guerras do terceiro tipo*.

A comunidade ocidental-americana nas guerras do *post* Guerra Fria

Atendendo à análise relacionada com a estrutura, a legitimidade e o conflito do enunciado aroniano adoptado, em torno da questão da homogeneidade e da heterogeneidade, procura-se compreender a relação de coincidência e causalidade, traçada por Aron, e reforçada pelos enunciados de enquadramento do paradigma da comunidade ocidental-americana abordados, de a heterogeneidade do sistema ser criada pela violência das guerras ou de constituir a causa ou o contexto histórico das grandes guerras. Apesar da ausência de conflitos bélicos entre os Estados da comunidade ocidental-americana após a Guerra Fria, passíveis de aferência e inferência na natureza deste sub-sistema, como realçado por Walzer, é possível que *as democracias modernas não cumpram as expectativas pacíficas de Kant*, que travem guerras, mas que não o façam nos respectivos terrenos (Walzer, 2004, pp. 188).

Se a legitimidade democrático-liberal, o institucionalismo liberal, a paz democrática, o ordenamento internacional constitucional sugerem a evidência de uma natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana, assume-se como imperativo questionar o que representa e como se processam as posições, a intervenção e a participação destes Estados, nas guerras do *post* Guerra Fria, em relação à natureza homogénea deste sub-sistema internacional. Daí que, pesando o relativismo da homogeneidade e da heterogeneidade, como natureza do sub-sistema internacional ocidental-americano, se analise, como objecto de estudo, as mais relevantes situações de confronto de interesses no âmbito dos conflitos bélicos, de distanciamento temporal passível de abordagem, enquadradas na reconceptualização da problemática em torno da segurança e da defesa, em que a comunidade ocidental-americana interveio e participou no *post* Guerra Fria, no contexto das *guerras do terceiro tipo*, para verificar e testar a hipótese de investigação proposta.

Travada em nome de uma *nova ordem internacional*, balizada entre 2 de Agosto de 1990 e 28 de Fevereiro 1991, a Guerra do Golfo Pérsico foi sintomática das mudanças nas relações internacionais que se desenhavam no *post* Guerra Fria. Sob o pretexto do Koweit ter provocado uma queda no preço do petróleo, ao vender mais que a cota estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o regime de Saddam Hussein exigiu que a dívida iraquiana, contraída durante a guerra contra o Irão (1980-1988), fosse perdoada e que lhe fosse concedida uma indemnização por o Koweit, alegadamente, ter extraído petróleo de campos iraquianos na região de

Rumaila, na fronteira do Koweit. Em acréscimo, foram realçadas questões territoriais como o controlo dos portos de Bubiyan e Uarba, a conquista de poços de petróleo e um melhor acesso do Iraque ao Golfo Pérsico. As ambições políticas e económicas iraquianas que levaram à invasão do Koweit foram, consensual e transversalmente, contestadas ao nível multilateral internacional, como evidenciado pelas prontas resoluções das Nações Unidas e pela coligação de 28 Estados que interviria ante o Iraque (Fenton, 2004, pp. 37-63). Não obstante as tentativas de mediação da Arábia Saudita, do Egipto e da Liga Árabe, até então aliados iraquianos no conflito contra o Irão, e o boicote económico imposto pela ONU, após a invasão territorial, o Iraque proclama a anexação do Koweit como sua 19ª província.

Travando-se um conflito interno na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para o seu papel no cenário internacional, esta não apoiou o aliado iraquiano na invasão e na anexação do Koweit. Em acréscimo à dinâmica particularmente cooperativa que se criou pela coincidência da derrocada da União Soviética com a Guerra do Golfo, a União Soviética, não tendo sido advertida da eminência da invasão do Koweit e considerando que o uso ofensivo do material bélico transferido não cumpria os entendimentos bilaterais do Tratado de Amizade e Cooperação, não apoiou o Iraque, apesar de ter procurado manter a hipótese de um entendimento político aos níveis institucionais multilaterais para a questão. Fracassando as tentativas de uma resolução diplomática da questão, a 29 de Agosto, a ONU autoriza um ataque contra o Iraque, caso este não retire o seu exército do Koweit até 15 de Janeiro, dando as forças da coligação início ao bombardeio aéreo, seguido de acções em terra contra o Iraque.

Numa intervenção concebida unilateralmente e legitimada multilateralmente, liderando um exército multinacional com o apoio das Nações Unidas e da OTAN e com a participação de quase todos os Estados árabes, os EUA procuraram impôr o cumprimento do mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e assegurar a expulsão das forças iraquianas para a restauração da independência do Koweit (Cameron, 2002, pp. 15- 17). Ilustrando esta questão o modo como as instituições internacionais se persignam ante os Estados que podem e procuram agir ante uma ameaça comum, embora não desempenhem um papel necessariamente interventivo na resolução da questão. Assemelhando-se às directrizes de cooperação estatal de operações de segurança colectiva, no caso da Guerra do Golfo, uma coligação de Estados agiu, conjuntamente, para expulsar o Iraque do Koweit. Pela primeira vez, salvo na Crise do Suez, a legitimidade desta intervenção militar foi confirmada pelo voto

unânime dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, incluindo a União Soviética e a China. A Guerra do Golfo Pérsico, ao restabelecer o consenso entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, abriu novas perspectivas para a reafirmação e para a instrumentalização da segurança colectiva em lidar com ameaças à paz e actos de agressão. Marcando a primeira operação militar para reverter um acto de agressão, com a anuência dos cinco membros permanentes e com o consensual apoio internacional, a intervenção militar da coligação internacional, correspondeu à percepção do cumprimento do *dever de ingerência humanitária* e da *responsabilidade de proteger* das incumbências da segurança internacional, impondo, pela força, a restauração da soberania do Koweit. Segundo propõe Fukuyama, a autorização para o uso da força, no seguimento da invasão do Koweit, e a aprovação de sanções económicas sem precedentes contra o Iraque indiciam o tipo de acção internacional que as Nações Unidas, pela mão do Conselho de Segurança podem, no futuro, assumir em situações de violação da soberania de um Estado por outro (Fukuyama, 2011, pp. 274-275).

Reflectindo, igualmente, a concepção de hegemonia limitada, proposta por Ikenberry, assente nos princípios democráticos e liberais e na legitimação das instituições internacionais, a Guerra do Golfo Pérsico reforçou a hegemonia dos EUA e, simultaneamente, reforçou a legitimidade multilateral. Este conflito confirmou a posição unipolar dos EUA, o reconhecimento das Nações Unidas como a principal instância de legitimação das intervenções militares e humanitárias e a renovação dos compromissos institucionais com a ordem multilateral euro-atlântica do *post* Guerra Fria (Ikenberry, 2000, pp. 20). Além da congruência dos princípios de preservação das fronteiras internacionais, de protecção do princípio do primado de soberania dos Estados, de ingerência humanitária e de cooperação estatal de segurança colectiva, que se evidenciaram como transversais e consensuais entre a comunidade internacional e entre a comunidade ocidental-americana, nesta questão (Fenton, 2004, pp. 37).

Ao procurar disciplinar o comportamento futuro de um Estado, o cessar-fogo, pela resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU, abriu caminho a novas esferas como a demarcação de fronteiras, o desarmamento e controlo de armamentos e o esquema de compensação, tornando necessário que a comunidade internacional fosse tranquilizada sobre as intenções pacíficas do Estado iraquiano, no futuro (Sasson, 2012, pp. 242-244). Caracterizando-se pela contestação internacional, incluindo de Estados até então aliados do Iraque, pelas prontas e unânimes resoluções da ONU, dando a bênção a

quem pode agir, após tentativas de resolução diplomática da questão, a Guerra do Golfo significou o cumprimento das incumbências da segurança internacional, subjacentes e inerentes à restauração da soberania do Koweit, pela coligação internacional consensual e transversalmente legitimada pelas Nações Unidas, pela OTAN e pelos Estados árabes.

Com início em 1991 e término em 2001, a península dos Balcãs viveu um ciclo de conflitos armados nos territórios da República Socialista Federativa da Jugoslávia. Ocorreram, assim, no âmbito da dissolução da República Socialista Federativa da Jugoslávia, a Guerra de Independência Eslovena (1991), a Guerra de Independência Croata (1991-1995) e a Guerra da Bósnia (1992-1995). Bem como os conflitos armados ocorridos em áreas povoadas por albaneses, a Guerra do Kosovo (1996-1999), o conflito no sul da Sérvia (2000-2001) e o conflito na Macedónia (2001). Atendendo ao objecto de estudo definido, circunscreve-se a abordagem e a análise das iniciativas e resoluções do Conselho de Segurança da ONU e das operações da OTAN contra a Sérvia: a *Operação Força Deliberada*- o bombardeio sobre a República Sérvia, em 1995, e a *Operação Força Aliada*- o bombardeio sobre a Jugoslávia, em 1999, como retratos ilustrativos das posições e das intervenções da comunidade internacional e da comunidade ocidental-americana nos conflitos armados dos Balcãs.

Aquando da Guerra de Independência Eslovena e da Guerra de Independência Croata, pautando-se quer a comunidade internacional quer a comunidade ocidental-americana pela tentativa de preservação da federação jugoslava, o Conselho de Segurança impôs, consensualmente, pela resolução 713, em Junho de 1991, um embargo de armas à República Federal Socialista da Jugoslávia (RFSJ) (Fenton, 2004, pp. 149). Apesar da declaração de independência da Eslovénia e da Croácia, procurava-se encontrar uma forma pacífica de resolver a crise na Jugoslávia. Daí que o seu desmembramento não tivesse sido reconhecido internacionalmente. Paralelamente, a facção sérvia na Bósnia passou a hostilizar a Força de Protecção das Nações Unidas (UNPROFOR), que se tornou o alvo principal da coerção, todavia as aspirações de uma resolução pacífica. Singularizando a facção sérvia pela responsabilidade da política de limpeza étnica e pela instabilidade nos Balcãs, a recém formada República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) seria alvo de isolamento e de imposição de sanções económicas, através da resolução 757 do Conselho de Segurança da ONU, em 1992 (Groom, 2000, pp. 294). Do mesmo modo que, em Janeiro de 1993, na sequência de contactos entre as Nações Unidas e a OTAN, procurando-se prevenir possíveis bombardeios, um precedente foi estabelecido, com os planos de implementação da *no-*

fly zone, autorizada pela resolução 781, cuja violação consecutiva levou à autorização de adopção de medidas para o seu cumprimento pelos membros da ONU, pela resolução 816.

Encontrando-se o território croata sob protecção das forças de paz da ONU e tendo a República Federal da Jugoslávia sido alvo de imposição de sanções, em 1995, a Croácia, após recuperar o território ocupado pela facção sérvia, dá início a uma ofensiva contra a Bósnia e Herzegovina. O prolongamento do ciclo de conflitos armados nos territórios da RSFJ e a ineficácia da acção sancionária das Nações Unidas imporiam à OTAN uma intervenção armada para a diminuição da violência nos Balcãs. Com a aprovação da ONU, mas não sob o seu comando, a Aliança Atlântica conduz uma campanha aérea de bombardeios na Bósnia e Herzegovina, a *Operação Força Deliberada*. Balizada entre 30 de Agosto e 20 de Setembro de 1995, esta operação realizada no decorrer da Guerra da Bósnia, procurou minar a capacidade militar do exército sérvio-bósnio, que atacava zonas de segurança da ONU e evitar a derrota da coligação de croatas e muçulmanos, apoiados pela comunidade ocidental. Ante os esforços e a pressão internacional sobre Slobodan Milošević e após a campanha aérea da OTAN, a República Federal da Jugoslávia participou nas negociações que resultaram no fim da guerra da Bósnia e na suspensão parcial das sanções económicas adoptadas, em 1991, com a celebração do Acordo de Paz de Dayton, em 1995 (Butler, 2000, pp. 274).

Designando os conflitos armados entre o exército da República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) e o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), cuja tensão advinha desde o final da Guerra da Bósnia, a Guerra do Kosovo decorreu da negação de Milošević em outorgar o direito de autonomia aos albaneses, suprimido em 1989, intervindo na região com o intuito de reprimir o terrorismo albanês. Ao nível multilateral internacional a repressão dos kosovares albaneses é condenada pela OTAN e pela UE, alegando-se que estes estavam a ser vítimas de uma política de limpeza étnica. Apesar do retomar das negociações na Conferência de Rambouillet, promovidas pela OTAN e pela UE para uma resolução diplomática da questão, a proposta de uma maior autonomia para a província é rejeitada, sendo enviada uma força de paz internacional para o território (Calca, 2012, pp. 72-74, 139-142).

Se em 1995, um destacamento da OTAN com a aprovação da ONU, mas não sob o seu comando, interveio na Bósnia para criar um equilíbrio no conflito, em 1999, um destacamento da OTAN operou no Kosovo, sem a oposição mas sem a aprovação

do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Balizada entre 24 de Março e 10 de Junho de 1999- a *Operação Força Aliada*- a intervenção no Kosovo, apoiada pelos EUA e pelo conjunto dos Estados membros da OTAN e da União Europeia, constituiu o início do processo de autodeterminação da comunidade albanesa, maioritária na província sérvia. Marcando o fim das hostilidades, o Tratado de Kumanovo, celebrado entre Milošević e a OTAN, estabelecia a retirada militar sérvia e a presença de uma força internacional no território com o intuito de fazer prevalecer a paz na região, no futuro. A par do estabelecimento do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ), em 2001, à luz dos preceitos da inexpugnabilidade dos direitos humanos, Milošević e outros líderes são acusados e julgados por crimes contra a Humanidade (Calca, 2012, pp. 61-67, 76-79).

Se para França os conflitos nos Balcãs significavam o regresso dos nacionalismos, para Inglaterra estes poderiam inferir nas relações entre os Estados europeus, para a Alemanha estes significariam o reconhecimento da autodeterminação da Croácia e da Eslovénia, tendo sido a intervenção diplomática e militar da Aliança Atlântica e dos EUA decisiva para a sua resolução. Apesar da participação de França, de Inglaterra, da Alemanha, da restante União Europeia e da Rússia, no Grupo de Contacto, o ciclo de conflitos nos Balcãs, na sequência da fragmentação da Jugoslávia, correspondendo a diferentes perspectivas entre os aliados europeus, demonstrou os limites do processo de integração europeu e a incapacidade dos Estados europeus em lidar e resolver estes conflitos (Calca, 2012, pp. 100-102). Para Kagan, ilustra que não existia uma base de entendimento comum entre a comunidade internacional e que a Guerra do Kosovo expôs as divisões entre a comunidade ocidental-americana e a Rússia, a China e outros Estados não europeus (Kagan, 2007, pp. 31).

Contrariamente à Guerra do Golfo que constituiu uma agressão contra a integridade soberana territorial de um Estado, a questão jugoslava constituiu um novo paradigma de segurança colectiva, caracterizando-se a actuação da ONU por decisões *ad hoc* e pela acção sancionária do Conselho de Segurança. Desde que o Conselho de Segurança estabeleceu sanções contra o Iraque, foram autorizadas medidas sancionárias, sob a alçada do Artigo 41 do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, contra a República Federal da Jugoslávia, com o intuito de diminuição da violência nos Balcãs e de punição das acções das políticas do regime de Milošević (Calca, 2012, pp. 82-83). Estas sanções reflectiram o reconhecimento unânime de que o conflito jugoslavo ameaçava a paz e a segurança internacionais e de que os beligerantes deviam abandonar

o recurso à força. Quer pela possível perda de imparcialidade, quer pela vulnerabilidade militar, apesar das operações conduzidas pela OTAN, as guerras nos Balcãs conduziram a situações de crise para a ONU, com a tomada de reféns pela facção sérvia em 1994 e 1995. Ilustrando a persignação da ONU, a quem pode agir e age, e o seu papel legitimador mas não interventivo na resolução da questão, este conflito caracterizou-se, igualmente, pela delegação do uso da força a coligações multinacionais, a operações de paz ou à OTAN, numa fase inicial, com a aprovação e, numa fase posterior, sem a oposição das Nações Unidas (Hobsbawn, 2008, pp. 33). Subjaz, contudo, a dúvida se a ONU pode lidar com conflitos complexos como o dos Balcãs ou se situações análogas implicarão novamente o estabelecimento de grupos de contacto, o comando dos EUA e a acção da OTAN na resolução de conflitos que o Conselho de Segurança não assume ou é impedido de resolver, no contexto da ordem internacional unipolar (Fenton, 2004, pp. 148-180).

Todavia, contrariando os enunciados realistas e neo-realistas, a crise do Kosovo constituiu a primeira operação militar conduzida pela OTAN de emprego mais significativo de força no continente europeu, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sem que emergissem divergências irreconciliáveis entre os seus membros. Apesar de dissonâncias sobre o emprego de forças terrestres e sobre propostas diplomáticas específicas, os parceiros atlânticos permaneceram unificados, em termos das matrizes dos objectivos das intervenções militares, tendo a operação da OTAN nos Balcãs emergido como episódio de teste à coesão da aliança. Ressalvando que a questão do Kosovo poderia desencadear o desenvolvimento de capacidades militares independentes pelos governos europeus, enfraquecendo, assim, os laços da OTAN, Ikenberry defende que *a Aliança Atlântica tem permanecido essencialmente unificada e integrada como tem sido durante a Guerra Fria* (Ikenberry, 2000, pp. 249). Se a Guerra do Golfo tinha promovido a possibilidade de expansão do campo de acção da Aliança Atlântica, o seu papel nos conflitos dos Balcãs consolidou essa possibilidade, levando ao estabelecimento de uma doutrina própria para as operações de apoio à paz (Butler, 2000, pp. 276-277). Não obstante a participação da OTAN em cenários de guerra fora do seu território de defesa, segundo o artigo 6 do Tratado do Atlântico Norte, na aquiescência do Conselho de Segurança das intervenções militares nas questões do Golfo e dos Balcãs, terá pesado o facto do Iraque e da ex-Jugoslávia constituírem territórios contíguos da Turquia e de Itália, Estados membros, quer da ONU quer da OTAN.

Atendendo à resolução da União Europeia em se assumir como responsável, os EUA procuraram distanciar-se da questão da Bósnia-Herzegovina, intervindo apenas a administração Clinton (1993-2001), através do Grupo de Contacto, nos acordos de Dayton e na missão militar da OTAN para a imposição dos termos da paz, quando os europeus se assumiram incapazes de conter as guerras separatistas dos Balcãs. A acção norte-americana enquadrou-se, assim, na doutrina Clinton do *enlargement* e do *engagement*, assente no registo wilsoniano, em alargar o domínio da democracia e dos direitos humanos e, no registo jacksoniano, em manter os compromissos e as alianças, evitando o regresso à competição entre as potências regionais (Cameron, 2002, pp. 25-26). Refutando as críticas de unilateralismo norte-americano, à semelhança do ocorrido na Guerra do Golfo, o envolvimento dos EUA, desempenhando um papel fulcral na restauração da paz nos Balcãs e renovando os compromissos com a Aliança Atlântica, é ilustrativo do peso dos compromissos e das imposições multilaterais na política norte-americana, confirmando a linha de continuidade das alianças e o vínculo à defesa europeio-atlântica (Gordon, 2004, pp. 32-34).

Segundo propõe Bell, contrariamente à Guerra do Golfo, a questão do Kosovo define-se como uma crise *em que a intervenção externa foi conduzida pelas normas, em vez de conduzida pelos interesses*, retratando a eficácia das normas pela observância do seu cumprimento e aplicação (Bell, 2002, pp. 48-50). Assim, não existindo para nenhum Estado externo qualquer interesse económico ou estratégico, o único benefício que emergia era o fortalecimento do sistema normativo da sociedade internacional, a longo prazo, pela observância do cumprimento das normas. Não obstante as intervenções dos EUA e dos seus aliados europeus nos Balcãs, tais como a ocupação prolongada da Bósnia-Herzegovina e o reconhecimento da independência do Kosovo, espelharem a ausência de uma orientação coerente nos critérios de intervencionismo, estas retrataram o peso da dimensão ideológico-normativa, imposta pela potência unipolar com o apoio dos seus aliados, ante crises externas, sem que se evidenciem interesses estratégicos relevantes. Exemplificativa da inferência internacional que as situações internas dos *Estados falhados* podem originar (Fukuyama, 2006a, pp. 10-11), a intervenção internacional nos Balcãs, além de ter tido como objectivo proteger as populações da repressão interna, também procurou punir e derrubar o regime autoritário sérvio de Milošević.

Os Balcãs conduziram a uma extensão da abrangência dos preceitos da segurança colectiva, na qual os actos de agressão internacional passam a contemplar

igualmente as manifestações de instabilidade no interior dos Estados e a subsequente intervenção internacional na sua resolução (Hobsbawn, 2008, pp. 33). Em contraponto à Guerra do Golfo, a questão jugoslava- um caso de agressão de ambiguidades centrada na tensão entre o princípio de que as fronteiras não devem ser modificadas pela força e o direito das minorias à auto-determinação, criou divergências no Conselho de Segurança e na comunidade internacional. Contudo, à semelhança dos casos de Timor Leste, do Haiti e da Somália, a resposta da comunidade ocidental-americana espelhou uma disponibilidade em questionar o princípio da soberania dos Estados, em prol da intervenção humanitária. Apesar das intervenções humanitárias armadas questionarem a soberania dos Estados como princípio do Direito Internacional, estas realizaram-se no quadro formal multilateral das Nações Unidas (Ferro, 2005, pp. 121- 135). No presente caso, a ausência de uma resolução do Conselho de Segurança constituiu uma excepção, apesar de legitimada a intervenção militar da Aliança Atlântica por decisões anteriores e posteriores das Nações Unidas. Todavia, a transição democrática na Sérvia, o início das conversações para a sua adesão à União Europeia, a oposição da Rússia e da China ao direito de secessão do Kosovo e o reconhecimento da integridade territorial da Sérvia pela ONU, a decisão a favor da separação do Kosovo e a validação da declaração unilateral de independência do Kosovo, em Fevereiro de 2008, pela comunidade ocidental-americana mantiveram-se.

As posições e as intervenções da comunidade ocidental-americana, no âmbito do ciclo de conflitos armados na península dos Balcãs, pautaram-se pela tentativa de preservação da federação jugoslava e de resolução pacífica dos conflitos. Dada a ineficácia da acção sancionária da ONU e da intervenção da UNPROFOR, o reverso do Acordo de Paz de Dayton e a rejeição sérvia da negociação diplomática na Conferência de Rambouillet, reflexos da incapacidade europeia e da ONU em lidar e cessar os conflitos, tornou-se imperativa a intervenção da OTAN e dos EUA para a restauração da paz (Hobsbawn, 2008, pp. 55-56). Ilustrando a persignação e delegação do uso da força áqueles que podem agir, legitimando mediante decisões *ad hoc* do Conselho de Segurança, a intervenção da OTAN nos Balcãs, além de constituir a operação de emprego mais significativo da força, testou a coesão da aliança. Os conflitos dos Balcãs conduziram ao fortalecimento do sistema normativo da sociedade internacional, ao contemplar da instabilidade interna dos Estados como acto de agressão, ao subjugar do princípio de soberania ante o princípio da intervenção humanitária, ao posterior reforço da inexpugnabilidade dos direitos humanos através das acusações e julgamento dos

responsáveis, revelando-se a comunidade ocidental-americana unificada em termos das percepções e das orientações matriciais, no âmbito destes conflitos.

Não constituindo especificamente uma situação de guerra, os ataques que deram origem à *guerra contra o terrorismo* analisam-se os ataques terroristas contra Nova Iorque e Washington, a 11 de Setembro de 2001, procurando-se compreender as subseqüentes implicações que estes acontecimentos tiveram entre a comunidade ocidental-americana. Se os acontecimentos de 11 de Setembro não alteraram a estrutura de distribuição do poder unipolar que define o sistema internacional, desde o fim da Guerra Fria, questionaram os limites das pretensões universalistas da hegemonia democrática-liberal, a configuração das alianças tradicionais e as estratégias de ordenamento internacional. Condenados os responsáveis pelo ataque de agressão externa, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia seguinte, reconheceu o exercício do direito de legítima defesa aos EUA. Representando uma oportunidade de reconhecimento da unipolaridade e de legitimação da preponderância internacional dos EUA, estes declararam *guerra contra o terrorismo*, qualificando-o como uma forma de totalitarismo (Torres, 2004, pp. 15- 35). O terrorismo assumiu-se, assim, como a ameaça corrente à segurança internacional e o antiterrorismo tornou-se o novo paradigma da política internacional (Evans, 2006, pp. 37-52).

Desde uma fase inicial, tanto os tradicionais aliados, incluindo o apoio da OTAN, da UE e do Japão, como os adversários dos EUA, salientando-se o apoio da Rússia e da China no Conselho de Segurança, assumiram a sua solidariedade e empenho na luta contra o terrorismo. A generalidade dos Estados reconheceu a legitimidade norte-americana da *guerra contra o terrorismo*, sugerindo a unanimidade das condenações um fortalecimento dos laços entre os aliados e, simultaneamente, a perspectiva de que tanto aliados como adversários podem cooperar, ante uma ameaça percebida como comum. A questão do terrorismo pan-islâmico empenhou a Rússia, Inglaterra, Israel e a Turquia, bem como, o desmantelamento de redes internacionais de recrutamento e financiamento da *Al-Qaida* empenhou a UE e o Japão.

À semelhança da proclamação de solidariedade dos aliados europeus, australianos, asiáticos e latino-americanos para com os EUA, a OTAN invocou, pela primeira vez, o princípio da defesa colectiva, através da resolução 1383, assumindo os ataques terroristas como uma agressão externa da rede terrorista pan-islâmica da *Al-Qaida* contra os EUA (Gordon, 2004, pp. 59-61). Por iniciativa do seu Secretário-Geral, a OTAN foi, assim, a única instituição internacional a invocar este princípio,

conduzindo a *guerra contra o terrorismo* a uma reequação do papel da OTAN na segurança internacional. Esta ameaça internacional realçou, tanto a fulcralidade das capacidades de defesa e de intervenção militar conjunta da aliança, como a importância da organização como comunidade de valores, perante os EUA, na qualidade de Estado membro da aliança, contestando, assim, as perspectivas realistas e neo-realistas de perda da sua centralidade, no *post* Guerra Fria. Precedendo a diplomacia multilateral e a constituição de uma coligação internacional sobre a resposta militar, após os ataques de *11 de Setembro*, a administração norte-americana sublinhou o papel da OTAN na *guerra contra o terrorismo* e a imperativa redefinição das estratégias e das capacidades da organização ante a ameaça terrorista, demonstrando as pretensões dos EUA em manter e adaptar as estruturas multilaterais às imposições da segurança internacional (Cameron, 2002, pp. 134-138).

Não obstante, a decorrer dos interesses nacionais, das vulnerabilidades comuns ante o terrorismo e a proliferação descontrolada de armas de destruição maciça, o quadro de apoio internacional que se desenhava tinha como subjacente a consciência de que a contenção destas ameaças não era possível sem um esforço e empenho colectivos, mediante uma redefinição dos novos inimigos, do estabelecimento de um agenda de segurança comum e da reconceptualização das estratégias legítimas, para mitigar as novas ameaças à segurança internacional. A ameaça terrorista conduziu a uma convergência dos interesses, quer das instituições multilaterais da comunidade ocidental-americana, quer das grandes potências internacionais, questionando-se se esta convergência, centrada em temas cruciais de segurança, significou um caso isolado ou se o início de um entendimento internacional.

Enquadrando-a no reconhecimento do exercício do direito de legítima defesa conferido pelo Conselho de Segurança face à agressão terrorista de *11 de Setembro*, os EUA iniciaram a sua campanha contra o terrorismo internacional (Woodward, 2002, pp. 172). Embora, o Conselho de Segurança não tivesse autorizado o uso da força por qualquer Estado ou coligação contra o Afeganistão ou qualquer outro Estado, através de qualquer resolução, após os ataques de *11 de Setembro*, a legitimação norte-americana desta decisão assentou no princípio de que a soberania dos Estados se subordina ao imperativo de mudança de um regime despótico, responsável pela perseguição de minorias ou por apoiar organizações terroristas. Embora sem autorização das Nações Unidas para a intervenção no Afeganistão, os EUA dão início aos bombardeios ao território afegão, a 7 de Outubro de 2001, com o apoio de uma coligação militar

internacional e da organização armada muçulmana Aliança do Norte, excluindo a participação da OTAN, apesar da invocação do artigo V (Gordon, 2004, pp. 63-65, Lima, 2013, pp. 30). Como contestação aos bombardeios ao Afeganistão, parte da *Operação Liberdade Duradoura*, assumidos pelos EUA como resposta aos ataques de 11 de Setembro, Osama Bin Laden conclama os muçulmanos à *Jihad*, a guerra santa. Centrando-se na ocupação militar do território afegão, na destruição do santuário da *Al-Qaida* em solo afegão, na deposição do regime dos *Taleban*, na captura de Bin Laden e na instalação de bases militares ocidentais na Ásia Central, os EUA dão início à intervenção militar no Afeganistão, procurando que a punição servisse de exemplo a outros regimes com ligações a organizações terroristas.

Paralelamente, procurando um ajustamento do Estado afegão aos princípios e às normas internacionais pela via diplomática, da reunião promovida pela ONU entre as facções afegãs e a comunidade internacional extraíu-se o Acordo de Bona, o Acordo sobre regimes provisórios no Afeganistão, aguardando o reestabelecimento de instituições permanentes do governo. Apesar dos *Taleban* não terem participado nas tentativas diplomáticas da ONU de reunião com os líderes afegãos, destas reuniões extraiu-se o estabelecimento de um governo interino e um acordo para permitir que uma força de manutenção da paz das Nações Unidas entrasse no Afeganistão. As resoluções da ONU, em 2001, além de apoiarem os esforços para erradicar o terrorismo internacional, em conformidade com os estatutos da organização, de condenarem o regime *Taleban*, por ter sido base para a exportação de terrorismo pela rede *Al-Qaida* e por ter fornecido refúgio a Bin Laden e aos seus apoiantes, procuraram, igualmente, apoiar o povo afegão na substituição do regime dos *Taleban*, assegurando uma missão internacional de manutenção da paz no território.

Aprovado por unanimidade pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 5 de Dezembro, este acordo não invocou, contudo, a mobilização de uma força de segurança internacional para o Afeganistão, endossada pela ONU. Na sequência do Acordo de Bona e estabelecida pela resolução 1386 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entra em vigor a 22 de Dezembro, a operação da *Força Internacional de Assistência para a Segurança* (ISAF), uma missão de segurança internacional, comandada pela OTAN. A cargo da segurança de Cabul e de áreas junto às facções da *Al-Qaida*, a ISAF procurou o estabelecimento da Administração Transicional Afegã do governo multi-ético liderado por Hamid Karzai (Meher, 2004, pp. 242-245, Lima, 2013, pp. 31).

Apesar da inicial solidariedade e empenho da comunidade internacional, segundo o enunciado de Bob Woodward, três meses depois do *11 de Setembro*, a contínua reorientação da estratégia norte-americana conduziu a uma *crise transatlântica*, que se estendeu até à Guerra contra o Iraque (Woodward, 2002, pp. 48-49,60-61). Todavia, a presença de forças armadas na missão militar internacional no Afeganistão e o papel na expansão da Aliança Atlântica na Cimeira de Praga, em 2002, um primeiro momento é marcado pela recusa alemã em seguir a *guerra contra o terrorismo*, pela via norte-americana. Acrescendo à situação afegã, numa questão vista pelos norte-americanos como decisiva, a Alemanha declara a sua oposição a uma intervenção militar contra o Iraque e à legitimação da doutrina da guerra preventiva ante a ameaça do terrorismo, reflectindo uma autonomia gradual na relação entre a Alemanha e os EUA. Ainda que aceite a excepionalidade desta medida a Alemanha opõe-se-lhe, independentemente da autorização formal do Conselho de Segurança das Nações Unidas, recusando, assim, de modo unilateral qualquer resolução da ONU. A par desta recusa, assistiu-se a uma convergência do eixo franco-alemão sobre a Política Agrícola Comum (PAC) e sobre uma União Europeia de Defesa. Preparada à margem de Inglaterra e da Aliança Atlântica e a agravar à negação alemã ante os EUA, a preparação de uma União Europeia de Defesa implicava o risco de uma ruptura entre a comunidade transatlântica.

Paralelamente, enquadrando a expansão da campanha antiterrorista norte-americana, assistiu-se à legitimação da violação do princípio da soberania dos Estados, em nome da mudança de regimes políticos despóticos detentores de armas de destruição maciça e à legitimação da guerra preventiva, em nome da prevenção de novos ataques terroristas. No mesmo sentido, os EUA definem, em 2002, além do Afeganistão, os Estados do Iraque, do Irão e da Coreia do Norte, como o *Eixo do Mal*, constituindo um outro objectivo da guerra contra o terrorismo (Shawcross, 2004, pp. 66, Friedman, 2012, pp. 98-99). A extensão da campanha contra o terrorismo à contenção da proliferação das armas de destruição maciça e à mudança de regime, no âmbito do discurso norte-americano do *Eixo do Mal*, levou a críticas europeias e à intensificação das divergências transatlânticas. Segundo Kagan, os *europeus têm sido e continuarão a ser menos entusiastas sobre o que enfaticamente não chamam de «a guerra contra o terror»* (Kagan, 2007, pp. 38-39). A perspectiva europeia não nega a legitimidade da prossecução da *guerra contra o terrorismo*, apenas reage contra a possibilidade de normatização da situação imposta pelo caso do Afeganistão, como princípio regedor das

relações internacionais. Assumir a aplicabilidade do princípio da *soberania limitada* aos Estados autocráticos, suspeitos de desenvolver armas de destruição maciça, e conter a ameaça terrorista enfocando somente a via militar, questiona não só a anarquia do sistema internacional, como implica que o princípio da soberania só é aplicado aos Estados democráticos (Gordon, 2004, pp. 66-68).

No que concerne ao enfoque norte-americano no *Eixo do Mal*, parte dos Estados europeus, com destaque para a Inglaterra, consideraram primordial a resolução da questão dos *Estados falhados*, percebendo, assim, a reconstrução do Estado afegão como uma questão cujo empenho deveria estar no topo das prioridades da ONU e dos Estados da região. Segundo propõe Fukuyama, se antes de *11 de Setembro* os EUA e os outros Estados puderam ignorar a questão dos *Estados falhados*, o terrorismo islâmico radical com a disponibilidade de armas de destruição maciça tornou a fraqueza do Estado um desafio estratégico de segurança internacional, assumindo os Estados da comunidade internacional a responsabilidade de construção dessas nações, após as acções militares aí realizadas. Pôr fim ao *continuum* de guerras, mediante a intervenção internacional e a constituição de um regime sob a tutela das Nações Unidas, no Afeganistão, assumem-se para o autor como questões fulcrais à segurança, não apenas ao nível da Ásia Central mas também ao nível internacional (Fukuyama, 2006a, pp. 10-11).

Num segundo momento, assiste-se à tentativa norte-americana, europeia-atlantista e russa de enquadrar a intervenção norte-americana no Iraque nos quadros multilaterais das Nações Unidas e da Aliança Atlântica. Deste modo, obtém-se a unanimidade para a resolução 1441 do Conselho de Segurança de Novembro de 2002 que, atestando uma última oportunidade de desarmamento do Iraque, indicava a consideração activa do Conselho sobre o assunto, não delegando, todavia, em nenhum país ou grupo de países, a decisão sobre o cumprimento das obrigações imputadas ao Iraque (Fenton, 2004, pp. 181-204, ElBaradei, 2011, pp. 67-72). No entanto, assemelhando-se, tanto a posição das Nações Unidas, como a posição dos EUA às adoptadas a respeito da Guerra do Afeganistão, a consideração activa do Conselho de Segurança foi assumida pelos EUA, como uma aceitação da autoridade da ONU de legitimação da doutrina da guerra preventiva e da inevitabilidade da sua intervenção militar contra o Iraque (Gordon, 2004, pp. 110-114).

Concomitantemente, na Guerra do Afeganistão, apesar de consolidada a posição da coligação internacional liderada pelos EUA no território afegão, após a *batalha de*

Tora Bora, em 2001 e da *Operação Anaconda*, em 2002, a partir do ano seguinte assistiu-se a novas insurgências *Taleban*. Todavia, após algumas vitórias táticas sobre os *Taleban* e a realização das primeiras eleições legislativas, após 2001, os anos seguintes pautaram-se por um agravamento dos ataques, por um aumento de baixas, por um clima de instabilidade e violência e por um descontentamento com o governo de Karzai. A partir de 2003, segundo directrizes do Conselho de Segurança, a missão da ISAF expandiu-se a todo o território afegão e, a partir de 2006, a missão têm-se centrado no sul do Afeganistão, contando esta com a participação, quer de Estados membro das alianças tradicionais da comunidade ocidental-americana, quer de Estados asiáticos.

Desde os ataques terroristas de *11 de Setembro de 2001* que os EUA consideraram que o seu país está em guerra, o que os aproxima dos países de percepções análogas e que os distancia dos países de percepções divergentes, como os aliados europeus. Emergida a par do *11 de Setembro*, a revisão estratégica das prioridades da política internacional dos EUA, prefigurada pela *Doutrina Bush*, questionou a posição de centralidade que a Aliança Atlântica ocupava na estabilidade e na segurança do espaço euro-atlântico. Para a prossecução deste objectivo, a partir de 2003, sendo as alianças tradicionais tidas por adquiridas, os EUA procuraram novas alianças e rejeitaram as limitações institucionais multilaterais à sua actuação externa, defendendo a guerra preventiva como doutrina de intervenção (Shawcross, 2004, pp. 64). A nova teoria das alianças norte-americana assentava na premissa de que *a missão define a coligação*, o que veio, num primeiro momento, a excluir a participação da Aliança Atlântica, no Afeganistão. A nova estratégia contra o terrorismo preteria a formação de uma grande aliança, em prol de coligações flutuantes, constituídas segundo a capacidade dos Estados de intervir nos palcos, nas dimensões e nas etapas da campanha contra o terrorismo internacional. Estas evitariam morosos processos de negociação e pela diminuição do número de aliados, reduziriam as possibilidades de posições divergentes, face aos EUA (Sacchetti, 2002, pp. 167-172).

Em simultâneo à Guerra do Afeganistão, a questão iraquiana envolvia, igualmente, a percepção de evitar a emergência de um inimigo como o Iraque, capaz de dominar uma região de recursos que lhe pudessem conferir o estatuto de potência internacional e, assim, questionar o *status quo* norte-americano. A decisão de aprovação de uma resolução que autorizasse uma intervenção militar dos EUA contra o Iraque pelo Conselho de Segurança da ONU, encontrava-se bloqueada pelo eixo franco-alemão,

com o apoio da Rússia e da China, que se alinhavam contra a intervenção norte-americana no Iraque, subordinando a contenção iraquiana à contenção norte-americana (Gordon, 2004, pp. 125-128, Fukuyama, 2006b, pp. 132-137). Em resposta ao bloqueio da Alemanha e da França, Donald Rumsfeld, Secretário da Defesa norte-americano, denominando-os de *velha Europa* anuncia, em Janeiro de 2003, a emergência de uma *nova Europa*, procurando, assim, dividir os aliados e isolar o eixo franco-alemão (Shawcross, 2004, pp. 90, 126-167, Costa, 2012, pp. 196). Em contra-resposta, a Alemanha procurando impedir que os EUA consigam que uma maioria dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança vote a favor de uma nova resolução sobre o Iraque, mobiliza a Rússia para integrar o bloqueio e faz campanha nas Nações Unidas contra a doutrina norte-americana. Todavia, o peso do eixo franco-alemão como co-hegemonia na Europa este falhou em evitar uma intervenção militar norte-americana, no Iraque.

Nas vésperas da Guerra do Iraque, a questão iraquiana dividia os EUA, a Inglaterra e a Polónia, seus apoiantes, da França, da Alemanha e da Bélgica, que se lhe opunham. Dadas as divergências no Conselho de Segurança e a divisão nas comunidades transatlântica e europeia, assiste-se, num terceiro momento, à paralisia das Nações Unidas, da União Europeia e da Aliança Atlântica (Friedman, 2012, pp. 201). Apesar da paralisia das principais instituições multilaterais poder questionar o modelo de ordenamento internacional, vigente desde o fim da Guerra Fria, esta não conduziu a nenhuma ruptura formal, nem a uma interrupção dos seus programas, respeitando apenas à questão iraquiana (Costa, 2012, pp. 291). Independentemente da existência prévia das divisões evidenciadas pela questão iraquiana, estas poderiam emergir em qualquer caso de tentativa de revisão dos princípios normativos e das concepções de legitimidade da acção estatal e de alteração do *status quo* de um Estado na ordem internacional, pela via militar (Gordon, 2004, pp.77-91). No entanto, como ilustrado pela questão do Iraque, os EUA prosseguiram os seus objectivos, como potência unipolar do sistema internacional, apesar do não reconhecimento institucional multilateral da legitimidade da sua intervenção (Shawcross, 2004, pp. 91)

Opondo-se à Guerra do Golfo, no que concerne ao primado da soberania e da integridade dos Estados e à legitimação multilateral para a invasão do território iraquiano, a Guerra do Iraque, balizada entre 20 de Março de 2003 e 15 de Dezembro de 2011, opôs uma coligação multinacional, liderada pelos EUA, ao regime iraquiano de Saddam Hussein. Expressos por Bush às Nações Unidas, em Setembro de 2002, os

argumentos norte-americanos para legitimação da Guerra contra o Iraque assentavam na violação do cessar-fogo, aceite pelo regime iraquiano no fim da Guerra do Golfo, ao prosseguir com o desenvolvimento de armas de destruição maciça e na continuidade da governação totalitária conduzida por Saddam Hussein ante o povo iraquiano, assumindo os EUA que, pelas razões enunciadas, a coligação que lutara no Iraque, em 2001, podia dar novo início às hostilidades (ElBaradei, 2011, pp. 72-103). Enquadrando o caso iraquiano no *Eixo do Mal*, definido em 2002, no âmbito da *guerra contra o terrorismo*, que compõem a *Doutrina Bush* e a rejeição das limitações institucionais multilaterais, estabelecida em 2003, no âmbito da guerra preventiva como doutrina de intervenção, os EUA invadiram o Iraque sob o pretexto de neutralizar as suas armas de destruição maciça e de derrubar o regime iraquiano (Lima, 2013, pp. 27-29, 35-38).

Constituindo um exemplo da doutrina da guerra preventiva e da mudança de regime, a invasão unilateral do Iraque reforçou a preponderância militar norte-americana, mas não contou com o reconhecimento consensual do imperativo da intervenção militar no território iraquiano. Acrescendo ao reduzido apoio militar de uma parte dos seus aliados tradicionais, os EUA não conseguiram um apoio dos Estados árabes, nem obtiveram um mandato da ONU, agindo em confronto à oposição, tanto da Rússia e da China, como da Alemanha e da França, no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ElBaradei, 2011, pp. 103-111). Segundo o enunciado de Gordon, a questão iraquiana pôs à prova as alianças tradicionais dos EUA devido, quer aos objectivos estratégicos políticos e militares unilaterais, quer à divisão dos aliados para neutralizar todas as formas de oposição expressas na resposta à recusa da França e da Alemanha em apoiar a invasão do Iraque, nas Nações Unidas ou no terreno (Gordon, 2004, pp. 155).

Dada a permissão iraquiana de inspecção sobre a existência de armas de destruição maciça, cumprindo as imposições imputadas pela ONU, os EUA referiram uma ligação entre Saddam Hussein e a *Al-Qaida* e apresentaram razões de segurança nacional como legitimação para o ataque, afirmando não ser necessária a aprovação das Nações Unidas, para esta acção (Lima, 2013, pp. 34-35). Se as Nações Unidas constituem a única fonte de autoridade legítima para o recurso ao uso da força, a intervenção norte-americana no Iraque não se assumiu como uma guerra de último recurso. Podendo ser percepcionada como constituindo uma oportunidade de diálogo e de consenso entre a comunidade internacional, sobre a questão dos *Estados falhados* e dos arsenais de armas nucleares, a intervenção no Iraque despoletou críticas ao

unilateralismo americano e provocou uma vaga internacional de antiamericanismo, criando uma divisão na comunidade ocidental-americana. A questão iraquiana conduziu a uma demarcação de Estados como a China, a Rússia, a França e a Alemanha da decisão norte-americana de desencadear uma guerra preventiva contra o Iraque. Contrabalançando a posição dos EUA, em Março de 2003, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, estes Estados recusaram-se a legitimar formalmente a intervenção dos EUA no Iraque. Posição à qual os EUA responderam segundo o enunciado de Condoleezza Rice de *castigar a França, esquecer a Alemanha, perdoar a Rússia*, aproveitando a variabilidade das suas posições no Conselho (La Balme, 2012, pp. 160).

Paralelamente ao decorrer da Guerra contra o Iraque, a continuidade e o agravamento dos ataques, das baixas, do clima de instabilidade, violência e o descontentamento da Guerra do Afeganistão levaram a que, em 2008, a perspectiva norte-americana fosse a celebração de um acordo político com os *Taleban*, para pôr fim ao conflito. No ano seguinte, ante esta situação tornou-se imperativa uma revisão da estratégia da coligação internacional na Guerra do Afeganistão, o que levou o presidente Barak Obama a afirmar que, abrigando-se a *Al-Qaida* em território paquistanês, segundo a *Doutrina Bush* não havendo distinção entre esta organização e os Estados que a abrigam, a *guerra contra o terror* se alargaria ao Paquistão, e que não cederia ao pedido de Karzi de cessar com os bombardeios ao Afeganistão. Não obstante as tensões que se evidenciaram entre os EUA e o Paquistão pelo ferimento ou morte de soldados paquistaneses, na fronteira, e pela contestação com o fecho da passagem de Torkham aos comboios da OTAN, em 2010, a ISAF iniciou operações para captura e morte de líderes *Taleban*, procurou aumentar as suas tropas no território afegão e melhorar a formação das forças de segurança afegãs. Sem embargo, a captura de Bin Laden, líder da *Al-Qaida*, em 2011, em território paquistanês, os *Taleban* prosseguiram com ataques simultâneos pelo território afegão. Nesse ano, os EUA declararam a sua intenção de uma retirada geral do Afeganistão, a completar até 2014, a par de vários Estados membro da Aliança Atlântica, que também declararam seguir esta posição (Friedman, 2012, pp. 139-141).

No que concerne à Guerra do Iraque, apesar da criação da Autoridade Provisória da Coligação como governo de transição iraquiano e da captura de Saddam Hussein, em 2003, assistiu-se a um aumento das insurgências xiitas e sunitas, em 2004 e da violência sunita, síria e saudita, em 2005. Todavia as eleições de um governo transitório, a transferência da soberania e a execução de Saddam Hussein como

prisioneiro de guerra, culpado de crimes contra a humanidade, a violência crescente e o aumento de tropas da coligação no território pautaram os anos que se seguiram. O término do conflito foi formalmente anunciado, em 2011, numa cerimónia de passagem de comando de tropas, declarando Leon Panetta, Secretário de Defesa norte-americano, a capacidade do governo iraquiano de Nuri al-Maliki governar e prover segurança a si mesmo se ter tornado real.

Reflectindo, quer a não legitimação e persignação a um Estado que possa e procura agir ante uma ameaça comum, quer a legitimação e persignação à OTAN para o comando de uma missão de segurança internacional no Afeganistão, as Nações Unidas não assumiram um papel interventivo nesta questão, mas abstiveram-se de uma condenação explícita, ante a constituição e a acção unilateral da coligação internacional formada pelos EUA. Daí que, no âmbito da *guerra contra o terrorismo*, os EUA e a coligação internacional que se opôs ao Afeganistão tivessem sido alvo de críticas à acção unilateral em matérias morais, éticas, económicas, sociais e de direitos humanos, bem como de alegações de que a contínua exploração destes conflitos se devia aos objectivos estratégicos e militares, subjacentes a este conflito.

Estas críticas, que se alargaram igualmente à Guerra do Iraque, centraram-se nos pretextos norte-americanos apresentados, dada a ausência de vestígios das armas de destruição maciça, no descontrolo da ocupação militar do território e na violação das leis da guerra e dos direitos humanos, estando em causa os princípios da legitimidade internacional das intervenções norte-americanas (Fukuyama, 2006b, pp. 85-93). Avançando a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha com objecções assentes no imperativo de legitimação multilateral das intervenções militares internacionais e na condenação do incumprimento dos princípios normativos internacionais e na revisão destes, sem uma consensual legitimação multilateral (Fenton, 2004, pp. 205- 222). Apesar de não existir um consenso entre os dois lados do Atlântico sobre as ameaças afgã e iraquiana e sobre a resolução desta problemática, as divergências surgidas não pareceram todavia ameaçar a ordem multilateral, no Atlântico Norte.

As divergências entre os EUA e os Estados europeus, relativamente à campanha norte-americana de neutralização dos programas de armas de destruição maciça no Iraque, no Irão e na Coreia do Norte, dão-se ao nível da percepção sobre a ameaça que o terrorismo constitui e dos recursos a empregar no seu combate (Friedman, 2012, pp. 190-191). Acrescendo o facto do território geográfico, palco da *guerra contra o terrorismo*, se situar fora da área de abrangência da OTAN, onde os interesses norte-

americanos e europeus, por vezes, divergem. Em concomitância, a redução da participação norte-americana na segurança do continente europeu pela concentração de esforços noutros palcos, pode conduzir a um reforço da unidade europeia e a um enfraquecimento da OTAN, o que questionaria a ordem de segurança multilateral do Atlântico Norte (Kissinger, 2003, pp. 277-285).

Neste sentido, assume-se como imperativo conseguir a articulação da defesa europeia autónoma com os quadros da Aliança Atlântica, sem questionar a aliança transatlântica com os EUA. Consistindo a oposição ao uso da força, ante os regimes afegão e iraquiano, uma oposição ao termo da concepção de sociedade internacional civilizada que emergiu com o fim dos totalitarismos na Europa, esta oposição não significava que a ameaça terrorista não fosse consensualmente reconhecida pelos seus oponentes. A par do apoio nas intervenções militares internacionais nos Balcãs, em África, no Iraque e no Afeganistão, a aprovação pelo conjunto dos Estados membros da UE do Documento Solana, em 2003, sobre a estratégia de segurança comum espelhou o reconhecimento e o imperativo da luta contra as redes terroristas internacionais, perspectivando-se um fortalecimento das políticas de defesa e segurança na construção europeia (Sacchetti, 2002, pp. 164-167). Assente na congruência entre as instituições multilaterais da comunidade ocidental-americana e o imperativo reforço da segurança, ante a urgência da ameaça terrorista, o desenvolvimento de políticas de defesa e de segurança, numa parceria entre a Aliança Atlântica e a União Europeia, poderiam restaurar a aliança entre as democracias europeias e os EUA e fortalecer a comunidade ocidental-americana, nestas matérias (Gaspar, 2006, pp. 30-36).

Se no *post* Guerra Fria emergiu a consciência, quer ao nível estatal unilateral, quer ao nível institucional multilateral de que o sistema de direitos humanos era inexpugnável, com os ataques de *11 de Setembro* e a subsequente *guerra contra o terrorismo* esta foi questionada. Como resultado da violência de grupos armados e da resposta dos Estados a esses grupos, os direitos humanos e o direito humanitário internacional sofreram o mais persistente ataque dos últimos cinquenta anos, como referido no seu relatório, pela Amnistia Internacional, a respeito do ano de 2003 (Amnistia Internacional, 2004).

À semelhança do ocorrido aquando da Guerra do Afeganistão, as críticas à condução da *guerra contra o terror* estenderam-se, igualmente, à esfera dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, tendo os EUA sido criticados pela selectividade de critérios em termos dos seus aliados, alguns de historiais negativos em

matéria de direitos humanos e pela incapacidade de garantir protecções fundamentais, como a proibição da tortura. No âmbito do qual se salientaram os acontecimentos nos centros de detenção na baía de Guantánamo e no Iraque, a revogação da Convenção contra a Tortura, ante a segurança nacional, e o ignorar dos abusos cometidos em prol da luta contra o terrorismo, como evidenciado pela Amnistia Internacional, no Relatório Anual de 2008 (Amnistia Internacional, 2008). Não obstante a sua justificação assentar no direito humano à segurança, a introdução de legislação que permite a detenção sem acusação de suspeitos estrangeiros de terrorismo, que confere poderes de controlo e vigilância aos Estados e que expõe limitações significativas à dissidência política e religiosa, pela possível sobreposição com outros preceitos e direitos, questionou a inexpugnabilidade dos direitos humanos (Costa, 2012, pp. 200-201).

Com a emergência de problemáticas como as ameaças transnacionais, os riscos de epidemia, os regimes despóticos, os *Estados falhados*, as redes terroristas e os movimentos pan-islâmicos, assiste-se a uma substituição da competição inter-estatal como ameaça prioritária tradicional dos Estados, por estas novas tipologias de ameaças (Cameron, 2002, pp. 139-145). Face a estas novas ameaças, decorrendo da percepção de uma agressão como violação da ordem jurídica e moral e como ameaça ao equilíbrio de poder e à homogeneidade da sociedade internacional, assiste-se à substituição da dissuasão estratégica e da contenção pela doutrina da guerra preventiva contra os regimes despóticos (Wight, 1966b, pp. 91-114). Ao nível normativo do sistema internacional, o princípio da soberania deixa de ser o princípio de igualdade entre os Estados, falando-se de uma substituição do primado da soberania dos Estados pela soberania estatal limitada. Visível, quer pela negação dos EUA em aceitar a limitação do Direito e das instituições multilaterais internacionais, quer pela recusa norte-americana de reconhecimento da soberania dos Estados de regimes despóticos, emerge a percepção do direito de intervenção e de decisão sobre o regime político destes Estados (Hassner, 2002, pp. 33).

Esta mudança normativa conduziu a uma revisão das alianças, preterindo-se os valores e os compromissos liberais multilaterais, em prol do interesse e da conveniência da constituição de coligações flutuantes, segundo o decorrer da campanha antiterrorista norte-americana. A revisão da política internacional dos EUA, no âmbito da *guerra contra o terrorismo*, de legitimação do recurso à guerra preventiva, de aplicação do princípio da soberania limitada e da preferência por coligação flutuantes, questionou, igualmente, a estabilidade da Aliança Atlântica. Assentando a estabilidade da aliança

transatlântica na estabilidade do seu centro hegemónico, a revisão da estratégia da política internacional dos EUA, como afirmação do seu estatuto como potência unipolar, no respeitante a estes aspectos, questionou o equilíbrio e os princípios normativos regedores das relações entre os Estados membros da Aliança Atlântica e no seio da União Europeia.

Para Kagan, a dicotomia das interpretações da *guerra contra o terrorismo*, que originaram a *crise transatlântica* (Woodward, 2002, pp. 48-49, 60-61) decorrem, tanto das diferenças das culturas estratégicas europeia e norte-americana, como do comportamento político arrogante e unilateralista da administração Bush (Kagan, 2007, pp. 18). A procura norte-americana em reafirmar o seu estatuto internacional de potência unipolar, através da revisão da sua política internacional, ante a preferência europeia de legitimação da guerra pela via institucional multilateral, e a relutância do recurso ao uso da força, na campanha contra o terrorismo, criam uma tensão nos pilares e nas relações entre os Estados da comunidade ocidental-americana. Constituindo uma situação precedente aos acontecimentos de *11 de Setembro*, os EUA evidenciaram algumas atitudes de unilateralismo, tendo sido, no entanto, aquando da intervenção no Iraque que a política externa norte-americana foi mais contestada entre a comunidade ocidental-americana e na cena internacional (Hobsbawn, 2008, pp. 108).

Abordando as críticas ao unilateralismo e à legitimidade norte-americana de intervenção no Iraque e defendendo que unilateralismo constitui um termo relativo, dependendo a sua interpretação das circunstâncias, Kagan analisa as acções da administração Bush (2001-2009), em termos comparativos ante intervenções em palcos de guerra externos de anteriores administrações. Face às críticas sobre a ausência de uma autorização multilateral internacional, o autor refere que a administração Reagan (1981-1989) *não procurou nenhuma autorização internacional para a sua guerra secreta contra os sandinistas ou o seu armamento de guerrilha em Angola e no Afeganistão*, nem procurou apoio nem da ONU nem da OEA (Organização dos Estados Americanos), *para a invasão de Granada* (Kagan, 2007, pp. 18). Bem como a administração George H. W. Bush (1989-1993) *invadiu o Panamá sem autorização da ONU e teria ido para a guerra com o Iraque sem a autorização se a Rússia vetasse* e a administração Bill Clinton (1993-2001) interveio no Haiti e no Kosovo sem autorização da ONU, e bombardeou o Iraque, sobre a objecção de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Kagan, 2007, pp. 18). Relativamente às afirmações sobre o número reduzido de aliados, Kagan afirma que a administração

George H. W. Bush (1989-1993), na sua invasão do Panamá, e a administração Clinton (1993-2001), na sua intervenção no Haiti, tinham menos parceiros nessas intervenções que a administração Bush (2001-2009), no caso do Iraque.

Em concomitância, sobre a questão da mudança de regime, o autor salienta a acção da administração Eisenhower (1953-1961), no Irão e na Guatemala, a tentativa de derrube de Fidel Castro da administração John F. Kennedy (1961-1963), a invasão do Panamá da administração George H. W. Bush (1989-1993) e as acções da administração Bill Clinton (1993-2001), no Haiti e na Bósnia, defendendo não ter existido *uma única administração na metade do século passado que não tenha tentado projectar mudanças de regime em várias partes do mundo*, procurando, assim, contrapor a perspectiva desta questão implicar uma revisão dos princípios normativos internacionais. Assumindo a estrutura de distribuição do poder no sistema e a posição unipolar dos EUA como hipótese explicativa para os interesses globais norte-americanos e para a recusa às limitações multilaterais e, conseqüente, o recurso ao unilateralismo, Kagan conclui o seu enunciado, questionando se por unilateralismo se entende não querer ser limitado *pela desaprovação do Conselho de Segurança da ONU, por alguns dos aliados da OTAN, da OEA, ou por qualquer outro organismo internacional* (Kagan, 2007, pp. 18). Porque se deveria a administração Bush ter deixado limitar, se as administrações passadas não se tinham deixado constranger? No que concerne às possíveis consequências da acção norte-americana nas relações entre a comunidade ocidental-americana, Kagan realça que, *enquanto os seus públicos podem ser mais antiamericanos do que no passado*, estes Estados *prosseguem políticas que reflectem uma preocupação maior com os Estados poderosos entre eles*, em termos regionais, do que com os EUA, o que, para o autor, reforça a continuidade e a estabilidade das relações norte-americanas com os seus aliados tradicionais (Kagan, 2007, pp. 20).

Atendendo à possibilidade de coexistência de multilateralismo e unilateralismo na estratégia da política internacional norte-americana, evidencia-se como matriz emergente a fórmula *multilateralismo quando é possível e unilateralismo quando é necessário* (Cameron, 2002, pp. 176-178). Não obstante prevalecer a procura de consenso multilateral e de limitação da acção arbitrária estatal, através da subordinação aos princípios normativos internacionais e aos procedimentos das instituições multilaterais do ordenamento internacional constitucional, os Estados, por vezes, agem unilateralmente, no exercício do que percebem constituir o direito de legítima defesa ou como a defesa de interesses nacionais. No entanto, a adopção de acções

unilaterais não questiona nem invalida os imperativos da sua legitimação institucional multilateral, ainda que *a posteriori*.

As questões afegã e iraquiana questionaram a legitimidade dos EUA como potência unipolar, inserida no modelo de ordenamento internacional constitucional por si desenhado, assente na legitimidade multilateral e no institucionalismo liberal, pesando a consolidação da *hegemonia limitada* dos EUA num sistema de distribuição do poder unipolar, mas de legitimidade institucional multilateral. Estes conflitos demonstraram como o reconhecimento da validação e da legitimidade dos princípios normativos internacionais se assume imperativo para uma convergência entre o poder e a legitimidade da acção estatal no sistema internacional (Fukuyama, 2006b, pp. 159-161). Daí que esta tensão interrogasse a legitimidade dos EUA, na edificação deste modelo de ordenamento internacional e a consolidação da preponderância norte-americana entre a comunidade ocidental-americana e no sistema internacional do *post* Guerra Fria.

Assumindo-se o terrorismo como a ameaça corrente à segurança internacional e tornando-se o antiterrorismo o novo paradigma da política internacional, os acontecimentos de *11 de Setembro*, pela consensual e transversal solidariedade e reconhecimento da legitimidade dos EUA, indicaram um fortalecimento dos laços e um entendimento internacional, quer entre a comunidade internacional, quer entre a comunidade ocidental-americana. Apesar de as Nações Unidas procurarem um ajustamento do Estado afegão aos princípios normativos internacionais pela via diplomática, unilateralmente os EUA iniciaram a intervenção no Afeganistão, legitimando-a segundo o princípio de que a soberania dos Estados se subordina ao imperativo de mudança de regimes despóticos, responsáveis pela perseguição de minorias ou por apoiar organizações terroristas. A contínua reorientação da estratégia norte-americana, no âmbito da *guerra contra o terrorismo*, de definição do *Eixo do Mal*, de legitimação da guerra preventiva, de soberania limitada, da extensão da campanha contra o terrorismo à contenção da proliferação de armas de destruição maciça e à mudança de regime, conduziu a uma *crise transatlântica* que se estendeu até à Guerra contra o Iraque.

Assentando a contestação na oposição à normativização da excepção imposta pelo caso afegão, como princípio regedor das relações internacionais, demarcando-se o eixo franco-alemão e os seus apoiantes dos EUA. Signo de defesa da unipolaridade, a revisão estratégica, a constituição de coligações flutuantes e a rejeição das limitações

multilaterais dividiram os aliados e as instituições multilaterais da comunidade ocidental-americana, pela subordinação da contenção afegã e iraquiana à contenção norte-americana. Embora a posição das Nações Unidas, de consideração activa das questões afegã e iraquiana, ter sido admitida como legitimação para as intervenções militares dos EUA, a ONU persignou à Aliança Atlântica o comando da missão de segurança internacional no Afeganistão, não adoptando medidas interventivas a respeito do Iraque. Todavia, a abstenção das Nações Unidas de condenação explícita das acções unilaterais dos EUA, foi alvo de críticas internacionais e de alegações de que a exploração destes conflitos se devia a objectivos estratégicos e militares, que lhes eram subjacentes. Não obstante questionar os princípios normativos e as concepções de legitimidade, o institucionalismo liberal, o universalismo da hegemonia democrático-liberal, a paz democrática, a configuração das alianças e o modelo de ordenamento internacional constitucional, as questões afegã e iraquiana, como *Estados falhados*, não conduziram a uma ruptura formal nem ameaçaram a ordem vigente entre a comunidade ocidental-americana, podendo, no entanto, as divergências e as divisões emergir em qualquer tentativa unilateral de revisão dos princípios normativos e das concepções de legitimidade da acção estatal na ordem internacional do *post* Guerra Fria.

Conclusão

Nesta dissertação procurou-se argumentar que o fim da Guerra Fria, em 1991, inverteu a tendência histórica de progressiva heterogeneidade, visível desde a Revolução Francesa, em 1789, afirmando-se um regresso à natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana, como sub-sistema internacional, a partir deste período. À luz da concepção teórica de homogeneidade e de heterogeneidade, como natureza do sistema internacional de Raymond Aron, atendeu-se ao enfoque conferido às concepções de legitimidade e aos princípios normativos, às relações diplomáticas, à estrutura de distribuição do poder, ao modelo de ordenamento e ao conflito ou à paz entre os Estados no sistema internacional, vectores caracterizadores e aspectos nucleares, quer na análise das relações e do sistema internacional, quer na abordagem do enunciado aroniano, adoptado como proposta de modelo de análise das relações entre os Estados, e do sistema internacional.

Apresentadas introdutoriamente as motivações, os conteúdos e o carácter metodológico desta investigação, procedeu-se à abordagem da concepção de Aron, de homogeneidade e de heterogeneidade, a par dos vectores que encontram esta concepção como denominador comum, e que, simultaneamente, caracterizam a assumpção desta concepção como natureza do sistema internacional. Com o intuito de aferir a validade desta proposta teórica, como modelo de análise, ante o objectivo da dissertação definido, apresentaram-se e debateram-se os elementos e os aspectos do estado da arte dos enunciados teóricos aos quais se atendeu.

Abordados os enunciados teóricos sobre a concepção de homogeneidade e de heterogeneidade, em termos da compreensão das diferentes variáveis em diálogo e dos aspectos convergentes e divergentes entre estes enunciados e a perspectiva aroniana que se segue, analisaram-se as concepções de legitimidade e os princípios normativos que enquadram e regem as acções e as relações da comunidade ocidental-americana no sistema internacional. Partindo-se da premissa de que é legítimo o que é percebido como tal, realçaram-se, entre os enunciados teóricos abordados, os preceitos da legitimidade ser normativa, em termos da expectabilidade do cumprimento dos princípios estabelecidos, da legitimidade ser democrática, em termos do carácter de regime político-ideológico dos Estados, e da legitimidade ser multilateral, em termos de modelo de decisão e de acção estatal no sistema internacional. Assentes nestes preceitos, observaram-se os princípios normativos que, a par dos padrões de ideias de

manutenção da ordem, de *intervencionismo*, de moralidade internacional, de legalidade e de constitucionalidade, regem a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria. Implícita, quer na paz quer na guerra, a comunidade ocidental-americana, ao reiterar concepções de legitimidade e princípios normativos que assumem como partilhados, circunstanciou uma ordem que modela e rege as suas acções e as suas relações no sistema internacional, conferindo a congruência, nesta esfera, uma percepção de homogeneidade entre os Estados desta comunidade.

Génese e reflexo da confluência dos pressupostos realistas e liberais, analisaram-se as instituições internacionais como podendo desempenhar um papel legitimador em distintos aspectos da política internacional. De construção e vinculação intrinsecamente relacionadas com as concepções de legitimidade e os princípios normativos vigentes entre a comunidade ocidental-americana, as instituições internacionais, ao aferirem e inferirem na estrutura de distribuição do poder do sistema e nas relações entre os Estados no sistema internacional, traduzem uma procura de homogeneização dos regimes político-ideológicos, das estruturas estatais e do modelo de actuação e de relacionamento diplomático dos Estados no sistema internacional. Integrando a lógica de mútuo reforço e complementaridade do quadro de instituições edificadas entre a comunidade ocidental-americana, a vinculação institucional e o supranacionalismo, assumindo-se como um objecto de escolha estratégica e como uma limitação ao comportamento dos actores políticos estatais, substituem a lógica de *balança do poder* e limitam o exercício do poder, transformando o poder em autoridade legítima.

Confirmando o fim da Guerra Fria, a tendência de homogeneidade dos Estados deste sub-sistema internacional pela transversalidade, continuidade e peso das instituições internacionais, edificadas no *post* Segunda Guerra Mundial e cimentadas no *post* Guerra Fria, corporizam os princípios normativos e as concepções de legitimidade vigentes entre esta comunidade. À semelhança dos processos de democratização estatais, que, precedendo a guerra e determinando o seu fim, conduziram a um regresso da preponderância e da unidade moral entre os Estados desta comunidade, assente nas concepções de legitimidade normativa, democrática e multilateral.

Discorrendo os argumentos do institucionalismo liberal, como hipótese explicativa da promoção da paz e da estabilidade da ordem entre a comunidade ocidental-americana, após a Guerra Fria, observaram-se os enunciados da paz democrática, salientando-se a evidência de uma paz separada entre os Estados liberais. Todavia, subsiste a anarquia nas relações entre os Estados liberais e os Estados

autoritários, a par da percepção da concepção de soberania estatal menos rígida e não conferida automaticamente aos detentores do poder de regimes políticos não liberais. Não obstante, admite-se a hegemonia democrático-liberal constituir um incentivo à paz, dada a homogeneidade imbuída na mútua satisfação do reconhecimento na esfera doméstica e nas respectivas concepções de legitimidade regedoras das democracias liberais.

Circunstanciando a promoção da paz e da estabilidade da ordem vigente entre a comunidade ocidental-americana, os enunciados da paz democrática reforçam a percepção de homogeneidade deste sub-sistema internacional e de limitação de hipóteses de conflito bélico, deixando uma causa de ser uma causa quando dominante, pois existindo homogeneidade entre estes Estados, perde-se a causa pela qual lutar. Emergindo a natureza de homogeneidade como uma pré-condição, pelas noções de interdependência e de destino comum das nações, mesmo existindo estes elementos, como exemplificam os períodos históricos respeitantes às monarquias europeias, ao internacionalismo socialista na China e na Rússia e ao Pan-arabismo, a homogeneidade não se assume, necessariamente, como garantia da limitação da violência nem de perpetuação da paz na ordem internacional. Daí que, sem embargo, a congruência de partilha de princípios normativos e de concepções de legitimidade, a paz entre as democracias constitua um excepcionalismo liberal, baseado no tipo de regime político-ideológico dos Estados da comunidade ocidental-americana, mas não transversal ao cômputo do sistema internacional.

Pautando, quer o sistema internacional, quer o sub-sistema da comunidade ocidental-americana, admitiu-se o fim da Guerra Fria, como conducente à transição para uma estrutura de distribuição do poder no sistema unipolar e como representando um *momento* histórico ordenador e de reconstrução da ordem internacional, adoptando-se a proposta de modelo de ordenamento internacional constitucional como modelo vigente entre a comunidade ocidental-americana, a partir deste período. Apesar de implicar a homogeneidade ideológica da concepção democrática-liberal, a ordem erigida, imbuída por um carácter normativo, institucional e multilateral, limita o exercício da hegemonia dos EUA e integra os outros Estados desta comunidade no modelo de ordenamento internacional constitucional, pela sua mão edificada.

Admitindo-se o crescente reconhecimento de que o conflito de interesses é um componente da vida humana e da sociedade e de que é possível existir paz no conflito, mas não na violência, cimentou-se a percepção, emergida no *post* Segunda Guerra

Mundial entre esta comunidade, de que a institucionalização da cooperação pela segurança colectiva constituía um instrumento para o cessar da política de força entre os Estados. Não obstante o institucionalismo liberal de legitimidade democrática e carácter multilateral, os enunciados da paz democrática e o modelo de ordenamento internacional constitucional, aduzidos como condições atenuadoras do carácter anárquico do sistema, subsistindo a anarquia, a competitividade estatal e a vigência do dilema de segurança realista no sistema internacional, analisou-se a reconceptualização em torno da problemática da segurança e da defesa e a vigência do princípio da segurança colectiva e da *comunidade pluralista de segurança*, como concepções orientadoras, entre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria. Enquadrando-se os pressupostos de *intervencionismo*, de soberania limitada, dos *Estados falhados*, da acção sancionária das Nações Unidas, do *dever de ingerência* e da *responsabilidade de proteger* e dos direitos humanos entre os princípios normativos e as concepções de legitimidade abordadas, no contexto bélico das *guerras do terceiro tipo*.

Apesar do reconhecimento da preponderância dos princípios normativos e das concepções de legitimidade do institucionalismo liberal, do modelo de ordenamento internacional constitucional e dos princípios da segurança colectiva e da *comunidade pluralista de segurança*, a homogeneidade evidenciada entre os Estados da comunidade ocidental-americana, não sendo subjacente, assume-se como imperativa a uma ordem estável e duradoura. Não obstante esta homogeneidade não implicar a ausência de conflitos, mas moderação e prudência na sua resolução, nem eliminar necessariamente as divisões ou conduzir a uma dinâmica de convergência constante, em termos das posições, das acções e das intervenções dos Estados desta comunidade nos conflitos bélicos, no contexto das *guerras do terceiro tipo*, as diferenciações não se assumem irremediáveis e a guerra não se assume definidora da relação entre os Estados no sistema internacional.

Pretendendo-se testar empiricamente e validar intelectualmente o argumento desta dissertação, mediante a aplicação do teste de plausibilidade ao objecto de estudo definido, submeteu-se a hipótese de investigação, proposta como modelo de análise, ao objecto de estudo. Procedeu-se à apreciação das mais relevantes situações de confronto de interesses no âmbito dos conflitos bélicos, no contexto das *guerras do terceiro tipo*, em que a comunidade ocidental-americana interveio e participou no *post* Guerra Fria. Em apreciação das posições, da intervenção e da participação da comunidade ocidental-americana, no âmbito da Guerra do Golfo (1990-1991), da *Operação Força Deliberada*

(1995) e da *Operação Força Aliada* (1999), nos conflitos armados dos Balcãs (1991-2001), da Guerra do Afeganistão (2001-?) e da Guerra do Iraque (2003-2011), entende-se estas serem reflexo da inversão da tendência histórica de progressiva heterogeneidade e do regresso à homogeneidade, como natureza deste sub-sistema internacional no *post* Guerra Fria.

O regresso à natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana não eliminou, todavia, o carácter de heterogeneidade de tensões e oposições que emergiram em aspectos específicos nos conflitos analisados, respeitantes a tentativas de revisão dos princípios normativos e das concepções de legitimidade vigentes. Retratando, em parte, a coexistência de uma estrutura de distribuição do poder unipolar e de um modelo de ordenamento internacional constitucional, assente no institucionalismo liberal, as divergências e as divisões evidenciadas não conduziram a uma ruptura formal nem ameaçaram a ordem vigente entre a comunidade ocidental-americana, no *post* Guerra Fria. Emergindo, como desafio contemporâneo e que está em causa para a paz e estabilidade da ordem internacional, a reformulação do sistema internacional pelo imperativo enquadramento dos Estados não democráticos emergentes, atendendo-se à tensão imposta entre a homogeneidade e a heterogeneidade segundo a teorização de Raymond Aron.

Revendo-se articuladamente a literatura, no âmbito dos vectores estabelecidos e apreciando-se o teste empírico da hipótese de investigação proposta ante o objectivo desta dissertação, procurou-se argumentar que o fim da Guerra Fria inverteu a tendência histórica de progressiva heterogeneidade, visível desde a Revolução Francesa, falando-se de um regresso à natureza de homogeneidade entre a comunidade ocidental-americana, como subsistema internacional, a partir deste período.

Revistos os conteúdos apresentados e sumarizadas, as conclusões exploram-se como consequências e deficiências desta investigação, a possível concordância ou contestação ante a eleição dos enunciados teóricos abordados e a subjectividade do peso passível de ser conferido aos aspectos realçados destes enunciados teóricos. Não obstante a inexequibilidade numa investigação desta natureza, enfoca-se a relevância de se testar, em investigações subsequentes, a hipótese de investigação proposta face a outros sub-sistemas internacionais e às potências não democráticas emergentes, como casos de estudo, e de se testar, de modo comparativo, as conclusões extraídas destes casos, para um entendimento mais aprofundado das relações que se estabelecem entre

os vectores que se abordam e as conclusões que se extraem, mediante a análise do objecto de estudo definido, ante a hipótese e os objectivos da investigação

Bibliografia¹

Amnistia Internacional, 2004. *Amnistia Internacional Relatório de 2004*. Lisboa: Amnistia Internacional- Secção Portuguesa.

Amnistia Internacional, 2008. *Amnistia Internacional Relatório de 2008*. Lisboa: Amnistia Internacional- Secção Portuguesa.

Aron, R., 1948. *Le Grand Schisme*. Paris: Gallimard.

Aron, R., 1951. *Les Guerres en Chaîne*. Paris: Gallimard.

Aron, R., 1964. *L'homme contre les tyrans*. New York: Editions de la Maison Française.

Aron, R., 1976. *Penser la guerre: Clausewitz. L'âge européen*. Volume 1. Paris: Éditions Gallimard.

Aron, R., 1983. *Memoires*. Paris: Julliard.

Aron, R., 1987. *Sur Clausewitz*. Bruxelles: Éditions Complexe.

Aron, R., 1990a. *Chroniques de guerre. La France libérée 1940-1945*. Paris: Éditions Gallimard.

Aron, R., 1990b. *Memoirs: Fifty Years of Political Reflection*. New York: Holmes & Meier.

Aron, R., 1997. *Thinking Politically: A Liberal in the Age of Ideology*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

Aron, R., 2002. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Editora Universidade de Brasília.

¹ Segundo a norma de Harvard, disponível em < <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>>.

Baldwin, D., 1994. Neoliberalism, Neorealism and World Politics. In: D. Baldwin. 1994. *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press.

Beaufre, A., 2004. *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.

Bell, C., 2002. Normative Shift. *National Interest*, 70(03), pp. 44-54.

Bozeman, A., 1971. *The Future of Law in a Multicultural World*. Princeton, N.J: The University Press, pp. 161-186.

Brown, S., 1994. World Interests and the Changing Dimensions of Security. In: M. Klarke., D. Thomas. 1994. *World Security: Challenges for a New Century*. New York: St. Martin's Press.

Brown, C., Ainley, K., 2012. *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva

Brown, M., Lynn-Jones, S., Miller, S., 1996. *Debating the Democratic Peace (International Security Readers)*. Cambridge: The MIT Press.

Bull, H., 1977. *System of States*. Leicester: The University Press.

Bull, H., 2002. *A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política internacional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Burns, A., 1957. *From Balance to Deterrence. A Theoretical Analysis*. World Politics IX.

Butler, N., 2000. NATO: From collective defence to peace enforcement. In: A. Schnabel, R. Thakur. 2000. *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: Selective indignation, collective action, and international citizenship*. Tokyo: The United Nations University, pp. 273-290.

Butler, P., 1978. Legitimacy in a States-System. In: M. Donelan. 1978. *The Reason of States. A study in International Political Theory*. London: George Allen & Unwin Publishers.

Buzan, B., 1984. Peace, Power, and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations. *Journal of Peace Research*, 21(02), pp. 109-125.

Calca, P., 2012. *Kosovo: Jogo Sem Fim- Um Estudo Politológico Sobre o Quarto Conflito dos Balcãs*. Lisboa: Fonte da Palavra, Lda.

Cameron, F., 2002. *US Foreign Policy after the Cold War. Global hegemon or reluctant sheriff?*. London: Routledge.

Carr, E., 1939. La moral en la política internacional. In: S. Hoffmann. 1979. *Teorias contemporaneas sobre las relaciones internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos, pp. 309-329.

Ciriaco, R., 2002, Sistema interamericano de protecção dos Direitos do Homem e as Relações Internacionais: Estruturas e fortalecimento. In: A. Moreira, P. Cardoso. 2002. *Estratégia* volume XIII. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, pp. 343-386.

Clark, I., 2005. *Legitimacy in International Society*. London: Oxford University Press.

Clausewitz, C., 1976. *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidade.

Cooper, R., 2003. *The Breaking of Nations: Order and Chaos in the Twenty-first century*. London: Atlantic Books.

Costa, J., 2012. *Europa- Política Comum de Segurança e Defesa ou Potência Civil?- o contributo do processo europeu para a “governança global”*. Cascais: Cascais Editora.

Doyle, M., 1983a. Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs. *Philosophy and Public Affairs*, 12(03), pp. 205–235.

Doyle, M., 1983b. Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part 2. *Philosophy and Public Affairs*, 12(04), pp. 323–353.

Doyle, M., 1986. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, 80(04), pp. 1151–1169.

Doyle, M., 1995. Liberalism and World Politics Revisited. In: C. Kegley. 1995. *Controversies in international relations theory: Realism and the Neoliberal Challenge*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, pp. 83-106.

Doyle, M., 1997. *Ways of War and Peace*. New York: W.W. Norton & Company.

Doyle, M., 2005. Three Pillars of the Liberal Peace. *The American Political Science Review*, 99(03), pp. 463-466.

ElBaradei, M., 2011. *A Era da Mentira*. Lisboa: Matéria-Prima Edições.

Evans, G., 1993. *Cooperating for Peace: The Global Agenda for the 1990s*. St. Leonards, New South Wales: Allen and Unwin.

Evans, G., 2006. Respondendo ao terrorismo: uma abordagem global. In: *Terrorismo e Relações Internacionais*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Gradiva, pp. 37-52.

Fenton, N. 2004. *Understanding the UN Security Council: coercion or consent?* Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

Fernandes, A., 2007. A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa. *Cadernos do ID nº4*, pp. 5-22.

Ferrero, G., 1996. *Talleyrand à Vienne (1814-1815)*. Paris: Editions de Fallois.

Ferro, M., 2005. *Construção de Estados- As Administrações Internacionais das Nações Unidas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Finnemore, M., Sikkink, K., 2008. International Norm Dynamics and Political Change. In: D. Baldwin. 2008. *Theories of International Relations*. Burlington, VT: Ashgate, pp. 139-174.

Friedman, G., 2012. *A Próxima Década*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Forsythe, D., 2000. The United Nations and human rights. In: R. Thakur, E. Newman. 2000. *New Millennium, New Perspectives. The United Nations, Security, and Governance*. Tokyo: The United Nations University, pp. 220-241.

Fukuyama, F., 2004. *State-building: governance and world order in the 21st century*. New York: Cornell University Press.

Fukuyama, F., 2006a. *A Construção de Estados. Governação e ordem mundial no século XXI*. Lisboa: Gradiva.

Fukuyama, F., 2006b. *Depois dos Neoconservadores- A América na Encruzilhada*. Lisboa: Gradiva- Publicações, Lda.

Fukuyama, F., 2011. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.

Gaspar, C., 2002. A Aliança Atlântica e o Método dos Alargamentos. *Nação e Defesa II*, 102- 2.^a Série, pp. 45-63.

Gaspar, C., 2003. A guerra fria acabou duas vezes. *Nação e Defesa II*, 105- 2.^a Série, pp. 141-176.

Gaspar, C., 2006. As Três Principais Potências Europeias e a Crise Transatlântica. *Nação e Defesa*, 113 - 3.^a Série, pp. 21-36.

Gaspar, C., 2007. Três preposições sobre a guerra e a democracia. *Revista Comunicação & Cultura*, 4, pp. 83-95.

Gilpin, R., 1981. *War & Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gordon, P., Shapiro, J., 2004. *Allies at war. America, Europe, and the crisis over Iraq*. New York: McGraw-Hill.

Graebner, N., Bennett, E., 2011. *The Versailles Treaty and Its Legacy. The failure of the Wilsonian Vision*. New York: Cambridge University Press.

Groom, A., Taylor, P., 2000. The United Nations system and the Kosovo crisis. In: A. Schnabel, R. Thakur. 2000. *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: Selective indignation, collective action, and international citizenship*. Tokyo: The United Nations University, pp. 291-318.

Hobsbawn, E., 2008. *Globalização, democracia e terrorismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Hassner, P., 1994. Beyond the Three Traditions: The Philosophy of War and Peace in Historical Perspective. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs), 70(04), pp. 737-756.

Hassner, P., 2002. Definitions, doctrines and divergences. *The National Interest*, 69, pp. 30-34.

Hassner, P., 2007. The Fate of Century. *American Interest* II, 6, pp. 36-47.

Hegel, G., 1942. *Philosophy of Right*. Part III. Oxford: Clarendon Press.

Hoffmann, S., 1979. *Teorias contemporaneas sobre las relaciones internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos.

Holsti, K., 1996. *The State, and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Huntington, S., 1993a. The Clash of Civilizations?. *Foreign Affairs*, 72, pp. 22-49.

Huntington, S., 1993b. *The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

Ikenberry, J., 2000. *After Victory. Institutions, strategic Restraint and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press.

Ikenberry, J., Deudney, D., 2009. Myth of Autocratic Revival. *Foreign Affairs*, 88(1), pp. 77-99.

Ikenberry, J., Kupchan, C., 1990. Socialization and Hegemonic Power. *International Organization*, 44(3), pp. 283-315.

Ikenberry, J., Mastanduno, M., Wohlforth, W., 2009. Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. *World Politics*, 61(1), pp. 1-27.

Jervis, R., 1999. Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. *International Security*, 24(1), pp. 42-63.

Job, B., 1997. Matters of Multilateralism: Implication for Regional Conflict Management. In: D. Lake, P. Morgan. 1997. *Regional Orders: Building Security in a New World*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

Kagan, R., 2003. *Of paradise and Power: America and Europe in the new world order*. New York: Alfred A Knopf.

Kagan, R., 2007. End of Dreams, Return of History. *International rivalry and American leadership. Policy Review*, 143, pp. 17-45.

Kant, I., 2009. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições, pp. 130-151.

Kaplan, M., 1957. *System and Process in International Politics*. New York: John Wiley & Sons, Inc.

Keens-Soper, M., 1978. The Practice of a States-System. In: M. Donelan. 1978. *The Reason of States. A study in International Political Theory*. London: George Allen & Unwin Publishers.

Keohane, R., 1994. Institutional Theory and The Realist Challenge After The Cold War. In: D. Baldwin. 1994. *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press.

Keohane, R., Martin, L., 2008. The Promise of Institutional Theory. In: D. Baldwin. 2008. *Theories of International Relations*. Burlington, VT: Ashgate, pp. 425-437.

Kissinger, H., 1957. *Nuclear Weapons and Foreign Policy*. New York: Council of Foreign Relations, Inc.

Kissinger, H., 1994. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, Inc.

Kissinger, H., 2003. *Precisará a América de uma nova Política Externa?* Lisboa: Gradiva- Publicações, Lda.

Krasner, S., 1992. Realism, Imperialism, and Democracy: A Response to Gilbert. *Political Theory*, 20(1), pp. 38-52.

Krauthammer, C., 1991. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, 70(1), pp. 23-33.

La Balme, N., 2012. France. In: S. Richard, P. Furia, B. Barratt. 2012. *Public Opinion & International Intervention. Lessons from the Iraq War*. Washington, D.C.: Potomac Book, pp. 157- 168.

Layne, C., 1993. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. In: S. Lynn-Jones, S. Miller. 1993. *The Cold War and After: Prospects for Peace*. Cambridge: MIT Press.

Layne, C., 1994. Kant or Cant: The Myth of the Democratic Peace. *International Security*, 19(2), pp. 5-49.

Larsen, H., 1997. *Foreign Policy and Discourse Analysis. France, Britain and Europe*. London: Routledge.

Lima, B., 2013. *A Cimeira das Lajes. Portugal, Espanha e a Guerra do Iraque*. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda.

Liu, F., 1994. Traditional Peace Keeping Operations: a historical perspective. *International Peace Academy*.

Macedo, J., 2008. *História Diplomática de Portugal. Constantes e Linhas de Força. Estudo da geopolítica*. Lisboa: Tribuna da História.

Malone, D., 2000. The Security Council in the 1990s: Inconsistent, improvisational, indispensable?. In: R. Thakur, E. Newman. 2000. *New Millennium, New Perspectives. The United Nations, Security, and Governance*. Tokyo: The United Nations University, pp. 21-45.

Manent, P., 1994. Raymond Aron- Political Educator. In: D. Mahoney. 1994. *Raymond Aron: in Defense of Liberal Reason*. Lanham: Rowman & Littlefield, pp. 1-23.

Martin, L., Simmons, B., 1998. Theories and Empirical Studies of International Institutions». In: D. Baldwin. 2008. *Theories of International Relations*. Union Court: Ashgate, pp. 439-472.

Mayall, J., 1978. International Society and International Theory. In: M. Donelan. 1978. *The Reason of States. A study in International Political Theory*. London: George Allen & Unwin Publishers.

Mearsheimer, J., 1991. The False Promise of International Institutions». In: D. Baldwin. 2008. *Theories of International Relations*. Union Court: Ashgate, pp. 379-423.

Mearsheimer, J., 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. University of Chicago. New York: W.W. Norton.

Meher, J., 2004. *America's Afghanistan War: The Success that Failed (US Foreign Policy, Diplomacy, War, Terrorism)*. Delhi: Kalpaz Publications.

Mintz A.; DeRouen K. (2010) *Understanding Foreign Policy decision making*. New York: Cambridge University Press.

Morgenthau, H., 1954. *Politics Among Nations*. New York: Alfred A. Knopf .

Morgenthau, H., 1985. *Politics Among Nations*. New York: Alfred A. Knopf.

Obama, B., 2009. *The Inaugural Address 2009*. New York: Penguin Books.

Ohmae, K., 1991. *The Borderless world: Power and Strategy in the Interlinked Economy*. New York: Harper Collins.

Oneal, J., Russett, B., 2001. *Triangulating Peace: Democracy, Interdependence, and International Organizations*. New York: W.W. Norton & Company.

Organski, A., 1958. *World Politics*. New York: Alfred A. Knopf.

Oudraat, C., 2000. Intervention: Trends and challenges. In: R. Thakur, E. Newman. 2000. *New Millennium, New Perspectives. The United Nations, Security, and Governance*. Tokyo: The United Nations University, pp. 46-76.

Reiss, H., 1970. *Kant's Political Writings*. Cambridge: The University Press, pp. 41-175.

Renouvin, P., Duroselle, J., 2000. *Introducción a la historia de las relaciones internacionales*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica.

Russett, B., Antholis, W., 1992. Do Democracies Fight Each Other? Evidence from the Peloponnesian War. *Journal of Peace Research*, 29, pp. 415-434.

Sacchetti, A., 2002. A conjuntura internacional e os novos conflitos. In: A. Moreira, P. Cardoso. 2002. *Estratégia* volume XIII. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, pp. 153-176.

Sassoon, J., 2012. *Saddam Hussein's Ba'th Party: inside an authoritarian regime*. New York: Cambridge University Press.

Schmitt, C., 1996. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press.

Shawcross, W., 2004. *Allies: The U.S., Britain, Europe, and the War in Iraq*. New York: PublicAffairs.

Smith, S., Handfield, A., Duanne, T., 2008. *Foreign policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press.

Snyder, G., 1984. The Security Dilemma in Alliance Politics. *World Politics* (36) 4. New York: Cambridge University Press, pp. 461-495.

Stares, P., 2000. "New" and "non-traditional" security challenges. In: R. Thakur, E. Newman. 2000. *New Millennium, New Perspectives. The United Nations, Security, and Governance*. Tokyo: The United Nations University, pp. 150-159.

Torres, A., 2004. *Terrorismo: o Apocalipse da Razão?* Coimbra: Almedina.

Toynbee, A., 1956. Survey of International Affairs. *Political Science Quarterly*, LXXI (03), pp. 365-386.

Toynbee, A., 1958. *Civilization on Trial and The World and The West*. New York. Meridian Books.

Toynbee, A., 1987. *A Study of History*. Oxford: Oxford University Press.

Vattel, E., 1834. *The Law of Nations or Principles of the Law of Nature applied to the conduct and Affairs of Nations and Sovereigns*. London: Sweet&Maxmell.

Walt, S., 1997. Why Alliances Endure or Collapse. *Survival*, 39(01), pp. 156-179.

Walt, S., 1998. International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, 110, pp. 29-46.

Waltz, K., 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.

Waltz, K., 1995. Realist Thought and Neorealist Theory. In: C. Kegley. 1995. *Controversies in international relations theory: Realism and the Neoliberal Challenge*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, pp. 67-82.

Waltz, K., 2000, Structural Realism after the Cold War. *International Security*, 25(01), pp. 5-41.

Walzer, M., 2004. *A Guerra em Debate*. Lisboa: Cotovia.

Wendt. A., 1992. Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Powers Politics. In: J. Der Derian. 1992. *International Theory: Critical Investigations*. London: Macmillan, pp. 129-180.

Wight, M., 1966a. Balance of Power. In: H. Butterfield, M. Wight. 1966. *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. London: George Allen & Unwin, pp. 149-175.

Wight, M., 1966b. Western Values in International Relations. In: H. Butterfield, M. Wight. 1966. *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. London Allen & Unwin, pp. 89-131.

Wohlforth, W., 1999. The Stability of a Unipolar World. *International Security*, 24(01), pp. 5-41.

Woodward, B., 2002. *Bush at war*. New York: Simon&Schuster.

Recursos de Internet

Bush, G., 1990. *The President's News Conference on the Persian Gulf Crisis. August 22, 1990*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency*

Project. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18780>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 1990. *The President's News Conference on the Persian Gulf Crisis, August 30, 1990*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18792>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 1990. *Soviet Union-United States Joint Statement on the Persian Gulf Crisis, September 9, 1990*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18809>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 1990. *Address to the People of Iraq on the Persian Gulf Crisis, September 16, 1990*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18833>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 1991. *Message to Allied Nations on the Persian Gulf Crisis, January 8, 1991*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=1919>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 1991. *Address to the Nation Announcing Allied Military Ground Action in the Persian Gulf, February 23, 1991*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19331>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 1991. *Address to the Nation on the Suspension of Allied Offensive Combat Operations in the Persian Gulf, February 27, 1991*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19343>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq 2/8/90-12/90, 1990. *Gulf War: National Security Council minutes*. Disponível em <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/8FB156AB24994C20B249A3B7855A975D.pdf>> [Consultado em 01/02/2013].

Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq 2/8/90-12/90, 1990. *Gulf War: National Security Council minutes*. Disponível em <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/1C30431F2B47466E8B54C611C31B518C.pdf>> [Consultado em 01/02/2013].

Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files July 1990, 1990. *Gulf War: US Embassy Baghdad to Washington (Saddam's message of friendship to George Bush)*. Disponível em <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/0DFD0DDB2BA34EF59F2570CE7EEE03C8.pdf>> [Consultado em 01/02/2013].

Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files November 1990, 1990. *Gulf War: Jim Baker note for President Bush (meeting MT & Hurd)*. Disponível em <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/645CABEDAE9642F18B0126A12EF1AD57.pdf>> [Consultado em 01/02/2013].

Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files January 1991, 1991. *Gulf War: George Bush letter to King Hussein ("we have arrived at a fateful point")*. Disponível em <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/FFC69B3130B740A1A0AC8B413A4AF605.pdf>> [Consultado em 01/02/2013].

Bush, G., 2001. *Address to the Nation on the Terrorist Attacks, September 11, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58057>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *Statement on Signing the Authorization for Use of Military Force, September 18, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64595>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *The President's Radio Address, September 22, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25000>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *Remarks on United States Financial Sanctions Against Terrorists and Their Supporters and an Exchange With Reporters, September 24, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64040>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *Address to the Nation Announcing Strikes Against Al Qaida Training Camps and Taliban Military Installations in Afghanistan, October 7, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65088>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *APEC Leaders Statement on Counter-Terrorism, October 21, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73442>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *The President's Radio Address, November 10, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=24993>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2001. *Remarks to the United Nations General Assembly in New York City, November 10, 2001*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58802>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *The President's News Conference With Chairman Hamid Karzai of the Afghan Interim Authority, January 28, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=62986>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *Joint Statement by President George W. Bush and Chairman Hamid Karzai on a New Partnership Between the United States and Afghanistan, January 28, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73249>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *Remarks Following Discussions With Secretary General Lord Robertson of the North Atlantic Treaty Organization, April 9, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=62749>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *Address to the United Nations General Assembly in New York City, September 12, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64069>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *Remarks Following a Meeting With Secretary of State Colin L. Powell and an Exchange With Reporters, September 19, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73123>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *Statement on Signing the Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution of 2002, October 16, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64386>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *Remarks Following Discussions With Secretary General Lord Robertson of the North Atlantic Treaty Organization and an Exchange With Reporters, October 21, 2002.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American*

Presidency Project. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64366>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2002. *The President's Radio Address, December 28, 2002*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25035>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Remarks on the Iraqi Regime's Noncompliance With United Nations Resolutions, February 6, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=62796>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's Radio Address, February 8, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25133>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Statement on the National Strategy for Combating Terrorism, February 14, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63076>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's Radio Address, February 15, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25132>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Remarks Prior to Discussions With Secretary General Lord Robertson of the North Atlantic Treaty Organization, February 19, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64058>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Joint Statement Between the United States of America and Afghanistan, February 27, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64912>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's Radio Address, March 1, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25130>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's Radio Address, March 8, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25129>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Statement of the Atlantic Summit: Commitment to Transatlantic Solidarity, March 16, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64468>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Address to the Nation on Iraq, March 17, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63713>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's Radio Address, March 22, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25127>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Remarks on Operation Iraqi Freedom and an Exchange With Reporters, March 23, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63211>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Statement on United Nations Security Council Action To Lift Sanctions on Iraq, May 22, 2003*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Interview With TV3 of France, May 29, 2003* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65034>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's Radio Address," June 21, 2003.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25114>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *The President's News Conference With European Union Leaders, June 25, 2003.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63370>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Remarks Following a Meeting With Secretary of Defense Donald H. Rumsfeld and an Exchange With Reporters in Crawford, Texas, August 8, 2003.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64353>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Address to the Nation on the War on Terror, September 7, 2003.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64561>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2003. *Remarks Following Discussions With Chancellor Gerhard Schroeder of Germany and an Exchange With Reporters in New York City, September 24, 2003.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63659>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *The President's Radio Address, February 21, 2004.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25161>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *Statement on the Completion of the Transitional Administrative Law in Iraq, March 8, 2004.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63927>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *Joint Statement Between the United States of America and the Transitional Islamic State of Afghanistan, June 15, 2004*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64765>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *The President's News Conference With President Hamid Karzai of Afghanistan, June 15, 2004*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=72660>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *Remarks to the United Nations General Assembly in New York City, September 21, 2004*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=72758>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *The President's News Conference With Prime Minister Ayad Allawi of Iraq, September 23, 2004*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=72762>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *The President's Radio Address, October 30, 2004*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29663>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2004. *Statement Congratulating President Hamid Karzai on His Election as President of Afghanistan, November 4, 2004*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=72822>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *Address to the Nation on the Iraqi Elections, January 30, 2005*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63650>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *The President's News Conference With European Union Leaders in Brussels," February 22, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73725>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *The President's News Conference, March 16, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63360>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *Statement on the Election of the Presidency Council of the Iraqi Transitional Government, April 6, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73797>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *The President's News Conference With President Hamid Karzai of Afghanistan, May 23, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73643>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *Joint Declaration of the United States-Afghanistan Strategic Partnership, May 23, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=62721>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *The President's News Conference, May 31, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73921>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *Joint Statement by the European Union and United States on the Joint Program of Work on the Nonproliferation of Weapons of Mass Destruction," June 20, 2005.* [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73931>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *The President's News Conference With President Jalal Talabani of the Iraqi Transitional Government, September 13, 2005*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=62612>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *Remarks on the War on Terror, September 28, 2005*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73831>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *Remarks Following a Meeting on the War on Terror in Arlington, Virginia, January 4, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65112>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2005. *The President's News Conference With Chancellor Angela Merkel of Germany, January 13, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65176>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2006. *Remarks on the War on Terror and a Question-and-Answer Session in Manhattan, Kansas, January 23, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65144>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2006. *Remarks Following a Meeting With President Hamid Karzai of Afghanistan and an Exchange With Reporters in Kabul, Afghanistan," March 1, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65301>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2006. *The President's News Conference With Prime Minister Nuri al-Maliki of Iraq, July 25, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=509>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2006. *Address to the Nation on the War on Terror, September 11, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73962>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2006. *Statement on the Death of Former President Saddam Hussein of Iraq, December 29, 2006*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=24425>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2007. *The President's News Conference With President Hamid Karzai of Afghanistan at Camp David, Maryland, August 6, 2007*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=75662>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2008. *Remarks on the War on Terror in Las Vegas, Nevada, January 31, 2008*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=76379>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2008. *Statement on the War on Terror in Iraq, September 1, 2008*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=78595>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2008. *Remarks on the War on Terror, April 10, 2008*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=76936>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2008. *Remarks on the War on Terror, July 31, 2008*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=77783>> [Consultado em 20/03/2013].

Bush, G., 2008. *The President's News Conference With President Hamid Karzai of Afghanistan in Kabul, Afghanistan, December 15, 2008*. [online] Gerhard Peters and

John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=85290>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1995. *Letter to Congressional Leaders Transmitting a Report on Reform of United Nations Peacekeeping, February 13, 1995*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=50983>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1995. *Memorandum on Funding for Sanctions Against Serbia and Montenegro, February 6, 1995*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=50886>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1995. *Letter to Congressional Leaders Transmitting a Report on the Partnership For Peace, August 17, 1995*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=51750>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1995. *Statement on the Agreed Basic Principles for a Settlement in Bosnia-Herzegovina, September 8, 1995*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=51818>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1995. *Remarks Announcing the Bosnia-Herzegovina Cease-Fire Agreement and an Exchange With Reporters, October 5, 1995*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=50605>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1995. *Memorandum on Funding for Sanctions Against Serbia and Montenegro, February 6, 1995*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=50886>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Statement on the Situation in Kosovo, January 16, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57500>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Statement on the Kosovo Peace Talks, February 23, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57148>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Address to the Nation on Airstrikes Against Serbian Targets in the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro), March 24, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57305>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Videotaped Address to the Serbian People, March 25, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57307>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *The President's Radio Address, March 27*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57320>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Remarks on the Situation in the Balkans and an Exchange With Reporters, April 5, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57362>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Remarks on the Situation in the Balkans, April 9, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57379>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Remarks Following Discussions With NATO Secretary General Javier Solana and an Exchange With Reporters, April 22, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57443>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Joint Statement on Kosovo, April 23, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57449>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Radio Address to the People of Kosovo, May 27, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57642>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Remarks in Yulee, Florida, on the International War Crimes Tribunal Decision To Indict Slobodan Milosevic, May 27, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57643>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Statement on the International War Crimes Tribunal Decision To Indict Slobodan Milosevic, May 27, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57645>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Notice—Continuation of Emergency With Respect to the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro), May 27, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57646>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Address to the Nation on the Military Technical Agreement on Kosovo, June 10, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57707>> [Consultado em 20/03/2013].

Clinton, W., 1999. *Statement to the Stability Pact Summit in Sarajevo, July 30, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57975>> [Consultado em 20/03/2013].

North Atlantic Treaty Organization [online] *Collective Defence. Invocation of Article 5*. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_59378.htm> [Consultado em 11/11/2012].

Clinton, W., 1999. *Memorandum Authorizing Support for United Nations War Crimes Tribunal Established With Regard to the Former Yugoslavia, August 17, 1999*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=56408>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2009. *Statement on France's Decision to Participate in the North Atlantic Treaty Organization Military Command, March 21, 2009*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=85892>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2009. *Statement on the Presidential Election in Afghanistan," October 20, 2009*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=86774>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2010. *The President's News Conference With President Hamid Karzai of Afghanistan, May 12, 2010*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=87894>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2010. *G-8 Leaders Statement on Countering Terrorism, June 26, 2010*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=88156>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2010. *Address to the Nation on the End of Combat Operations in Iraq," August 31, 2010*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=88362>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2011. *Statement on Guantanamo Bay Naval Base and the Terrorist Detainee Policy, March 7, 2011*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=90035>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2011. *Remarks on the Death of Al Qaida Terrorist Organization Leader Usama bin Laden, May 1, 2011*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=90315>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2011. *Address to the Nation on the Drawdown of United States Military Personnel in Afghanistan, June 22, 2011*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=90556>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2011. *Op-ed by President Obama in USA Today: "Let's Reclaim the Post-9/11 Unity", September 7, 2011*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=96669>> [Consultado em 20/03/2013].

Obama, B., 2011. *Joint Statement by President Barack Obama and President Hamid Karzai of Afghanistan, May 2, 2012*. [online] Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=100815>> [Consultado em 20/03/2013].

Tomé, L., 2010. *Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais*. [online] JANUS.NET e-journal of International Relations, N.º 1, Outono 2010. Disponível em <janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1/pt_vol1_n1_art3.html> [Consultado em 09/11/2012].